

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Briane Schmitt

DISCURSO, MÍDIA E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS:
O ETHOS DA SEGREGAÇÃO NA “CIDADE MAIS
BRANCA DO BRASIL”

Passo Fundo

2019

Briane Schmitt

DISCURSO, MÍDIA E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS:
O ETHOS DA SEGREGAÇÃO NA “CIDADE MAIS
BRANCA DO BRASIL”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Passo Fundo

2019

CIP – Catalogação na Publicação

S355d Schmitt, Briane

Discurso, mídia e manifestações culturais : o ethos da
segregação na “cidade mais branca do Brasil” / Briane
Schmitt. – 2019.

101 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Dissertação (Mestre em Letras) – Universidade de Passo
Fundo, 2019.

1. Análise crítica do discurso. 2. Jornalismo -
Linguagem. 3. Cultura. 4. Identidade social. 5. Comunicação
de massa – Aspectos sociais. I. Freitas, Ernani Cesar de,
orientador. II. Título.

CDU: 801.73

Catalogação: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB 10/2241

AGRADECIMENTOS

À Deus, ou qualquer outro nome que essa energia de vida possa ter, pela presença, luz e atenção aos meus desejos e anseios mais profundos.

Ao meu professor-orientador, Dr. Ernani Cesar de Freitas, por toda sabedoria, tempo e dedicação que oferecete à qualidade do meu trabalho de pesquisa. Agradeço pelo caminho trilhado sob sua atenta orientação, ainda durante a graduação, e agora no mestrado. Pelos puxões de orelha, leituras críticas, elogios, amizade e sábios esclarecimentos. Tenho plena convicção de que meu sucesso nessa jornada acadêmico-científica é, em grande parte, fruto de sua dedicação enquanto meu orientador.

À professora Dra. Carme Regina Schons, que me iniciou no mundo da pesquisa científica e que, certamente, contribuiu de maneira especial em minha caminhada acadêmica. Querida professora, ainda que ausente fisicamente, você vive nas linhas deste trabalho e sempre estará presente.

Às professoras Marlete Sandra Diedrich e Luciana Maria Crestani, que compuseram a banca de qualificação deste trabalho e que, a partir de suas leituras atenciosas e críticas, ajudaram-me a trilhar novos e importantes caminhos.

À professora Dra. Cláudia Stumpf Toldo, pela energia, seriedade e competência no trabalho que realizas no curso de Letras e no PPGL. Tuas aulas na graduação e no mestrado são, para mim, memoráveis. Você sempre será uma de minhas principais inspirações quando penso no que quero ser “quando eu crescer”. Ainda chego lá.

À colega de mestrado e amiga Julia Maziero Possa, por compartilhar comigo algumas aflições na escrita da dissertação e pelo companheirismo para vencermos mais esse desafio.

Aos meus avós, Arnoldo Schmitt e Selma Schmitt, pela história de vida e de luta, pela família que constituíram, pela terra que cuidaram com as próprias mãos e pela eterna lembrança que guardo de vocês. Querido avô Arnoldo, não tive oportunidade de te conhecer em vida, mas teu legado e virtudes caminham comigo como se o tivesse feito. Não fosse pela história que vocês construíram no interior de Cunhataí, a motivação deste trabalho, talvez, não existiria. Saudades imensuráveis.

Aos meus pais e irmã, Jeani, Volmir e Emanuelle, por toda paciência que tiveram com essa mestranda ansiosa e, por vezes, cansada. Obrigada pelo apoio de toda uma vida e por sempre acreditarem no meu potencial. Eu amo vocês.

Ao meu namorado, Gustavo, por me acompanhar e torcer por mim nesta caminhada do mestrado desde o princípio. Pela compreensão das vezes que tivemos de sacrificar momentos juntos em prol de nossas aspirações profissionais. Sobretudo, obrigada pelo amor.

À CAPES, pela bolsa a mim concedida.

Não apenas as ideias, mas as próprias emoções são,
no homem, artefatos culturais.

Clifford Geertz

RESUMO

O trabalho intitulado *Discurso, mídia e manifestações culturais: o ethos da segregação na “cidade mais branca do Brasil”* traz à tona questões relacionadas à construção da cultura e identidade de um povo por meio de seu discurso e ao modo como essa “imagem” cultural pode sofrer distorções quando veiculada pela mídia. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*. Este estudo justifica-se na medida em que apresenta associações entre as maneiras de um povo comunicar-se e o impacto desse processo na construção e propagação de sua própria cultura e identidade. Para que este estudo se torne possível, os pressupostos teóricos que sustentam a análise estão calcados nas postulações de Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) em torno de noções relacionadas à disciplina de Análise do Discurso, mais especificamente no que diz respeito às noções de cenografia e ethos discursivo. Além disso, as considerações em torno dos estudos culturais e identitários são apresentadas a partir dos estudos de Clifford Geertz (2015), Stuart Hall (2006) e Kathryn Woodward (2011). O corpus de pesquisa é composto por uma reportagem produzida e divulgada pelo canal online UOL TAB, de cerca de três minutos, e intitulada *Uma cidade de brancos*. A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva quanto aos objetivos, bibliográfica e documental quanto aos procedimentos e sua abordagem é qualitativa. A constatação deste trabalho é de que o ethos projetado no discurso da reportagem *Uma cidade de brancos* é um ethos de oposição e distanciamento em relação a qualquer representatividade dos negros e que essa imagem de si foi idealizada, principalmente, pelo plano enunciativo referente à reportagem enquanto produto finalizado, cujo discurso operou como um simulacro das manifestações discursivas dos moradores de Cunhataí participantes da reportagem.

Palavras-chave: Discurso. Mídia. Cultura. Identidade. Ethos.

ABSTRACT

The work entitled Discourse, media and cultural manifestations: the ethos of segregation in the “whiter city of Brazil” brings up issues related to the construction of the people culture and identity through their discourse and the way this cultural “image” may be distorted when conveyed by the media. Thus, the general objective of this research is to analyze the construction of ethos in the resident discourses of the city Cunhataí as materiality conveyed by UOL TAB in the report *A city of whites*. This study is justified because shows associations between the ways a people communicate and the impact of this process on their own culture and identity construction and propagation. For this work to become possible, the theoretical assumptions that support the analysis are based on the postulations of Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) around discourse analysis, more specifically with regard to the notions of scenography and discursive ethos. In addition, considerations around cultural and identity studies are presented from the studies of Clifford Geertz (2015), Stuart Hall (2006) and Kathryn Woodward (2011). The research corpus is composed of a report produced and broadcast by the online channel UOL TAB, it has about three minutes, and it is entitled *A City of Whites*. The research is characterized as exploratory-descriptive as to objectives, bibliographic and documentary as to procedures and its approach is qualitative. The conclusion of this work is that the projected ethos in the discourse of the report *A city of whites* is an ethos of opposition and detachment from any representation of blacks and that this image of itself was idealized mainly by the enunciative plan referring to the report as a finished product, whose discourse operated as a simulacrum of the discursive manifestations of the Cunhataí residents participants of the report.

Keywords: Discourse. Media. Culture. Identity. Ethos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metodologia de análise do corpus	60
Quadro 2 – Materialidade verbal da reportagem <i>Uma cidade de brancos</i>	67
Quadro 3 – Síntese da cena de enunciação da reportagem <i>Uma cidade de Brancos</i>	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentagem étnica	56
-------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O HOMEM NO MUNDO: SER PARA SIGNIFICAR	15
2.1 POR UMA LEITURA INTERPRETATIVA DA CULTURA: CONCEITOS E SUAS (POSSÍVEIS) INTERPRETAÇÕES	16
2.2 IDENTIDADE CULTURAL NO MUNDO PÓS-MODERNO: DO HOMEM AO HOMEM.....	21
3. SOBRE O UNIVERSO DO DIZER: O DISCURSO QUE (TRANS)FORMA O MUNDO	30
3.1 O DISCURSO E O OUTRO: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA	31
3.2 DAS POSSIBILIDADES DO SENTIDO: OS PLANOS DISCURSIVOS	38
3.3 O PALCO DO DISCURSO E AS CENAS DE ENUNCIÇÃO	43
3.4 O QUE DIGO E O QUE SOU: ETHOS DISCURSIVO E A PROJEÇÃO DE UMA IMAGEM DE SI.....	46
3.5 DA SIMULAÇÃO À RESSIGNIFICAÇÃO DE SENTIDOS PELA MÍDIA	49
4. VOZES DO POVO: A HISTÓRIA DE UM DISCURSO	52
4.1 CUNHATAÍ: A CIDADE MAIS BRANCA DO BRASIL	52
4.2 DAQUELES QUE FALAM: IDENTIFICANDO SUJEITOS.....	56
4.3 DO TRABALHO COM O DISCURSO: A CONCEPÇÃO DE UMA METODOLOGIA	58
5. A MARCA DA DIFERENÇA: IDENTIDADE POR OPOSIÇÃO	64
5.1 A ENCENAÇÃO DA FALA: QUANDO SE ABREM AS CORTINAS.....	64
5.2 ARMADILHA DE SIGNIFICADOS: DESVENDANDO AS MÁSCARAS DO DISCURSO	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO

O mundo é um lugar fascinante. O ser humano, durante todo o percurso de sua história, mostrou ser detentor de uma insaciável necessidade de saber mais e, portanto, de ser mais. Muito desse processo é justificado pela própria evolução da espécie, que precisou adaptar-se conforme o mundo também se alterava. Mundo e homem constituem, portanto, uma existência espelho, refletindo um ao outro mutuamente numa dança incessante.

Hoje, estamos no ápice da comunicação humana. Mais do que nunca, as trocas comunicativas exercem uma grande influência sobre os sujeitos sociais e suas formas de compreender as ideias e sentidos que permeiam todos os processos em sociedade. Ser interessada, portanto, pelo mundo das Letras, quase não exige uma justificativa, já que nos encontramos imersos nesse universo de comunicações constantes. Estar a par dos diferentes processos pelos quais os sentidos ganham vida é, sem dúvida, compreender um pouco da história da humanidade e de seus sujeitos.

Depois de vencer as etapas da graduação no curso de Letras, decidi aventurar-me na academia, na pesquisa científica, porque aquele que tem sede de conhecimento jamais consegue cessá-la. O universo de construções de sentidos, de significações, de língua e de discurso criou um novo horizonte de perspectivas e, portanto, de expectativas. Eu queria, por meio desse universo, responder a algumas questões que me eram, e ainda são inquietantes. O comportamento humano, a cultura das sociedades e a identidade de seus sujeitos sempre foram matéria de especulação de minha parte, porque pesquisando esse assunto eu estaria, de certa forma, decifrando a mim mesma.

Dessa maneira, sempre tive conhecimento de qual seria o objeto de meu interesse nessa jornada da ciência das Letras: o discurso na/da cultura humana. Porém, assim como todo pesquisador, acredito eu, passamos por algum momento em que a inspiração demora a vir, pois muita vezes não conseguimos delimitar ao certo onde queremos chegar. Mas como a vida é uma caixa de surpresas, a luz acende quando menos esperamos e é nesse momento que a magia acontece. Qual não seria minha surpresa quando, ainda em 2017, me deparei com um vídeo, um tanto interessante, compartilhado por um membro de minha família em uma das redes sociais mais utilizadas, o *Facebook*, plataforma virtual que também é responsável pela existência de um interessante universo de sentidos da atualidade.

À primeira vista, eu assistia a uma reportagem realizada na cidade de Cunhataí, interior de Santa Catarina, nada mais do que a cidade onde passei todos os verões de minha infância na casa grande de minha avó. Os sentimentos de nostalgia e saudade foram

inevitáveis: o sotaque dos entrevistados carregaram-me em uma viagem no tempo e no espaço, em que eu ouvia entre trinta e quarenta pessoas conversando ao mesmo tempo no almoço do dia de Natal. Alguns falando alemão, outros um português improvisado, todos da família Schmitt. A música típica alemã como fundo do vídeo, as imagens de lavouras com plantações de milho, bois puxando carroças carregadas de pasto verde, a pele branca e os olhos claros daqueles que davam seu testemunho, todas as significações sendo processadas em um momento de encontro com a infância.

Não contente com uma primeira conferida, reproduzi novamente o vídeo. Agora, parecia que eu havia recobrado minha atenção aos efeitos de sentido que os discursos apresentavam e que antes haviam passado de forma quase despercebida. Sobre o que aquelas pessoas falavam? Sobre sua etnia e sua cor. Também sobre a etnia e a cor de negros e daqueles chamados “cor de cuia”. Para minha surpresa, eles falavam de mim. Ainda que a família de minha mãe fosse toda de descendência alemã e com traços fenótipos típicos, como cabelos claros, olhos claros e pele branca, eu nunca me encaixei nesse padrão: fui a menina cor de cuia, com cabelos negros, olhos negros e traços que lembram uma origem indígena.

Mais do que isso, fui a menina cor de cuia com cabelos negros, olhos negros e traços indígenas que passou todos os verões da infância na cidade que, no ano de 2010, ganhou o título de “cidade mais branca do Brasil”¹, por conta do censo do IBGE realizado no mesmo ano, que constatou um total de 97% de habitantes de cor branca no município. Definitivamente aqueles entrevistados na reportagem estavam falando de mim. É importante ressaltar que nunca me considerei alvo de racismo ou qualquer tipo de preconceito por minha família ou qualquer habitante da cidade. Muito pelo contrário, sempre passei minhas férias escolares lá porque era e sempre será meu lugar preferido no mundo, não só pela vida no campo, que sempre me encantou, como pelas pessoas, que todas as vezes me acolheram como um deles.

Apesar de não sofrer preconceito, eu sempre soube, mesmo quando criança, que eu era a diferente naquele lugar. O diferente fascina o ser humano. O diferente também o assusta. Quando percebi o teor daquela reportagem, notei que havia, finalmente, encontrado meu objeto de estudo, naquela ânsia de entender o ser humano e, portanto, eu mesma. Dessa forma, a primeira e mais importante justificativa deste trabalho é de cunho pessoal, pois não

¹ É importante esclarecer que o título “Cidade mais Branca do Brasil” corresponde a um ponto de vista adotado pela equipe UOL TAB, responsável pela produção da reportagem que é corpus de pesquisa deste trabalho. Essa titulação não corresponde a um ponto de vista pessoal da autora, mas foi utilizada no título do trabalho por se tratar de uma expressão bastante instigadora.

fosse minha história como forasteira num mundo de brancos, esta pesquisa, com esse corpus específico, talvez não existisse.

A relevância deste trabalho, portanto, origina-se em minhas experiências pessoais, mas se propaga para minha carreira profissional. Como professora da área de Letras, como aquela que procura mostrar caminhos de interpretação das ideias do mundo, como alguém em constante contato com outros seres humanos, não tenho dúvidas de que me torno uma profissional melhor ao realizar esta pesquisa, ao compreender de maneira mais clara os processos envolvidos no modo como um indivíduo enxerga a si mesmo e o outro, o diferente.

Ao considerar a ciência das Letras, em especial os estudos relacionados ao discurso, acredito que esta pesquisa contribui de forma a expandir as expectativas de trabalhos futuros, em especial aqueles que prezam pela interdisciplinaridade, uma vez que este trabalho só foi possível porque arriscamos um mergulho na ciência do ser humano, a antropologia, bem como áreas afim. O mundo constitui-se como um lugar onde quase não existem mais barreiras, os oceanos dividem continentes que podem ser visitados gastando-se apenas algumas horas dentro de um avião, e a comunicação está na palma de nossas mãos. Tenho convicção, portanto, de que uma pesquisa científica precisa estabelecer relações com outras áreas, caso contrário torna-se um fazer sem preceitos, como se não fizessemos parte deste mundo globalizado.

É importante ressaltar que este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo e se encontra vinculado à linha de pesquisa intitulada *Constituição e Intepretação do Texto e do Discurso*. Assim, ao definir meu objeto de interesse na realização deste estudo, precisei construir algumas limitações, já que não é possível olhar para o todo e o trabalho continuar constituindo-se como científico. Portanto, a pesquisa que aqui se apresenta teve como questão norteadora a seguinte afirmação: o discurso dos habitantes da cidade de Cunhataí, enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*, foi organizado de modo a projetar um ethos que reforça a existência de segregação racial e preconceito na cidade.

Essa questão norteadora mobiliza o objetivo geral deste trabalho, ou seja, analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*. Para que esse objetivo principal fosse alcançado, foram estabelecidos três objetivos específicos: a) descrever o quadro cênico do discurso dos habitantes de Cunhataí enquanto materialidade da reportagem *Uma cidade de brancos*; b) determinar a cenografia e o ethos do discurso dos habitantes de Cunhataí enquanto materialidade da reportagem *Uma cidade de brancos*; e c) relacionar a

construção da cenografia e do ethos discursivo com a influência que a mídia exerce no processo de instituição e divulgação da cultura e identidade de um povo. Tais objetivos específicos representam exatamente a ordem de análise explicada no capítulo de metodologia e, posteriormente, colocada em ação no capítulo de análise.

Assim, não esquecendo o objetivo geral aqui proposto, esta pesquisa ancora-se nos pressupostos teóricos de Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) em torno de noções relacionadas à disciplina de Análise do Discurso. A outra base que sustentou a pesquisa científica está relacionada aos estudos culturais e identitários, que tiveram como norte as postulações de Clifford Geertz (2015), Stuart Hall (2006) e Kathryn Woodward (2011).

O corpus de pesquisa teve uma primeira apresentação no início desta introdução, porém é preciso delimitá-lo de forma mais clara para que o entendimento do processo analítico seja compreensível. A reportagem sobre a cidade de Cunhataí foi intitulada de *Uma cidade de brancos* e faz parte de uma série de reportagens produzidas pelo canal online UOL TAB. Tal série de reportagens recebeu o nome de *Segregação à Brasileira*, e o vídeo que é nosso objeto de interesse foi publicado no ano de 2013. Esta pesquisa caracteriza-se, portanto, como exploratório-descritiva quanto aos objetivos, bibliográfica e documental quanto aos procedimentos e sua abordagem é qualitativa. Apresentadas as características da pesquisa que aqui se realiza, determinamos agora o percurso através do qual ela foi desenvolvida. Dessa forma, a leitura do trabalho como um todo é facilitada, uma vez que o leitor passa a ter conhecimento da ordem em que as etapas ocorreram.

O primeiro capítulo é reservado para a apresentação de algumas noções sobre cultura e identidade a partir de teóricos principais da área. Esse capítulo é essencial para construirmos uma ideia geral do que se define como cultura e identidade e como esses aspectos encontram suas próprias maneiras de se revelar.

No segundo capítulo, adentramos o universo do discurso com esclarecimentos que são primordiais para o entendimento das trocas comunicativas que são objeto de nosso interesse nesta análise. Dessa maneira, nesta parte do trabalho são esclarecidas noções como língua, discurso, sujeito, enunciado, enunciador e coenunciador, além de tocarmos no cerne das maneiras como os sentidos ganham existência, por meio do trabalho com a noção teórica da Semântica Global. Além dessas contribuições, a última seção deste capítulo traz considerações em torno das noções de mídia, sociedade em rede e simulacro, aspectos muito presentes no corpus mobilizado no capítulo de análise.

O terceiro capítulo deste trabalho é reservado para a apresentação tanto do contexto que surge pelo tema desta pesquisa, quanto para delimitarmos o corpus de análise e o modo como esse é manuseado, tendo como base os pressupostos teóricos já apresentados. Nele temos um vislumbre mais nítido da cidade de Cunhataí, palco dos discursos analisados, cuja história é de essencial importância para compreendermos o universo discursivo que deu origem ao corpus desta pesquisa. As etapas de análise também são apresentadas neste mesmo capítulo, assim como a maneira pela qual os pressupostos teóricos são mobilizados no trabalho analítico, com vistas a alcançarmos o objetivo principal previsto.

No quarto capítulo, finalmente entramos em contato direto com os sentidos construídos pelos discursos em pauta. A análise, neste momento do trabalho, é seguida conforme explicada no capítulo de metodologia, revelando aspectos importantes em torno de questões étnico-raciais, que são desvendadas por meio das pistas e indícios, de ordem enunciativa, presentes nos discursos dos habitantes da cidade de Cunhataí. Também é aqui que nos deparamos com a interferência da mídia na construção dos sentidos dos discursos.

Leitor(a), seja muito bem-vindo(a) ao universo discursivo e, portanto, cultural, da “cidade mais branca do Brasil”.

2. O HOMEM NO MUNDO: SER PARA SIGNIFICAR

A história da humanidade, no decorrer de seu desenvolvimento intelectual, esteve permeada pelas mais diversas especulações e dúvidas que se estabeleceram como mistérios a serem solucionados e que impulsionaram as mais diferentes mentes, geniais ou não, na busca por respostas. Há muito tempo o homem olha para o céu, para a imensidão do cosmos, e se faz perguntas das mais diferentes naturezas, sendo que muitas dessas dúvidas já foram esclarecidas pela ciência e seus cálculos lógico-matemáticos. Da mesma forma, o homem olha para o mar e se pergunta que criaturas ainda poderiam viver no mundo escuro do fundo do oceano, e essas especulações também são respondidas cada vez que um novo ser vivo é conhecido e classificado de acordo com categorias pré-estabelecidas pela ciência. O homem também olha para outro homem no sentido de procurar soluções e tratamentos para as enfermidades que o corpo humano sofre, num estudo anatômico por vezes tão bem alinhado que quase não há espaço para dúvidas.

O céu, o mar e a anatomia do próprio homem parecem estabelecer-se como objetos de estudo com seus limites muito bem definidos, de modo que suas ciências não costumam apresentar impasses na hora de estudá-los. Porém, há outros objetos que, quando estudados, perdem seus limites dentro de suas próprias concepções, uma vez que o processo de distanciamento entre o estudioso e seu objeto de interesse é difícil de ser estabelecido. Logo, fazemo-nos o seguinte questionamento: como é, para o homem, estudar justamente aquilo que o constitui como tal? Como é para o homem estudar a cultura, sendo que não lhe é possível separar-se inteiramente dessa, caso contrário deixaria de ser homem? Esse questionamento pode parecer intransponível, num primeiro momento, mas é a partir de alguns esclarecimentos sobre ele que nos será possível desenvolver este trabalho.

Estudar a cultura e as formas como essa se estabelece constitui um grande desafio, dessa maneira lançamos mão de alguns estudos sobre os conceitos de cultura, homem e identidade cultural de modo a nos apropriarmos desses conhecimentos para olharmos nosso objeto de pesquisa, o discurso, e assim construirmos algumas respostas para nossas indagações. Em um primeiro momento, estudamos alguns modos de leitura e concepção da cultura a partir de um viés interpretativo, tendo como pressuposto base as considerações de Clifford Geertz (2015). Na sequência, trazemos um olhar mais atencioso para a noção de identidade cultural no mundo pós-moderno, sendo que nosso ponto de partida recai sobre os estudos desenvolvidos por Stuart Hall (2006).

Vale lembrar que as propostas aqui apresentadas sobre cultura e identidade cultural constituem o que podemos chamar de recorte textual, uma vez que estão longe de representar todas as possibilidades desse universo de pesquisa. Entretanto, para o objetivo estabelecido aqui, elas constroem, juntas, uma perspectiva que, além de instigadora, nos ajuda a olhar para nosso objeto de estudo, o discurso, com mais propriedade.

2.1 POR UMA LEITURA INTERPRETATIVA DA CULTURA: CONCEITOS E SUAS (POSSÍVEIS) INTERPRETAÇÕES

Nosso objetivo com o desenvolvimento deste trabalho é o de analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*. Para tanto, é necessário construir um panorama que nos indique algumas leituras sobre o que, de fato, é a cultura e como essa costuma ser entendida e também analisada. Mas a partir de que momento a história do mundo e dos homens passou a ter, também, um caráter cultural? Por meio das estimativas mais recentes sobre o assunto, percebemos que “[...] a transição para um tipo de vida cultural demorou alguns milhões de anos até ser conseguida pelo gênero *Homo*.” (GEERTZ, 2015, p. 34, grifo do autor).

Assim, notamos que a espécie humana demorou um espaço de tempo notável para que conseguisse desenvolver um modo de vida cultural, porém, quando o fez, isso representou um grande salto, principalmente no desenvolvimento intelectual dos indivíduos. Segundo Geertz (2015), um novo ambiente para o homem foi construindo-se a partir da descoberta do fogo, da organização familiar, da caça organizada e daquilo que mais nos interessa nessa investigação: da criação e uso de sistemas simbólicos significantes, tais como a arte, o mito, o ritual e a linguagem. Essas alterações de perspectiva e de modos de vida que foram se apresentando construíram para a espécie humana uma diferença em relação aos outros animais, pois “assim como a cultura nos modelou como espécie única – e sem dúvida ainda nos está modelando – assim também ela nos modela como indivíduos separados.” (GEERTZ, 2015, p. 38).

Somos, até agora, os únicos seres vivos capazes de instituir modos complexos de organização cultural, cada qual estabelecendo-se à sua própria maneira, ainda que compartilhem os aspectos que definem, de fato, um tipo de organização e representatividade como sendo a cultura de um povo. Mas como diferenciar o que é cultura do que não é? Realizamos, agora, a apresentação de algumas possibilidades de conceituar cultura e também o modo como essa se estabelece e pode ser observada.

Uma vez que estabelecemos como base para esta pesquisa, principalmente, as considerações sobre o conceito de cultura defendidas por Clifford Geertz (2015), é preciso esclarecer que sua perspectiva sobre o assunto recai na ideia de que o homem é um animal transpassado pelo que o estudioso chama de teias de significado que esse mesmo homem teceu e, portanto, a cultura se definiria a partir dessas “[...] teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (GEERTZ, 2015, p. 4). Em consonância com essa ideia, afirmamos que as formas simbólicas tais como a arte, o mito, o ritual e linguagem são peças essenciais nesse emaranhado de especulações sobre a cultura. Por conta do trabalho de pesquisa aqui proposto, consideramos o sistema simbólico significante (a língua/linguagem) como nosso maior foco de atenção.

Ora, se a partir dessa perspectiva a cultura está diretamente conectada a teias de significados produzidos pelo homem, e levando em consideração que esse homem cultural necessariamente está inserido em uma sociedade, é preciso afirmar, portanto, que a cultura é um artefato público, pois “embora uma ideiação, não existe na cabeça de alguém; embora não física, não é uma identidade oculta.” (GEERTZ, 2015, p. 8). Nessa perspectiva, notamos que se não é uma identidade oculta, logo é observável, e se é observável invariavelmente é passível de ser analisada. Se consideramos essa perspectiva como a mais aceita, e é, de fato, o que aqui fazemos, torna-se importante revelar a que outros discursos sobre cultura essa definição responde e, de certa maneira, se opõe.

Um movimento que ganhou força e em torno do qual existe uma inconsistência terminológica muito grande (etnociência, análise componencial ou antropologia cognitivista) é, segundo Geertz (2015), uma escola do pensamento que defende que a cultura é uma maneira de controlar o comportamento de seus indivíduos a partir de estruturas psicológicas. De maneira sucinta, na idealização desse movimento “[...] ‘a cultura (está localizada) na mente e no coração dos homens’, para citar Ward Goodenough, talvez seu proponente mais famoso.” (GEERTZ, 2015, p. 8). Nesse ínterim, a cultura se limitaria a tudo aquilo que o sujeito deveria saber ou acreditar para poder integrar um determinado grupo social. Esse posicionamento não ganha força e encontra sérios desafios, uma vez que suas prerrogativas revelam um grande subjetivismo, a partir do qual torna-se quase impossível estabelecer padrões para análises culturais satisfatórias.

Para retornar à noção de teias de significado, vale lembrar que “a cultura é pública porque o significado o é.” (GEERTZ, 2015, p. 9). Os signos interpretáveis que circulam em determinado grupo social constroem, desse modo, um contexto para essa mesma sociedade e,

ainda segundo Geertz (2015), é justamente esse contexto que recebe o nome de cultura, um espaço “[...] dentro do qual eles [os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos] podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.” (GEERTZ, 2015, p. 10).

Entre as especulações sobre a definição de cultura, há também aquela que prevê tal conceito como uma maneira de controle, a saber:

A perspectiva da cultura como ‘mecanismo de controle’ inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade. Pensar consiste não nos ‘acontecimentos na cabeça’ (embora sejam necessários acontecimentos na cabeça e em outros lugares para que ele ocorra), mas num tráfego entre aquilo que foi chamado por G.H. Mead de outros símbolos significantes – as palavras, para a maioria, mas também gestos, desenhos, sons musicais, artifícios mecânicos como relógios, ou objetos naturais como joias – na verdade, qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência. (GEERTZ, 2015, p. 33).

Sobre esse viés da cultura, é válido lembrar que os símbolos significantes de que Geertz (2015) nos fala compõem, entre suas possibilidades, as palavras, ou seja, a língua. Eis a diferença entre homem e animal, a possibilidade de nos comunicarmos por meio de uma linguagem complexa, daquilo que poderíamos chamar de um sistema de signos, se fôssemos trazer à tona as ideias de Ferdinand de Saussure, proeminente linguista. Ainda, vale ressaltar que o uso das palavras como um dos principais símbolos significantes (na perspectiva interpretativa aqui reiterada) não significa “[...] apenas falar, é emitir as palavras e frases apropriadas, nas situações sociais apropriadas, no tom de voz apropriado e com a indireção evasiva apropriada.” (GEERTZ, 2015, p. 38). Ou seja, toda vez que esse símbolo significativo é colocado em prática pelos membros de um grupo social, isso quer dizer que tal momento está envolto de certas características, contextos e situações que, invariavelmente, vão controlar o uso desse sistema pelos indivíduos.

Portanto, em relação às conjunturas construídas em torno dos aspectos linguísticos e culturais de um povo, podemos afirmar que “[...] as realizações lexicais, sobretudo aquelas relativas a atividades sociais, muito têm a contribuir para a compreensão da cultura de um povo como forma de construção de uma identidade específica ou regional.” (CORNO; BAPTISTA, 2014, p. 68). Vale lembrar que, apesar de a expressão “realizações lexicais” nos remeter a uma análise mais sistemática da língua, nosso intuito, com o desenvolvimento deste estudo, é de, a partir das marcações linguísticas, construir um panorama discursivo das

manifestações comunicativas, ou seja, nosso universo de pesquisa prevê uma análise que não está limitada ao sistema da língua, mas ao que seu uso pode representar.

De modo geral, e se tratando do viés interpretativo em que é colocada a noção de cultura, ressaltamos que “os atos culturais, a construção, apreensão e utilização de formas simbólicas, são acontecimentos sociais como quaisquer outros; são tão públicos como o casamento e tão observáveis como a agricultura.” (GEERTZ, 2015, p. 68). Ainda, entre as especulações e estudos culturais, é preciso trazer à tona outras considerações caras a esta pesquisa, como a que faz Stuart Hall (2006) ao postular que, dentro do aspecto mais abrangente da cultura, podemos destacar a noção de cultura nacional, uma vez que “[...] cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.” (HALL, 2006, p. 50). Eis um ponto de encontro entre as prerrogativas de Geertz (2015) e Hall (2006). Para esses estudiosos, o viés da construção do sentido, do significado e das interpretações parece embasar suas considerações e constroem um ponto de encontro que nos possibilita construir um panorama sobre cultura e também sobre o que poderia significar estudá-la.

Nesse sentido, a noção de cultura defendida por Kathryn Woodward (2011) e, principalmente, sua relação com a ideia de identidade constroem, em consonância, mais um ponto de vista sobre as noções culturais desenvolvidas sob a perspectiva do mundo dos sentidos e dos significados. Essa estudiosa postula que “a identidade é marcada por meio de símbolos.” (WOODWARD, 2011, p. 9) e que “[...] a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social.” (WOODWARD, 2011, p. 10, grifo do autor). É válido ressaltar que a ideia de símbolos, segundo a autora, se define desde sistemas de significação menos complexos, como o uso de uniformes como modo de identificação, o consumo de determinado produto por um grupo social, a menção à bandeira quando se tratando de uma cultura nacional, até o sistema de significação mais complexo, ou seja, a linguagem. Logo, conforme Woodward (2011), a cultura e a identidade de um povo ganham sentido por meio dos sistemas simbólicos que as representam.

Parece existir, de fato, uma prevalência de estudos culturais que defendem a tese de que uma determinada cultura encontra o suporte de sua própria existência em seus modos de significação, ou seja, na maneira como é representada a partir de símbolos, significados, linguagens. Porém, o questionamento que fazemos neste momento está relacionado ao modo como podemos/devemos observar a ocorrência desse fenômeno de significação. Assim, e levando em consideração nosso interesse pelo conceito de cultura e, portanto, pelo entendimento de determinado grupo social, é preciso lembrar que “Nós não *compreendemos* o

povo (e não por não compreender o que eles falam entre si). Não nos podemos situar entre eles.” (GEERTZ, 2015, p. 10, grifo do autor). Ao estudarmos determinado grupo cultural, o que é factualmente possível de ser analisado são suas representações, seus simbolismos, os significados que deixam transparecer, de maneira inconsciente ou não, mas jamais o próprio povo em sua essência, uma vez que, como afirma Geertz (2015), não conseguimos e nem podemos encontrar nosso lugar entre eles.

Dessa maneira, no estudo de culturas sob uma perspectiva interpretativa, estamos sempre realizando uma interpretação de outras interpretações, uma vez que “[...] o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem [...].” (GEERTZ, 2015, p. 7). Jamais temos acesso direto e sem desvios à cultura de um povo, pois, como parte de um fenômeno de significação, a cultura se estabelece como uma verdadeira teia de significados, como afirma Geertz (2015) e, portanto, não é mais possível alcançar a ponta inicial desse fio de sentidos. A subjetividade, portanto, é um aspecto inerente a estudos culturais, porém é preciso estabelecer padrões, ou sistemas, para que algum objetivo possa ser alcançado. É importante, assim, entender os sentidos e significados produzidos por um grupo social como atos, já que “no estudo da cultura, os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos de atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social.” (GEERTZ, 2015, p. 18).

Tendo em vista o objetivo principal deste trabalho, ou seja, analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*, a ideia trazida por Geertz (2015) de que os significados produzidos por um grupo cultural não precisam ser tratados e “curados” como se fossem sintomas de algum fenômeno, mas sim analisados como discurso social, vem ao encontro das problemáticas que envolvem esta pesquisa e para as quais procuramos resposta. O fato de existirem postulações teóricas, como essa última, que afirmam a necessidade de se realizar uma análise do discurso social de um grupo para que se possa compreender sua cultura, nos dá pistas de que, de fato, a construção de significados parece definir-se como um meio para o encontro do homem com sua cultura.

Ao entendermos a construção de significados e sentidos como atos, é preciso atentar para a coerência com que esses devem se apresentar. Ainda que estudos culturais, no geral, apresentem certa tendência a fugir de sistematizações e padronizações, “os sistemas culturais têm de ter um grau mínimo de coerência, do contrário não os chamaríamos sistemas [...].” (GEERTZ, 2015, p. 13). Logo, antes de criarmos padrões, o que seria deveras inapropriado

uma vez que esclarecemos o fato de que ler ou entender uma cultura é sempre fazer uma interpretação de outras interpretações, vamos trabalhar com dados (ou atos) coerentes, que estabelecem relação direta com as considerações aqui realizadas.

De fato, ao pensarmos no modo pelo qual determinada comunidade é estruturada, a relevância da linguagem nesse processo parece sempre saltar aos olhos, uma vez que “existe uma relação direta entre linguagem e cultura e, ao contrário de um produto pronto e acabado, a linguagem é percebida como um processo, um fazer permanente e nunca concluído.” (CORNO; BAPTISTA, 2014, p. 70). Assim, na pesquisa proposta neste trabalho, analisaremos um recorte da linguagem revelando uma cultura em um espaço-tempo definidos, de modo que o estudo desses acontecimentos encontrará sua coerência somente nesse contexto específico. Logo, percebemos que estudos relacionados à linguagem e, portanto, à cultura de um povo precisarão de atualizações constantes no decorrer da história da humanidade.

Em suma, a cultura de um povo, levando em consideração as diferentes perspectivas aqui abordadas, pode ser entendida e interpretada a partir de seus diferentes modos de significação, ou seja, a partir dos atos simbólicos que a representam. Vale lembrar que, por conta do objetivo principal estabelecido nesta pesquisa, vamos nos ater ao ato simbólico exclusivamente relacionado à linguagem, ou seja, ao uso da língua como forma de manifestação cultural. Assim, fica o questionamento: é possível acessar o homem (indivíduo integrante do grupo social e, portanto, cultural) através do discurso social que esse constrói e maneja em suas práticas? Esse questionamento suscita outro ainda mais específico: como o homem institui-se como tal e de que modo se determina sua relação com a cultura? São essas inquietações as responsáveis pelas considerações que seguem.

2.2 IDENTIDADE CULTURAL NO MUNDO PÓS-MODERNO: DO HOMEM AO HOMEM

No decorrer da história da humanidade o homem, inúmeras vezes e nas mais variadas circunstâncias, percebeu a si mesmo e sentiu necessidade de questionar sua essência. Nas diversas esferas da experiência humana, seja ela religiosa, filosófica ou mesmo científica, nos deparamos com perguntas um tanto quanto clichês como “quem somos?”, “de onde viemos?” e “para onde vamos?”, além de outras especulações, cada uma com certo grau de interesse em aspectos específicos do “ser”. Com essas dúvidas pairando sobre a existência do homem, não é admirável o fato de que muitas concepções e teorias já foram alçadas na tentativa de

aquietar nossa curiosidade. Assim, nosso interesse agora é relacionar algumas definições já existentes sobre o conceito de homem e como esse é constituído na realidade da sociedade em que vive, ou seja, no mundo pós-moderno.

No período anterior ao início da globalização e do contato entre culturas diferentes ser facilitado justamente pelo desenvolvimento de tecnologias na área do transporte e da comunicação, a noção que pairava sobre o sujeito era a advinda do Iluminismo, época em que as ideias começaram a fluir mais livremente e que o desenvolvimento intelectual do ser humano sofreu uma grande ascensão. Esse período está compreendido entre os séculos XVII e XVIII, e o movimento ganhou força principalmente em países da Europa. A nomenclatura do período, Iluminismo, é resultado justamente daquilo que ele passou a significar, ou seja, um período de iluminação, de ideias claras, em que o uso da razão era a base fundamental dos pensamentos. A título de curiosidade, a nomenclatura Iluminismo também é uma resposta ao período que se extinguia, a Idade Média, época também conhecida como Idade das Trevas, já que o cerceamento de ideias pairava sobre os acontecimentos dessa época.

O sujeito do Iluminismo, então, é um resultado direto dessa perspectiva de fluidez de ideias já que é “[...] baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...]” (HALL, 2006, p. 10). Pensando criticamente sobre essa definição de sujeito, podemos afirmar que o trabalho de análise da cultura e identidade de um povo seria um tanto quanto facilitado, pois a pesquisa não tropeçaria em opacidades e incertezas, uma vez que seu objeto de estudo não se submeteria a definições ou significações meias. Em consenso com esse ponto de vista, Geertz (2015) partilha da ideia de que, na perspectiva iluminista, o sujeito era detentor de uma uniformidade que podia ser observada em todos os indivíduos de seu grupo social.

Em um segundo momento de definições sobre o sujeito, podemos citar, segundo Hall (2006), o sujeito sociológico. Esse modo de enxergar o homem e sua identidade parece ter se afastado um pouco dos parâmetros sistematizados e definidos, características tão presentes na concepção de sujeito do Iluminismo. Agora, o homem era constituído não apenas por sua própria essência, mas pela troca que estabelecia com os outros sujeitos. Assim, o sujeito sociológico era “[...] formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para os sujeitos os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava.” (HALL, 2006, p. 11).

Nessa perspectiva, percebemos que a cultura é estabelecida com base em noções de valores, sentidos e símbolos. Pensando especificamente sobre essas noções, chegamos à

conclusão de que os valores, os sentidos e os símbolos são todos artefatos partilhados por um grupo social, ou seja, formam um arcabouço público que só é passível de existir justamente pelo fato de não ser individual. Desse modo, e dentro dessa concepção sociológica de identidade, fica clara a relação entre o modo de ver a cultura e o modo de conceituar o sujeito participante dessa cultura: as duas noções estabelecem como característica fundamental o compartilhamento, a relação, o encontro com o outro.

Entre a perspectiva do sujeito do Iluminismo e do sujeito sociológico parece haver um avanço, como se a última, de fato, constitui-se uma maneira mais “completa” e complexa de pensar sobre o homem, já que não exclui o contexto no qual esse sujeito está inserido. Ainda assim, essas considerações não são suficientes para dar conta do sujeito que agora se apresenta, um sujeito inserido em outro espaço-tempo que foge das prerrogativas que as concepções iluminista e sociológica procuraram construir. Esse homem, antes percebido como tendo uma única e estável identidade, já não corresponde a esse modelo, e passa a apresentar identidades diversas, ou seja, uma identidade decomposta, fragmentada e plural que, segundo Hall (2006), muitas vezes pode ser contraditória ou não-resolvida.

É válido lembrar que, apesar de essa última concepção sobre o homem ser a que corresponde ao momento em que nossa pesquisa se desenvolve e também ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, os discursos de sujeitos culturais da pós-modernidade, é preciso fazer ressalvas quanto as suas definições. De modo sucinto, mesmo que o sujeito apresente variadas identidades, isso não encaminha nosso trabalho para a realização de uma análise pormenorizada de todas as possibilidades que poderiam ser encontradas, levando em consideração que esse seria um objetivo bastante irreal devido a sua inexatidão. Ainda assim, nos propomos a constituir algumas relações sobre a identidade (ou identidades) que pudermos identificar a partir do viés da análise de discurso que será, adiante, explicado em sua própria metodologia.

Após esse pequeno percurso sobre o desenvolvimento das concepções de identidade humana, é preciso ressaltar o que nos é de maior importância na análise desse processo: o que costumava ser chamado de natureza humana, ou seja, a ideia genérica do homem moderno, passa agora a ser constituída por meio tanto do aspecto biológico quanto cultural. Segundo Geertz (2015), parece mais correto o pensamento de que a nossa constituição como homens é um resultado da nossa cultura, e não o processo inverso. Assim, ainda considerando o que Geertz (2015) postula, a cultura é ingrediente primordial para a constituição do sujeito, caso contrário esse sequer poderia chamar-se homem. Se aceitamos essa ideia, logo precisamos ter em mente que a cultura existe a partir do exato momento em que o homem passa a existir.

Essas especulações sobre o princípio de tudo são justamente isso, especulações, e ainda que estivéssemos aptos a encontrar respostas concretas a esses fenômenos, isso não iria interferir de maneira significativa em nosso propósito.

Em relação ao panorama sobre sujeito e identidade que aqui trazemos, vale lembrar que “o próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea para definitivamente ser posto à prova.” (HALL, 2006, p. 8). Portanto, não é nosso objetivo construir a definição perfeita e acabada do que seria a identidade do homem em sociedade, mas antes e, essencialmente, precisamos tecer algumas relações entre o conceito de homem/sujeito e sua, ou suas, identidades culturais.

Em nossas indagações sobre cultura e sobre como essa seria revelada, uma das perspectivas citadas foi aquela que pressupõe a cultura como um mecanismo de controle que se estabeleceria por meio de espécies de planos, regras, instruções ou programas responsáveis por mediar e, de fato, governar as ações, pensamentos e modos de ser do indivíduo integrante de determinado grupo social. Essa concepção de cultura também apresenta o viés interpretativo já tratado anteriormente, ou seja, ela se manifestaria por meio da construção de teias de significação, expressão utilizada por Geertz (2015).

Nesse ínterim, esse mesmo autor, ao tratar desses programas responsáveis por governar o comportamento humano, vai determinar que “[...] o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento.” (GEERTZ, 2015, p. 32). Assim, notamos o quão parece ser essencial a relação entre homem e cultura, uma vez que, diante dessas alegações, sequer poderíamos construir a imagem desse sujeito sem que essa estivesse perpassada, necessariamente, por sua cultura. Logo, falar de homem é falar de cultura. Esse aspecto está tão amarrado à existência humana que se torna impossível sequer imaginarmos o ser humano em sua essência apenas biológica e/ou orgânica. Geertz (2015, p. 50) postula que

O sistema nervoso do homem não permite apenas que ele adquira cultura, mas positivamente exige que o faça para simplesmente funcionar. Em vez de a cultura funcionar simplesmente para suplementar, desenvolver e ampliar capacidades orgânicas baseadas, lógica e geneticamente anteriores a ela, ela parece ser o ingrediente dessas capacidades. Um ser humano sem cultura seria, provavelmente, não um macaco intrinsecamente talentoso, embora incompleto, mas apenas uma monstruosidade totalmente sem mente e, em consequência, sem possibilidade de ser trabalhada.

É válido ressaltar a ideia defendida por Geertz (2015) de que um ser humano sem cultura não seria o equivalente a um macaco mais “desenvolvido” mas, antes disso, representaria uma monstruosidade. Esse modo de entender a cultura como aspecto essencial do ser humano ilustra a dissociabilidade que, entre homem e cultura, não existe e nem pode existir, segundo essa concepção. A antropologia, ciência responsável pelo estudo do homem e da humanidade no âmbito mais geral, isto é, abrangendo todas as dimensões do homem, já contribuiu das mais variadas maneiras tecendo afirmações sobre o ser humano que vão desde sua origem e evolução até seus costumes sociais, crenças, entre outros.

Entre as afirmações construídas pela ciência antropológica, Geertz (2015) afirma que “[...] ela tem a firme convicção de que não existem de fato homens não modificados pelos costumes de lugares particulares, nunca existiram e, o que é mais importante, não o poderiam pela própria natureza do caso.” (GEERTZ, 2015, p. 26). Com o respaldo da antropologia, reforça-se a ideia de que homem e cultura são aspectos indissociáveis e que, além disso, também alteram a concepção um do outro em sua relação, já que a cultura muda o homem que, por sua vez, também contribuiu para modular os aspectos culturais com os quais entra em contato e, antes de mais nada, nos quais está inserido.

A relação, portanto, do homem com a cultura se dá por meio de sistemas de símbolos significantes, ou seja, modos de representação e de significação mobilizados pelos sujeitos de um grupo social: “tais símbolos são, portanto, não apenas simples expressões, instrumentalidade ou correlatos de nossa existência biológica, psicológica e social: eles são seus pré-requisitos.” (GEERTZ, 2015, p. 36). Os símbolos significantes, portanto, são mais do que meros meios para que a cultura de um povo possa ser percebida mas, antes disso, são a essência e a razão pela qual podemos identificar determinada cultura.

De acordo com Geertz (2015), os homens apresentam uma necessidade muito grande de estabelecerem relações com sistemas simbólicos, uma vez que, para eles, a dependência dessas representações é fundamental para a própria constituição deles mesmos como criaturas. Essa dependência em relação a sistemas simbólicos mobiliza-nos a pensar que esse sujeito sente a consequente necessidade de se identificar de alguma maneira, de colocar-se no mundo a partir de alguma forma de identificação, isto é, a partir de uma identidade.

Quando pensamos em nossa identidade frente à sociedade e ao mundo não é incomum que as formulações identitárias recaiam sobre questões tanto biológicas quanto materiais. Isso significa dizer que o sujeito costuma constituir sua própria identidade por meio de aspectos como seu sexo, sua idade, sua etnia, suas roupas, seu nome, sua nacionalidade, sua profissão e sua condição econômica, para citar os principais. É um processo automático e inconsciente

essa tendência de pensarmos que aquilo que constrói nossa identidade é aquilo que conseguimos mostrar, de certa maneira, aos outros sujeitos. Porém, longe dessa concepção, Hall (2006, p. 13) defende a ideia de que a identidade de um sujeito “é definida historicamente, e não biologicamente.” (HALL, 2006, p. 13). Isso significa dizer que um sujeito tem sua identidade (ou suas identidades) constantemente transformada de acordo com os diferentes momentos que vive, com as diferentes maneiras pelas quais é interpelado em relação aos sistemas culturais que o rodeia.

Resta questionarmos, nesse momento, como esse sujeito de identidades fragmentadas, constituídas historicamente, constrói sua identidade cultural. Para isso, precisamos visitar e esclarecer um conceito muito caro às indagações que neste trabalho realizamos, uma vez que elas se voltam, principalmente, para a questão da cultura de um povo que é promovida a partir de aspectos relacionados à etnia. Estamos nos referindo à noção de cultura nacional, que inclui, portanto, as noções de etnia, raça, cor, língua, entre outras características que concentram um povo dentro de uma esfera de nacionalidade. “No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2006, p. 47), ou seja, além dos aspectos como sexo, idade, profissão, entre outros, é fato que a nacionalidade a qual pertencemos ou nos identificamos torna-se, constantemente, um modo de identificar quem somos e que lugar ocupamos no mundo.

Segundo Craice (2013), a identidade nacional se forma por meio de um sentido comunitário partilhado entre os indivíduos de determinado grupo, e essa identidade “[...] procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os.” (CRAICE, 2013, p. 138-139). Percebemos, na perspectiva adotada por essa autora, que o viés interpretativo presente nas questões identitárias também é um dos aspectos levados em consideração quando relacionado à instituição da cultura e identidade de um povo. Ainda nesse sentido, essa estudiosa garante que a língua é um objeto histórico que se encontra diretamente conectado às noções de formação do país, de uma nação, de um Estado.

Embora esse conceito de identidade nacional possa conduzir ao pensamento de que basta identificarmos o lugar de nosso nascimento ou mesmo nosso sobrenome, que estaremos então aptos a afirmar de qual nacionalidade fazemos parte, essa noção não ganha força na perspectiva que aqui defendemos. Por isso, é válido ressaltar que “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*.” (HALL, 2006, p. 49, grifos do autor). Nesse ínterim, reiteramos que as noções de cultura e identidade aqui discutidas estão, invariavelmente, transpassadas

pela lógica interpretativa, ou seja, a produção de sentidos, a significação e a representação são os processos constituintes dessas noções. Desse modo, descartar a possibilidade de que a identidade nacional está simplesmente conectada ao país de origem ou à árvore genealógica de um sujeito torna-se uma atitude necessária.

Assim, “as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.” (HALL, 2006, p. 51). Uma nação estabelece certo universo de sentidos a partir do qual os sujeitos podem ou não se identificarem. Se a identificação ocorre, de fato, então esse sujeito passa a se considerar parte daquele universo de sentidos, parte daquela nação, e sua identidade é, então, representada tendo esse cenário nacional por trás, sem excluir, obviamente, outras identidades que coexistem na constituição desse ser. Mas de que maneira as identidades se revelam no mundo e para o mundo? Explicamos, agora, o aspecto relacionado à formação da identidade que possivelmente consolida-se como o mais importante neste trabalho, já que parece ser a partir dele que o discurso, corpus de análise desta pesquisa, se constrói e se desenvolve.

Na brevidade de uma afirmação, vemos esclarecida a maneira como a identidade se constitui: “[...] a identidade é relacional.” (WOODWARD, 2011, p. 9). A identidade, portanto, é constituída na relação que ela apresenta com outras identidades, pois, de forma não exclusiva, constituir algo a partir de relações já está presente em outras conceituações importantes na história das ciências. Para lembrar aquele que é considerado o pai da linguística, Ferdinand de Saussure, e também já relacionando a um dos aspectos de interesse nesta análise, a língua, é preciso ressaltar que a definição de signo para o linguista também encontrava embasamento no fenômeno da relação. A afirmação de que “um signo é o que o outro não é” perpassa a teoria do estudioso e relaciona-se diretamente com a concepção de identidade aqui apresentada. Um signo só pode constituir-se porque não é outro signo.

De maneira similar, uma identidade só pode constituir-se porque não é outra identidade. Aqui vemos apresentado o princípio da diferença. Assim, “a identidade é [...] marcada pela diferença.” (WOODWARD, 2011, p. 9). Um sujeito é capaz de construir sua identidade somente porque essa está em oposição a outras, ou seja, num simples exemplo: somos brasileiros porque não somos mexicanos. Ainda, é válido lembrar que, nesse processo de diferenciação, a similaridade está inevitavelmente imbricada: somos brasileiros porque não somos mexicanos também possibilita a afirmação de que somos brasileiros porque somos similares a outros brasileiros.

Woodward (2011), então, esclarece que devido ao momento histórico-social vivido por determinada cultura nacional, os sujeitos desse grupo cultural apresentam uma tendência a

dar mais ênfases a determinados tipos de diferenças, deixando de lado outras não tão importantes para determinar sua identidade naquela situação. No momento da análise do corpus de pesquisa deste trabalho, nos deparamos justamente com esse fenômeno, em que o grupo social (ou a mídia) parece escolher quais diferenças são as mais importantes destacar para a construção de sua identidade. Maiores esclarecimentos sobre esse processo serão realizados mais adiante, no capítulo referente à análise.

Além da questão crucial da diferença, outra maneira pela qual as identidades passam a defender sua constituição é, segundo Woodward (2011), por meio da retomada a antecedentes históricos. As glórias de uma nação são, constantemente, mobilizadas pelos sujeitos que se identificam com o universo de sentidos estabelecido e que passam a argumentar a favor de sua identidade nacional, utilizando-se de fatos históricos tidos como acontecimentos memoráveis e dignos de orgulho.

No que concerne à noção essencial de diferença para estabelecer e construir a identidade de um povo, lembramos que “a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades.” (WOODWARD, 2011, p. 14, grifos do autor). Essa postulação, de certa maneira, resume a concepção que neste capítulo procuramos construir sobre as noções de cultura, identidade, cultura nacional, identidade nacional e, principalmente, como essas são constituídas e como se revelam no mundo, a saber: a cultura e a identidade de um sujeito se estabelecem por oposição a outras culturas e outras identidades, e essa oposição é marcada simbolicamente, ou seja, é representada por meio da construção de sentidos. E mais, a marcação simbólica que aqui nos interessa (apesar de não esquecermos que existem, sim, outros modos de significação) é especificamente o discurso de um povo, já que “uma das formas de manifestação da identidade nacional é inquestionavelmente a linguística, talvez a mais importante.” (CRAICE, 2013, p. 140). A diferença de que tratamos, portanto, é estabelecida no modo como se constroem os significados no contexto de uma conjuntura social e cultural.

Nessa amálgama de considerações sobre questões culturais que foram, neste capítulo, tecidas, precisamos deter-nos agora no modo de construção e instituição dos discursos, na maneira como eles se apresentam e, principalmente, no modo como são planejados (de maneira consciente ou não) por seus autores. Continuamos falando sobre o homem, mas especificamos a diante nossas considerações sobre o universo discursivo no qual esse transita e, como vimos, a partir do qual esse sujeito é capaz de situar-se culturalmente, construindo sua identidade no mundo.

O discurso mais adiante analisado traz à luz questões relacionadas à etnia, à noção de raça, de nacionalidade e de pertencimento, e nos convida a uma reflexão sobre fenômenos racistas que, de modo constante, se repetem em nosso repertório cultural, especificamente referindo-se ao Brasil. Desse modo, e assumindo a perspectiva interpretativa da constituição da cultura de um sujeito e de seu povo, lembramos que “a diferença genética – o último refúgio das ideologias racistas – não pode ser usada para distinguir um povo do outro. A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica.” (HALL, 2006, p. 63). Aqui, nos propomos a demonstrar que o discurso pode ser, e de fato é, mais poderoso e significativo do que as meras características biológicas do homem.

3. SOBRE O UNIVERSO DO DIZER: O DISCURSO QUE (TRANS)FORMA O MUNDO

Dentre os diversos sistemas e meios pelos quais o ser humano torna possível sua convivência e a troca de experiência e informação com seus pares, é fato que o uso da língua tem um lugar privilegiado, uma vez que ela permeia grande parte das interações humanas, de um modo ou de outro, constituindo-se como essencial para o desenvolvimento e a própria existência da sociedade. Nosso objetivo neste trabalho é o de analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*, e é a partir desse objetivo que precisamos chamar a atenção para um aspecto essencial. Não estamos falando da língua de um povo, do sistema de signos que cada um de seus indivíduos se apropria para, então, comunicar e viver. Antes disso, falamos em discurso, perspectiva essa que nos permite enxergar de maneira muito mais abrangente aquilo que, para alguns, não passa de um simples colocar em ação um sistema pronto e gravado na memória dos indivíduos de determinado grupo social.

Desse modo, é preciso esclarecer que, na esfera de estudos linguísticos, vários são os conceitos de discurso envolvidos, cada qual apresentando sua própria maneira de constituir essa noção um tanto mais complexa que a língua enquanto sistema. Para o estudo que realizamos, admitimos que nossa perspectiva de trabalho com a noção de discurso é referente à Análise de Discurso, mais especificamente, as considerações que Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) faz em relação às práticas discursivas. Neste capítulo, portanto, explicamos os aspectos essenciais sob a perspectiva discursiva do estudioso francês, dando ênfase para as noções dessa teoria que nos auxiliam a alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa.

Assim, este capítulo teórico é organizado da seguinte maneira: primeiramente, realizamos alguns esclarecimentos acerca das noções de discurso, interdiscurso e enunciado, aspectos esses que se encontram indissociáveis na concepção de Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b). Na sequência, trabalhamos mais especificamente com a questão do discurso e seus diferentes planos, constituindo um estudo que advém da semântica global e que será essencial para este trabalho, uma vez que, a partir dessas noções, construímos as categorias de análise e viabilizamos o estudo do corpus em questão.

Então, percorrendo um caminho que vai do geral até o específico, num terceiro momento apresentamos as considerações essenciais em torno das cenas de enunciação, que envolvem também algumas relações com outros estudos, principalmente com a noção de

gênero discursivo associada ao trabalho de Mikhail Bakhtin e o Círculo (2003). Na sequência, estabelecemos algumas bases para o trabalho com as noções de cena de enunciação, de cenografia e de ethos discursivo, ainda na perspectiva de Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b), esclarecendo aspectos determinantes em torno do modo como essa ideia de projeção da imagem de si de um locutor interfere na construção de sentidos de determinado discurso.

Por último, esclarecemos questões relacionadas à mídia e a sua influência nas trocas comunicativas atuais, dando ênfase para as consequências desse processo na construção de sentidos via discurso.

3.1 O DISCURSO E O OUTRO: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA

No decorrer da história da humanidade, o homem buscou meios diferentes para entrar em contato com o outro. Ao considerar que a vida humana sempre se organizou em sociedade, sempre tivemos a necessidade de encontrar modos que facilitassem e, antes disso, tornassem viável a convivência em grupo. A língua, nesse ínterim, constitui-se como um dos principais meios de comunicação entre os homens, se não o principal, e é a partir dela que temos a capacidade de compreender melhor esse indivíduo que se posiciona no mundo. Porém, é preciso esclarecer que a descrição desse sistema “[...] não é suficiente para explicar determinados fenômenos nos quais a língua está envolvida” (SOARES; SELLA; COSTA-HÜBES, 2013, p. 267). Nessa perspectiva, não somente as sequências de signos interessam na construção de sentidos mas, antes disso, os sujeitos e as situações envolvidos na mobilização desses signos.

De acordo com Maingueneau (2002), a manifestação linguística está sempre relacionada a uma fonte enunciativa, ou seja, um sujeito que se apropria do sistema da língua para construir sentidos que devem ser interpretados por outro ou outros sujeitos. Aqui entramos na arena do discurso, uma realidade para além da mera combinação de letras e palavras. Nessa perspectiva, no entanto, precisamos esclarecer um ponto crucial para que a análise desenvolvida neste trabalho torne-se possível: ainda que o discurso se encontre em uma esfera muito mais abrangente que uma sequência de signos, é a partir dessas sequências que conseguimos construir algumas considerações em torno da construção de sentidos, ou seja, precisamos trabalhar com a perspectiva de enunciado que, conforme Maingueneau (2002, p. 21), se consolida “[...] mais precisamente como uma sequência verbal”.

É válido ressaltar, portanto, que a análise do corpus, neste estudo, terá como ponto de partida alguns enunciados, que servirão como aporte para as considerações que serão tecidas em torno das situações de comunicação do discurso em pauta, bem como os sujeitos participantes desse evento discursivo. Assim, podemos afirmar que enunciado e discurso remetem a dois pontos de vista diferentes, já que “[...] o enunciado concerniria ao caráter de unidade linguística e o discurso, a uma unidade de comunicação associada a condições de produção devidas.” (SOARES; SELLA; COSTA-HÜBES, 2013, p. 264). Contudo, ainda que representem pontos de vista diferentes, a relação entre eles é intrínseca e, principalmente, em termos de análise, é essencial que se leve em consideração a materialização do discurso, ou seja, seu ou seus enunciados. Soares, Sella e Costa-Hübes (2013) afirmam que no trabalho com o discurso, a partir de seus enunciados, há um deslocamento do foco de atenção que recai, principalmente, sobre as condições de produção. Nessa perspectiva, se considera, sim, o enunciado, mas não como sendo o produto de uma construção, e sim, como um processo, como algo a ser construído a partir de. Essa, portanto, será a maneira pela qual mobilizaremos as análises neste estudo, vislumbrando os enunciados como ponto de partida para nossas considerações.

Nesse contexto, é válido lembrar que a Análise do Discurso, segundo Soares, Sella e Costa-Hübes (2013), não aprova a noção de que um enunciado possua apenas um sentido mas, antes disso, considera que esses enunciados são sempre possibilidades de sentidos, são plurais, uma vez que todos estão envolvidos em um discurso. Dessa maneira, seria inapropriado tralharos com a noção de sentido, pois a própria nomenclatura parece suscitar que esse seria, então, “único”. Antes disso, e mais propriamente falando, mobilizaremos a noção de efeito de sentido, ou melhor, efeitos de sentido, no plural, para que consigamos, desse modo, levar em consideração as diferenciações aqui apresentadas.

Realizadas essas explicações em torno das diferenças entre discurso e enunciado, especificamos agora os oito modos de instituição de um discurso, modos esses que se complementam e apresentam-se indissociáveis dentro da perspectiva discursiva. Primeiramente, partimos do pressuposto de que o discurso *é uma organização situada para além da frase*, já que de modo complementar às explicações sobre a diferenciação que precisa ser realizada entre discurso e enunciado, temos que o discurso não diz respeito, apenas, à materialização de signos, ou seja, ao modo como se apresenta o sistema linguístico mobilizado por determinado grupo social. Maingueneau (2002, p. 52, grifo do autor) postula que o discurso “[...] mobiliza estruturas de uma *outra ordem* que as da frase.” Sob a perspectiva do estudioso, portanto, a ação de compreender determinado enunciado não está

relacionada a um conhecimento de gramática ou dicionarizado da língua, mas que essa compreensão pressupõe uma atitude muito mais abrangente do sujeito que interpreta, visto que esse precisa “mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 20).

Assim, o movimento de interpretação é muito maior do que aparenta ser, pois requer um esforço daquele indivíduo que o faz, obrigando-o a tomar uma atitude ativa frente aos efeitos de sentido que se tornam possibilidades em seu processo interpretativo. Maingueneau (2002) ainda vai denominar os discursos como unidades transfrásticas, considerando que essas unidades obedecem a certas regras de organização que regem o grupo social no qual são mobilizadas.

Além disso, o discurso é *orientado*, e tal concepção advém de duas características que lhe são próprias: a primeira diz respeito ao fato de que o discurso é construído a partir de uma perspectiva assumida por um sujeito, ou seja, em seus bastidores encontra-se presente um olhar, um modo de construir, uma orientação advinda daquele sujeito produtor de efeitos de sentido. A segunda característica é a de que o discurso se desenvolve de forma linear no tempo, já que “o discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 52-53). Assim, ser produzido por um sujeito e desenvolver-se em uma linha do tempo linear fazem do discurso uma ação orientada.

O discurso também é *uma forma de ação*, pois é por ele que um sujeito, fazendo uso do sistema de signos compartilhado por sua comunidade, torna-se capaz de influenciar de modo direto a ação de outros sujeitos, seja ela qual for. Pela língua prometemos, duvidamos, garantimos, interrogamos, afirmamos, vivemos. Dessa maneira, Maingueneau (2002, p. 53, grifo do autor) considera que “Falar é uma forma de *ação* sobre o outro e não apenas uma representação do mundo.”

Maingueneau (2002) ainda defende a ideia de que existe uma relação indubitável entre a atividade verbal e atividades não verbais, ou seja, mesmo aquelas ações que “parecem” isentas de qualquer processo linguístico também estão, de uma maneira ou de outra, imbricadas no fenômeno verbal, pois toda ação do homem pressupõe a construção de um sentido, ou, mais precisamente, efeitos de sentidos.

Ainda afirma-se que o *discurso é interativo*, uma vez que o fato dele pressupor o fenômeno da interação é, diga-se de passagem, talvez a mais importante das características ao diferenciarmos língua de discurso. Enquanto a língua pode ser classificada como um sistema de signos que se apresenta relativamente inerte, uma vez que esse está disposto de maneira

igualitária para suprir as necessidades comunicativas de determinada comunidade, o discurso precisa sempre ser olhado como algo em constante movimento, um processo que mobiliza diferentes ações na construção de efeitos de sentido. Alinhado a essa perspectiva, Maingueneau (2002, p. 53, grifo do autor) postula que “a atividade verbal é, na realidade, uma *inter-atividade* entre dois parceiros, cuja marca nos enunciados encontra-se no binômio EU-VOCÊ da troca verbal.”

O discurso, portanto, sempre se apresenta no entremeio da relação entre dois sujeitos, que estão longe de serem figuras passivas nesse jogo, mas antes tornam-se os protagonistas na construção de efeitos de sentido. Nessa configuração de discurso, que pressupõe a presença de sujeitos, é necessário lembrar que “[...] todo ato de enunciação é fundamentalmente *assimétrico*: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido com base nas indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciator.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 20, grifo do autor). Eis a particularidade que somente à esfera do discurso pertence: todo discurso é produzido com alguma intenção, porém essa intenção nem sempre é alcançada com sucesso, o que pode gerar alguns desencontros na interação dos indivíduos em sociedade.

De fato, se assumimos a ideia de que a interação entre indivíduos sempre apresenta a característica da assimetria, também precisamos considerar que, segundo Maingueneau (2002), não há apenas uma interpretação possível para um enunciado, mas que aquele que o produz precisa auxiliar seu destinatário para que esse possa chegar ao efeito de sentido mais provável. Essa pluralidade em torno dos efeitos de sentido que um mesmo enunciado pode ter também diz respeito ao fato de que todo enunciado pertence, antes e necessariamente, a um discurso, e cada discurso vai moldar os caminhos das diferentes construções de efeitos de sentido possíveis naquela esfera de comunicação, ou seja, na interação.

Em suma, “o sentido não é de nenhum interlocutor, mas produzido, enquanto efeito, no discurso que se constitui pelos/nos interlocutores em interação.” (SOARES; SELLA; COSTA-HÜBES, 2013, p. 270). O sentido não tem dono, mas se constitui dependendo exclusivamente da configuração na qual foi colocado em ação. Além disso, o *discurso é contextualizado*: quando discutimos sobre a questão do contexto envolvido em determinado discurso, não é raro nos deparar com a ideia de que o contexto seria uma espécie de cenário no qual o discurso passa, então, a existir, e que esse cenário, essa moldura, seria a responsável por determinar alguns efeitos de sentido que, caso o contexto fosse outro, também constituiriam-se como feitos outros.

Essa noção não é de toda errada, porém é essencial lembramos que “[...] não existe discurso senão contextualizado.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 54). O contexto, portanto, não é uma peça opcional, um acessório que pode ser colocado ou retirado de um discurso, mas ele é a própria razão de considerarmos um discurso como discurso. Um discurso só existe e só pode ser considerado como tal porque, associado a ele, existe um contexto.

Além dessa relação intrínseca, é preciso lembrar que “[...] o discurso *contribui para definir* seu contexto, podendo modificá-lo no curso da enunciação.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 55, grifo do autor). Assim, discurso e contexto apresentam uma imbricação tão estreita que a própria modificação, desvio ou alteração de um, afeta diretamente a configuração do outro. Sobre a questão da contextualização inerente a qualquer discurso, é preciso considerar que um enunciado só pode produzir algum efeito de sentido no contexto no qual se encontra inserido, ou seja, no discurso a que ele pertence. Desse modo, há sempre “[...] um EU que se coloca como o responsável pelo que se diz e é em torno desse sujeito que se organizam as referências de tempo e de espaço.” (SOARES; SELLA; COSTA-HÜBES, 2013, p. 272). De modo sucinto, discurso e contexto coexistem de igual maneira, de modo que a ausência de um acarreta a ausência do outro, inevitavelmente.

Ademais, o discurso *é assumido por um sujeito*: se, em nossas posteriores considerações, assumimos a ideia de que o discurso é interativo, logo essa interação presume, também, um sujeito que se apropria da língua e que, justamente por colocar a língua em funcionamento, a promove a discurso. Um discurso só pode ser assumido como tal se remeter a um sujeito, pois “[...] um EU, que se coloca como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que *atitude* está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu co-enunciador.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 55, grifo do autor).

É esse indivíduo o responsável por dar a orientação necessária para a construção dos efeitos de sentido de seu discurso. Sobre essa questão do sujeito que assume o discurso e que o constrói para ser interpretado por outro sujeito, precisamos esclarecer que, para a análise desenvolvida neste trabalho, optamos por utilizar as nomenclatura de enunciador (para aquela que produz o discurso) e coenunciador (para aquele responsável por o interpretar), uma vez que esses são os termos utilizados nos estudos de Análise do Discurso desenvolvidos por Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b).

O discurso também *é regido por normas*, pois não pode ser entendido como algo que se constrói sem determinados parâmetros. É preciso lembrar que sua própria existência não pode ser legitimada, segundo Maingueneau (2002), se ele não conseguir justificar o modo como se apresenta ou como deixa de ser apresentar. Assim, “cada ato de linguagem implica

normas particulares.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 55). A cada acontecimento o discurso necessita comprovar, de certa maneira, que sua forma de apresentação e desenvolvimento é legítima e confiável.

Por fim, *o discurso é considerado no bojo de um interdiscurso*: apesar da ideia de que existem diversos discursos e que cada um projeta seus sentidos dentro de suas especificidades ser a mais automática, é preciso lembrar que um discurso sempre faz referência a outros dizeres, outras vozes, outros discursos. “O discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros – outros enunciados que são comentados, parodiados, citados etc.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 55).

Nesse sentido, é válido lembrar que Maingueneau (2002) assume a perspectiva de que o simples ato de classificar um discurso como pertencendo a um gênero² já é o suficiente para relacionar esse discurso com todos os outros discursos desse mesmo gênero. Desse modo, dizemos que os discursos estão todos imbricados em uma espécie de rede interdiscursiva, que conecta e relaciona todos os acontecimentos discursivos existentes. Assim, “nenhum discurso é único, singular, mas está em constante interação com os discursos que já foram produzidos e estão sendo produzidos” (SOARES; SELLA; COSTA-HÜBES, 2013, p. 272).

Quando consideramos essa perspectiva interdiscursiva, precisamos também estar dispostos a explorar essa conversa constante entre os discursos, pois é nesse jogo de relação que nascem os efeitos de sentido. Desse modo, a teoria proposta por Maingueneau (2005) sobre o primado do interdiscurso suscita algumas questões muito importantes a serem consideradas. Conforme Maingueneau (2005, p. 31), “nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro.”

Estamos aqui no cerne da questão: se consideramos que os discursos só existem porque se encontram em constante relação com outros discursos, precisamos pensar melhor sobre essa perspectiva do Outro, que Maingueneau (2005) opta por apresentar com a primeira letra em maiúsculo, propositalmente, porque, de fato, ele faz referência a esse “grande” Outro, que será melhor explorado na sequência. Antes, já colocamos em prática, como uma espécie de exercício de metalinguagem, a noção de interdiscurso, pois quando suscitamos a existência desse Outro torna-se quase impossível não construirmos uma relação direta com a noção de dialogismo advinda de Mikhail Bakhtin.

² Assumimos a noção de gênero discursivo advinda da concepção de Mikhail Bakhtin e do Círculo. Essa noção será melhor explorada na sequência do trabalho, mais especificamente na terceira seção deste capítulo.

É preciso, pois, realizar alguns esclarecimentos em torno dessa figura do Outro, uma vez que não se pode cair na armadilha de considerar essa noção como algo que ela não é. O Outro do discurso não é, como afirma Maingueneau (2005), um fragmento que possa ser localizado e destacado do discurso, não é algo que se sobressai do discurso ao qual se encontra relacionado mas, antes disso, “se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 36-37). Segundo esse teórico, o Outro do discurso também está longe de se filiar à figura de um interlocutor, pois o Outro não é aquele sujeito para quem o enunciador se dirige, mas representa as outras falas, dizeres, saberes e discursos já presentes naquele mesmo discurso.

Essa concepção de interdiscurso é tão constitutiva dos discursos que, majoritariamente, sua existência passa despercebida. Para exemplificar essa automatização, consideremos um exemplo bastante simples: “para que uma palavra tenha sentido, é preciso que ela já faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso, do Outro).” (SOARES; SELLA; COSTA-HÜBES, 2013, p. 275). Assim, nos acontecimentos mais cotidianos de nossa vida em sociedade, o simples ato de colocar em funcionamento o sistema de signos da língua já implica considerarmos um já-dito, pois só fazemos determinadas escolhas linguísticas por conta desse eco de sentido que permanece nelas.

Em suma, “reconhecer esse tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o seu Outro.*” (MAINGUENEAU, 2005, p. 36, grifo do autor). Ou seja, é compreender que as especificidades de determinado discurso sempre coincidem, também, com as especificidades dos outros discursos com os quais esse constrói uma relação intrínseca e, também, constitutiva. Para a análise desenvolvida neste trabalho, construímos observações em torno de enunciados que compõem o discurso que é corpus de pesquisa. Desse modo, e considerando o primado do interdiscurso, consideraremos, em nossa análise, que os enunciados apresentam dois principais modos de se relacionar com o Outro: o primeiro modo constitui-se como forma de aceitação, confirmação e reforço do Outro; o segundo se constitui como forma de negação, rejeição e oposição ao Outro. Logo, “[...] esses enunciados têm um ‘direito’ e um ‘avesso’ indissociáveis: deve-se decifrá-los pelo lado ‘direito’ (relacionando-os à sua própria formação discursiva), mas também por seu ‘avesso’, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 38).

Nesse ponto em que falamos de formação discursiva, é preciso ressaltar que a perspectiva adotada por Maingueneau, quando trata dessa noção, é similar à advinda de Michel Foucault (2008a, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Diante disso, toda vez que falarmos em formação discursiva no decorrer deste estudo estamos nos referindo a um conjunto de enunciados que apresentam certas regularidades e que, por esse tipo, são tidos como parte de uma mesma formação discursiva. Esclarecidas, então, as questões referentes a discurso, enunciado, interdiscurso e formação discursiva, explicamos, na sequência, os sete planos constitutivos de qualquer discurso, ou seja, sua semântica global.

3.2 DAS POSSIBILIDADES DO SENTIDO: OS PLANOS DISCURSIVOS

No estudo do discurso é recorrente a existência de certos impasses no momento de tratar a questão da significação, afinal, a partir de que indícios temos a capacidade de dizer que um discurso significa X e não Y? Essa é a pergunta que nos leva a assumir uma posição sobre a maneira como vamos tratar a significância do discurso nesse trabalho. Sendo assim, instituímos como norte os sete planos da semântica global (MAINGUENEAU, 2005), pois entendemos que a partir deles seremos capazes de demonstrar o processo de construção de efeitos de sentido do discurso em pauta. Vale lembrar, portanto, que “as restrições da semântica global não se destinam somente a analisar ‘ideias’. Elas especificam o funcionamento discursivo que, em graus diversos, investiu as vivências dos sujeitos.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 96).

Não estamos, de fato, preocupados somente com os efeitos de sentidos advindos do discurso que, neste trabalho, é analisado mas, antes, temos a preocupação de discutirmos o modo de funcionamento de um discurso. Nesse sentido, é importante lembrar que, conforme Maingueneau (2005), trabalhar na perspectiva dos sete planos da semântica global não significa que, em determinado discurso, um desses planos esteja mais sobressaliente em relação aos outros, mas que os efeitos de sentido de um discurso só se produzem porque todos os planos estão integrados em um mesmo momento. A título de esclarecimento, durante a

análise do corpus deste trabalho, existirão momentos em que, a partir da análise de um enunciado, um ou outro plano terá maior destaque, no sentido de se tratar de exemplos mais explícitos desses planos. Porém, é preciso lembrar que todo enunciado engloba, concomitantemente, todos os planos discursivos que dizem respeito à semântica global.

Explicamos, agora, no que constitui cada um dos sete planos, mantendo a atenção para o fato de que “a própria lista desses planos considerados não é um objeto de elaboração teórica suficiente para pretender definir um modelo de textualidade.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 77). Logo, a finalidade dessa relação de planos é a de demonstrar, de modo geral, as diferentes dimensões que são consideradas em uma semântica global. Começamos, então, por relacioná-los:

a) *Intertextualidade*: todo discurso é construído a partir de um sistema de restrições, e essas restrições moldam a própria existência desse discurso. Nessa perspectiva, precisamos considerar que “[...] ao lado dessas restrições compartilhadas pelo diversos membros de um campo, há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 78). Desse modo, o discurso estabelece-se sempre como uma forma de resposta a outros discursos anteriores a ele, seja a título de confirmação ou de recusa. Assim, todo discurso apresenta, entre seus planos, a intertextualidade.

É preciso, no entanto, que se faça um exercício de diferenciação entre intertexto e intertextualidade. Conforme Maingueneau (2005), o intertexto diz respeito aos fragmentos de textos alheios que o discurso efetivamente cita em seu corpo. Já a intertextualidade é definida como os “[...] tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 77). Ou seja, a intertextualidade, nesse caso, é constitutiva do discurso, pois esse sempre responde a outros discursos do mesmo campo discursivo ou de campos discursivos diferentes, fazendo, dessa maneira, referência a eles.

b) *O vocabulário*: o vocabulário de um discurso também se configura como um dos planos de sentido estabelecidos pela semântica global. Porém, ao contrário do que poderia se imaginar, falar em vocabulário de um discurso não é, simplesmente, falar sobre as escolhas lexicais feitas pelos enunciadores. Nesse ponto, é preciso que alguns esclarecimentos sejam realizados. Torna-se necessário, antes de mais nada, dizer que “não há muito sentido em falar do vocabulário desse ou daquele discurso, como se fosse um discurso possuir um léxico que lhe fosse próprio.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 80). As palavras encontram-se disponíveis nessa espécie de tesouro depositado em cada indivíduo pertencente a determinada comunidade, uma referência aos estudos de Saussure, e cada indivíduo fará suas escolhas e

mobilizará as palavras de acordo com seus interesses, podendo uma mesma palavra estar presente em diferentes universos discursivos.

Desse modo, estabelecemos que “[...] a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 80). É preciso dar ênfase à expressão “em si mesma”, de acordo com a afirmação de Maingueneau (2005), porque ela constitui a marca explícita do que aqui queremos explicar. A palavra sozinha não possui força suficiente para criar um efeito de sentido, mesmo que ela tenha sido empregada a partir de sua virtualidade de sentido, no sistema da língua, como afirma Maingueneau (2005). Assim, precisamos atentar para o fato de que “[...] além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori equivalentes*, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 81, grifo do autor).

Esse, portanto, é o principal aspecto que deve estar claro: na perspectiva dos planos de sentido da semântica global, entendemos o vocabulário de um discurso, as palavras nele contidas, como signos de pertencimento, ou seja, os enunciadores usam essa ou aquela palavra para marcar suas posições em um discurso, ou seja, a palavra só tem um efeito de sentido porque a sua própria escolha é a responsável por marcar uma posição em relação a outros discursos, seja em aceitação ou oposição a eles.

Dessa maneira, Maingueneau (2005) ressalta que se um sistema de restrições é válido, então ele tem a capacidade de justificar o uso de certos termos utilizados pelos enunciadores, que em seus discursos legitimarão sua posição a partir de seu vocabulário.

c) *Os temas*: a noção de tema pode tornar-se de difícil manejo se, porventura, cairmos na armadilha de tentar encontrar sua definição perfeita. Por esse motivo, “[...] nos contentaremos com a definição mais vaga, ‘aquilo de que um discurso trata’, em qualquer nível que seja.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 81). A partir dessa definição, consideramos a ideia de Maingueneau (2005) de que a ação de um tema pode ser percebida em todo o desenrolar de um texto. Porém, assim como no caso dos esclarecimentos realizados em torno da noção de vocabulário, a ideia de tema também requer um manejo diferenciado, já que “como no caso do vocabulário, o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 82). Novamente, o que realmente importa não é o tema em si, do que trata um discurso, mas sim o modo como esse tema é mobilizado na construção do discurso, em seu uso efetivo.

Desse modo, Maingueneau (2005) postula que um discurso vai sempre integrar semanticamente todos os seus temas e que, por esse motivo, todos seus temas estarão de

acordo com seu sistema de restrições. É válido lembrar, porém, que “é por sua formação discursiva e não por seus temas que se define a especificidade de um discurso.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 84). Assim, quando falarmos no ponto específico de que trata o discurso que é analisado neste trabalho, faremos referência especificamente à sua formação discursiva, e não a seu tema.

d) O estatuto do enunciador e do destinatário: vimos, na seção anterior, que um discurso só pode ser considerado como tal se for assumido por um sujeito que, por sua vez, sempre constrói seu discurso em vista de um outro sujeito, que toma a posição de destinatário. Ainda na seção anterior, esclarecemos que, neste estudo, assumiremos como nomenclatura desses sujeitos as noções de enunciador e coenunciador, já que essas são as formas mais utilizadas por Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) nos seus postulados teóricos.

Relembradas essas especificidades, falamos agora sobre a noção de estatuto do enunciador, visto que “[...] cada discurso define o *estatuto* que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 87, grifo do autor). Assim, é o próprio discurso que determina a atitude que deve ser tomada, tanto do enunciador quanto do coenunciador, para que, de fato, eles possam construir efeitos de sentido sobre o que é dito.

De acordo com Maingueneau (2005), toda vez que um enunciador inicia o mecanismo discursivo, esse pressupõe que seu coenunciador possua determinada gama de conhecimentos e saberes sobre o que se fala, já que a ausência de uma resposta, uma interpretação, torna inútil a própria construção do discurso. “A essa dimensão ‘institucional’ se acrescenta certa relação do enunciador e do destinatário com as diversas fontes de saber; o que nos leva à dimensão intertextual.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 87). Portanto, cada vez que falamos sobre estatuto do enunciador (EU) e do coenunciador (TU) estamos tocando, também, no plano da intertextualidade, uma vez que a conversa com outros discursos torna-se necessária para o processo de construção e interpretação de um discurso.

e) A dêixis enunciativa: todo discurso pressupõe, inevitavelmente, a instauração de uma dêixis relacionada tanto ao espaço quanto ao tempo que o próprio discurso constrói dentro dos limites do seu universo. “Não se trata, pois, das datas, dos locais em que foram produzidos os enunciados efetivos, tanto mais que o estatuto textual dos enunciadores não coincide com a realidade biográfica dos autores.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 88). Assim, abordamos as noções de tempo e espaço aqui não como medidas físicas, mas como instâncias que tem o poder de legitimar a enunciação, tendo em vista que “essa dêixis [...] delimita a

cena e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 89, grifo do autor).

De maneira sucinta, a dêixis estabelece a *cena* e a *cronologia* (tempo) do discurso de acordo com os sistema de restrições da formação discursiva, e essa dêixis é, então, a responsável pela localização do discurso dentro de seu limite espaciotemporal.

f) *O modo de enunciação*: o discurso, independentemente de seu modo de execução e existência, está relacionado também a uma específica maneira de dizer “a que nós chamaremos de *modo de enunciação*.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 90, grifo do autor). Assim, cada discurso, por meio de seu modo de enunciação, deixa aparecer também um tom, noção essa relacionada ao modo como o enunciador maneja o discurso, na busca por seu objetivo de criar efeitos de sentido sobre seu coenunciador. Assim, “*a fé em um discurso supõe a percepção de uma voz fictícia, garantia da presença de um corpo*.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 91, grifo do autor). Desse modo, um discurso só é digno de validade se, por meio dele, tornar-se perceptível a existência de um corpo, de uma voz. Mesmo que sua forma de existência seja escrita, ainda assim o discurso possui sua voz própria.

De toda maneira, estabelecemos que “o próprio ‘tom’ se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*, estreitamente associadas.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 92, grifo do autor). Esclarecemos, neste momento, que na última seção deste capítulo, onde trataremos especificamente sobre a noção de *ethos* e imagem de si, apresentaremos maiores explicações em torno das noções de *caráter* e *corporalidade*, bem como retomaremos a própria noção de tom.

É importante lembrar que, segundo Maingueneau (2005), o modo de enunciação sempre seguirá as mesmas restrições semânticas responsáveis por controlar o próprio conteúdo do discurso. Como efeito, não é incomum que o próprio modo de enunciação torne-se o tema do discurso, perceptível em qualquer parte desse mesmo discurso. Em suma “[...] os textos falam de um universo cujas regras são as mesmas que presidem sua enunciação.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 93). Portanto, a maneira de dizer está relacionada diretamente com uma maneira de ser, noções essas que serão melhor trabalhadas quando falarmos, especificamente, em *ethos* discursivo.

g) *O modo de coesão*: o último plano da semântica global aqui relacionado é o modo de coesão, que é próprio a cada formação discursiva. Essa noção está conectada “[...] à maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas. Esse domínio recobre fenômenos muito diversos, entre os quais o *recorte discursivo* e os *encadeamentos*.”

(MAINGUENEAU, 2005, p. 94, grifo do autor). Segundo Maingueneau (2005), o recorte discursivo existe em um nível fundamental e tem a capacidade de atravessar as divisões em gêneros constituídos. É necessário enfatizar que “esse recorte discursivo não apresenta pertinência real, a não ser quando relacionado ao sistema que lhe atribui seu sentido.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 95).

O modo de coesão de um discurso também tem a ver com seus encadeamentos, ou seja, cada formação discursiva apresenta uma maneira própria de apresentar o discurso, de construir suas partes, seus capítulos, de passar de um tema a outro. Assim, “todas essas junturas de unidades pequenas ou grandes não poderiam escapar à carga da semântica global.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 96).

Realizadas essas considerações sobre os sete planos da semântica global, especificaremos ainda mais nosso estudo teórico trazendo à tona, na próxima seção, as três cenas de enunciação do discurso, perspectiva defendida por Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b), e esclarecendo como essas três cenas estão imbricadas no discurso e colaboram na construção de sentidos e de modos de dizer e, portanto, modos de ser.

3.3 O PALCO DO DISCURSO E AS CENAS DE ENUNCIÇÃO

No jogo de interação discursiva, entre os sujeitos de uma determinada comunidade, há sempre uma intenção por parte do enunciador de persuadir e convencer seu coenunciador de que aquilo que ele enuncia é verdade, ou seja, é digno de credibilidade. Desse modo, “para exercer influência, aquele que toma a palavra ou a pena deve adaptar-se a seus alocutários, tentando imaginar, tão fiel quanto possível, a visão que eles têm das coisas.” (AMOSSY, 2018, p. 79). A interação comunicativa, desse modo, vai além do que se poderia considerar uma simples transmissão de mensagem, visto que, conforme Maingueneau (2008a), a própria maneira de dizer também é passível de uma construção de sentidos, ou melhor dizendo, efeitos de sentido.

Se o ato de comunicação entre sujeitos vai além da transmissão de uma mensagem, então “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é *encenada*.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 85, grifo do autor). Para além da expressão de ideias, há todo um “fazer acontecer” por parte do enunciador, que manipula o discurso para que esse torne-se o mais crível possível. Assim, “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 87). Essa cena de enunciação é subdividida em três cenas, quais

sejam: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante é aquela que define o lugar do discurso de um modo mais geral, uma vez que “[...] corresponde ao tipo de discurso.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 86). Assim, podemos ter um discurso político, religioso, racial, e todas as outras possibilidades que a comunicação humana permite e mobiliza.

Porém, além de todo discurso pertencer a determinado tipo, ele também está sempre, e inevitavelmente, relacionado a um gênero do discurso. Na primeira seção deste capítulo, onde abordamos a relação intrínseca entre discurso e interdiscurso, esclarecemos em nota de rodapé que a noção de gêneros do discurso admitida por Dominique Maingueneau advém da concepção de gênero bakhtiniana. Assim, nos contentamos, agora, em trazer à tona algumas considerações que Maingueneau faz em torno da ideia de gêneros do discurso, uma vez que a cena genérica toca diretamente nesse aspecto. Portanto, colocamos em pauta a noção de “[...] gêneros de discurso, ou seja, as instituições de fala através das quais se opera a articulação entre os textos e as situações onde eles se manifestam.” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 200).

Então, de acordo com Maingueneau (2002), os gêneros do discurso estão associados aos diversos setores de atividade social, ou seja, são como reflexos das esferas de atuação humana em sociedade que, por sua vez, necessita dos gêneros para que as interações comunicativas sejam possíveis. “Poderíamos, assim, caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível e que a tornam possível”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 61). A relação entre gêneros do discurso e sociedade é, portanto, essencial, já que um só existe pela existência do outro. Maingueneau (2002) também afirma que é justamente pela existência dos gêneros do discurso que não temos a necessidade de depreender tanta atenção aos detalhes dos enunciados que nos cercam para que possamos compreendê-los, pois o próprio gênero confere certas restrições da construção de efeitos de sentido de um discurso.

Falamos, por ora, da cena englobante e da cena genérica, considerando que “essas duas ‘cenas’ definem conjuntamente o que poderia ser chamado de *quadro cênico* do texto.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 87, grifo do autor). Em alguns casos, o quadro cênico do texto é o suficiente para que um discurso seja viabilizado, como é o caso daqueles discursos pertencentes a gêneros que podem ser considerados como apenas utilitários e que não apresentam margem para variações, como a bula de medicamentos ou mesmo uma lista telefônica. Porém, há “[...] os gêneros que por natureza exigem a escolha de uma cenografia.” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 206). O gênero publicitário é um bom exemplo de gênero que, a cada vez em que é colocado a existir, precisa construir seu próprio meio de existência. O gênero reportagem, que é o gênero mobilizado na parte da análise do corpus deste trabalho, também se configura como um gênero que precisa de sua própria cenografia para que a

construção de efeitos de sentido torne-se possível. Desse modo, “*Não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor, mas com uma cenografia.*” (MAINGUENEAU, 2002, p. 87, grifo do autor).

Nesses casos, conforme Maingueneau (2002), a cenografia se torna a responsável por levar o quadro cênico para o segundo plano. Mas o que, de fato, é a cenografia? Maingueneau (2008a, p. 70) postula que “a cenografia é a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que, por sua vez, deve validar através de sua própria enunciação.” Nesse sentido, é preciso chamar a atenção para uma característica bastante importante relacionada à noção de cenografia. Essa cena de enunciação não pode ser confundida como uma moldura, um quadro com suas configurações previamente estabelecidas, no qual o discurso seria colocado e a partir daí estaria apto a construir efeitos de sentido. Antes disso, “[...] consideramos o desenvolvimento da enunciação como a instauração progressiva de seu próprio dispositivo de fala. A ‘-grafia’ deve, pois, ser apreendida ao mesmo tempo como uma quadro e um processo.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 77). Ou seja, o discurso e sua cenografia formam uma via de mão dupla: é a construção do discurso que revela uma cenografia, mas essa, por sua vez, é justamente a que permite a existência do discurso. Em termos gerais, “[...] é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 87).

Em síntese, consideramos que “[...] a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 87, grifo do autor). É esse jogo de mão dupla que será observado no desenvolvimento da seção de análise deste trabalho. É importante lembrar, nesse ínterim, que a cenografia de um discurso também pode procurar apoio em cenas que já estão instaladas na memória coletiva de uma comunidade, que podem se apresentar como modelos a serem seguidos ou modelos a serem rejeitados. Referimo-nos àquilo que Maingueneau (2002) chama “cena validada”.

Uma cena validada “[...] se fixa facilmente em representações arquetípicas popularizadas pelas mídias. Pode-se tratar de acontecimentos históricos [...] ou de cenas genéricas.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 92). É preciso, no entanto, lembrar que a cena validada é, ao mesmo tempo, interior e exterior ao discurso do qual faz parte. Maingueneau (2008b) explica que ela é exterior por existir como estereótipo em algum lugar no interdiscurso, mas que também é considerada interior por ser um produto do discurso que a modela segundo suas próprias condições. Desse modo, e esclarecidas as três cenas de enunciação imbricadas nos discursos (cena englobante, cena genérica e cenografia),

explicamos, na sequência, como essa encenação da fala possibilita a projeção de uma imagem de si do enunciador, noção que chamaremos de ethos discursivo.

3.4 O QUE DIGO E O QUE SOU: ETHOS DISCURSIVO E A PROJEÇÃO DE UMA IMAGEM DE SI

Visitada a noção de cenografia discursiva na seção anterior, chamamos atenção para o fato de que o enunciador pode escolher “[...] mais ou menos livremente, sua cenografia, a saber, um roteiro preestabelecido que lhe convém e que lhe impõem, logo de início, certa postura.” (AMOSSY, 2018, p. 85-86). É, justamente, a ideia de postura que agora nos interessa. O enunciador, ao construir seu discurso, mesmo que de forma inconsciente, busca mostrar quem ele é, a fim de que essa imagem de si torne-se uma espécie de argumento na tentativa de captar, por assim dizer, seu interlocutor. Assim, “o texto não se destina a ser contemplado, configurando-se como enunciação dirigida a um coenunciador que é preciso mobilizar, fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um determinado universo de sentido.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99).

De fato, na perspectiva de Maingueneau (2002), quando o enunciador constrói um discurso, ao mesmo tempo ele diz “eu sou isso e não sou aquilo. Consideramos, então, que “[...] uma *maneira de dizer* [...] remete a uma *maneira de ser*.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99, grifo do autor). É por meio da enunciação, portanto, que o enunciador passa a revelar sua personalidade. Porém, é preciso deixar claro que, se tratando de ethos discursivo, essa personalidade à qual nos referimos nada tem a ver com a personalidade do sujeito empírico que está conectado ao locutor de carne e osso, que circula no mundo físico. Referimo-nos, exclusivamente, à personalidade que o enunciador deixa transparecer por meio de seu discurso e só por ele.

Assim, “em termos mais pragmáticos, dir-se-ia que o ethos se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’. Sua eficácia decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação sem ser explicitado no enunciado.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70). A diferença entre ethos dito e ethos mostrado é bastante sutil, mas a nível de esclarecimento, diremos que “o ethos dito vai além da referência direta do enunciador a sua própria pessoa ou a sua própria maneira de enunciar (‘eu sou um homem simples’, ‘eu lhes falo como um amigo’ etc.).” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 80). Portanto, o ethos dito encontra outras tantas maneiras de se revelar na enunciação que não de forma direta e explícita. Já o ethos tido como mostrado “[...] é construído pelo destinatário a partir de índices

que são dados pela enunciação: escolhas de ordem lexical, complexidade da sintaxe, ritmo das frases, jogo de planos enunciativos [...] mas também qualidade ortográfica ou riqueza e natureza cultural.” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 84).

A partir dessas considerações sobre ethos discursivo, é preciso, então, considerar que o mundo exterior também exerce influência em matéria de ethos, uma vez que “[...] o ethos é tributário de um imaginário e se alimenta de estereótipos de sua época: a imagem do locutor está necessariamente dominada pelos modelos culturais.” (AMOSSY, 2018, p. 91-92, grifo do autor). Para o trabalho aqui desenvolvido, a ideia de modelos culturais que, inevitavelmente, recobrem a figura do locutor é de grande importância, já que nosso objetivo é, justamente, analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*.

Assim, compreendemos que “[...] toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além texto.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 95). A noção de ethos discursivo está, necessariamente, relacionada ao ato de enunciação, mas não podemos desconsiderar o fato de que, mesmo antes de um enunciador falar, já existem certas representações e expectativas, por parte do público, que pairam sobre sua figura. Desse modo, incluímos aqui a noção de ethos prévio, que nada mais é do que “[...] a imagem que o auditório pode fazer do locutor antes que ele tome a palavra.” (AMOSSY, 2018, p. 90). Maingueneau (2008b), ao fazer referência à noção de ethos prévio, lembra que o simples fato de um discurso pertencer a um gênero já induz algumas expectativas sobre o ethos do enunciador.

Considerando as noções de ethos discursivo e ethos prévio, instâncias relacionadas diretamente à imagem de si projetada pelo enunciador de um discurso, chamamos a atenção para o fato de que

Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom* que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito. (MAINGUENEAU, 2002, p. 98, grifo do autor).

Essa noção de tom já foi antes tratada em outros estudos que consideravam a ideia de ethos (cada perspectiva defendendo suas próprias restrições em matéria de ethos), estudos esses que tinham preferência pelo termo “voz”. Porém, é válido lembrar que “[...] o termo ‘tom’ tem a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 64). Quando falamos em discurso não fazemos referência apenas à oralidade, mas

também à escrita, já que essa também possui a capacidade de construir uma maneira de persuadir o coenunciador por encenar sua existência, tendo como resultado, também, uma imagem de si projetada pelo enunciador do texto escrito.

A leitura de um discurso, portanto, também supõe a criação de uma instância subjetiva, por parte do coenunciador, a qual daremos o nome de fiador. Assim, “ao fiador, cuja figura o leitor deve construir a partir de indícios textuais de diversas ordens, são atribuídos um *caráter* e uma *corporalidade*, cujo grau de precisão varia segundo os textos.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 98, grifo do autor). Essas duas características do fiador são definidas da seguinte maneira: “o ‘caráter’ corresponde a uma gama de traços psicológicos. Já a ‘corporalidade’ corresponde a uma compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99). Essas duas noções, caráter e corporalidade, advêm, justamente, de representações sociais que podem ser valorizadas ou desvalorizadas na comunidade em que existem, e é a própria enunciação que pode confirmar ou não tais representações.

Dessa maneira, “a qualidade do ethos remete, com efeito, à uma imagem desse ‘fiador’ que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99, grifo do autor). O fiador, desse modo, trata-se de uma figura construída pelo coenunciador que está diretamente relacionada ao ethos projetado pelo enunciador daquele discurso, sendo que esse ethos tem êxito ao se encaixar no mundo que, pela enunciação, é construído.

Nesse processo que mobiliza a ideia de fiador associada a um caráter e uma corporalidade, “falamos em *incorporação* para designar a ação do ethos sobre o coenunciador.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99, grifo do autor). Assim, quando o coenunciador partilha desse movimento do corpo produzido pelo ethos, ocorre o que chamamos de incorporação, ou seja, o coenunciador reconhece um conjunto de esquemas que definem aquele sujeito por trás da enunciação, por sua “[...] forma específica de se inscrever no mundo.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99).

Em suma, trabalhamos nessa seção com as diferentes maneiras pelas quais o enunciador de um discurso mobiliza uma imagem de si e, dessa forma, busca a garantia de adesão de seu discurso por parte do coenunciador. Desse modo, “o *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também de fragmentos do texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*).” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 71, grifo do autor). A partir desses diversos fatores podemos, então, falar em ethos efetivo de um discurso que, segundo

Maingueneau (2008a), nada mais é do que o resultado da interação dessas diferentes instâncias.

Como última consideração, é necessário também lembrar que “[...] o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 61, grifo do autor). Assim, o jogo da enunciação permanece sendo visto como um processo, e não como um produto, uma vez que a cada novo acontecimento, a cada novo discurso, os movimentos de construção de efeitos de sentidos serão outros e, portanto, as possibilidades de compreensão e adesão desses discursos são, sempre, novas.

3.5 DA SIMULAÇÃO À RESSIGNIFICAÇÃO DE SENTIDOS PELA MÍDIA

Durante o percurso teórico realizado até aqui, nos deparamos com algumas noções que constituem-se como essenciais em relação ao objetivo principal desta pesquisa, ou seja, analisar a construção do *ethos* nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*. Porém, ainda é preciso tecer algumas considerações em relação ao modo de circulação dos discursos que são corpus desta pesquisa, ou seja, de que maneira esses discursos chegam até seus interlocutores e, assim, promovem sentidos?

Esse questionamento se faz necessário uma vez que parte-se do pressuposto de que todos os aspectos relacionados ao discurso interferem, de alguma maneira, nos efeitos de sentido que são construídos a partir dele. Assim, é necessário pensar na sociedade em termos de comunicação entre sujeitos. Manuel Castells (2015) defende a concepção de sociedade em rede para definir a organização social de hoje e afirma que essa, por sua vez, apresenta uma estrutura social construída em torno de redes tecnológicas de comunicação e de informações, que são processadas e divulgadas digitalmente. Falamos, aqui, em sociedade do século 21, cuja maioria dos processos comunicativos ocorre por meio da mídia. O corpus desta pesquisa, por sua vez, pode ser entendido como um resultado desse processo comunicativo midiático, uma vez que se trata de uma materialidade/produto da mídia.

Assim como toda a gama de discursos e sentidos criados e recriados pela mídia de forma constante, o discurso que é corpus de análise também é responsável pelo “moldar” de pensamentos dos sujeitos imersos nessa esfera de comunicação tecnológica. É importante, nesse ínterim, lembrar que “como a mídia constitui a principal fonte da comunicação socializada – isto é, da comunicação com o potencial de atingir a sociedade como um todo -, o

enquadramento da mente pública é em grande medida realizado por meio de processos que ocorrem na mídia.” (CASTELLS, 2015, p. 210, grifo do autor).

Portanto, definimos que o contexto no qual está situado o discurso analisado neste trabalho é, justamente, o contexto da sociedade em rede, ou seja, uma sociedade em constante contato com os mais diversos efeitos de sentidos que, em sua maioria, são apresentados pela mídia. Desse modo, é preciso deixar claro que entendemos a mídia como uma espécie de filtro de significados, pois ela “detém” a informação e a reproduz de acordo com seus próprios objetivos, que nem sempre são claros. Esses aspectos serão trazidos à tona durante a sessão de análise desta pesquisa.

Nessa perspectiva de mídia como mediadora entre informação e público, também é necessário considerar uma noção que está diretamente relacionada aos estudos da área de Análise do Discurso e que explica, ao seu modo, como esse processo de mediação ocorre e o que ele representa em termos de construção de sentido dos discursos. Portanto, é preciso dizer que “[...] no interior de uma mesma língua, existem por toda parte zonas de interincompreensão recíproca, e, por pouco que elas constituam sistema, definam uma área de enunciação específica, podemos pensá-las em termos de ‘discurso’ e de ‘tradução’”. (MAINGUENEAU, 2005, p. 100). A tradução, aqui, precisa ser entendida de forma mais abrangente do que esse termo costuma ser utilizado em outras situações. Não se trata de um “dizer o mesmo”, porém de forma diferente. De maneira muito mais ampla e complexa, essa tradução refere-se a uma espécie de “fazer parecer” do discurso.

De acordo com Maingueneau (2005), todo discurso detém um determinada posição discursiva, e essa, por sua vez, se associa a um dispositivo que a permite interpretar os enunciados do Outro traduzindo-os de acordo com seu próprio sistema, ou seja, “[...] esses enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 100). Eis a noção que, para essa pesquisa, torna-se primordial: simulacro. Simulacro, portanto, pode ser entendido como uma espécie de tradução que um discurso faz dos valores de outro discurso, porém em seus próprios termos. De forma analógica, a noção de simulacro pode ser associada à simulação, à manipulação, ao uso de máscaras pelo discurso.

Dessa maneira, é preciso considerar, durante toda a análise do corpus desta pesquisa, que “o público não é convencido pelos argumentos expressos, mas pela própria enunciação desses argumentos por tal discurso, isto é, pelo universo de sentido ao qual remete este

último.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 113). Durante a análise do corpus em questão, as noções de mídia, sociedade em rede e simulacro estarão sempre presentes, de uma maneira ou de outra, já que esse parece ser o contexto do qual surge o discurso que é objeto de análise neste trabalho.

Na sequência deste estudo, esclarecemos mais especificamente o corpus analisado, apresentando suas facetas e sua origem, explicando a maneira como vamos proceder na análise do discurso em pauta, que traz em sua essência, e de maneira explícita, questões relacionadas à cultura e identidade de um povo.

4. VOZES DO POVO: A HISTÓRIA DE UM DISCURSO

Todo lugar é marcado pela história das pessoas que por ele passaram. Desse modo, e como numa espécie de resposta, todo indivíduo também carrega consigo, além de memórias, rastros dos lugares que serviram de palco para sua história de vida e de sujeito social. A pesquisa aqui desenvolvida apresenta uma riqueza de possibilidades, uma vez que, de maneira concomitante, estudamos o discurso, a mídia e a cultura de um povo que, por meio de suas palavras, parece querer definir seu lugar no mundo.

Se falamos em discurso e cultura falamos, também, em uma comunidade que se localiza em um tempo e um espaço específicos. Essa dêixis enunciativa torna-se de extrema importância em nossa análise, já que precisamos nos situar para podermos compreender os efeitos de sentido dos discursos analisados, assim como entender o modo como serão manejados esses discursos para alcançar o objetivo principal proposto nesta pesquisa.

Assim, este capítulo é reservado para identificarmos o tempo em que se fala e o espaço de onde se fala, assim como os sujeitos que se apropriam dessas falas e constroem, assim, seus discursos. O presente capítulo é, portanto, dividido em três momentos. Primeiramente, apresentamos uma contextualização histórica da cidade de Cunhataí, que se trata, justamente, do município que recebeu o título de “cidade mais branca do Brasil” de acordo com o censo do IBGE realizado em 2010. Essa contextualização parte da época da colonização alemã no Brasil até os aspectos sociais e demográficos da cidade nos dias atuais. Na sequência, definiremos o corpus que será nosso objeto de pesquisa, esclarecendo características e aspectos importantes dos discursos que o compõem. Num último momento, apresenta-se o percurso metodológico que servirá de norte para a análise e que define as etapas que deverão ser seguidas para que essa se torne possível.

4.1 CUNHATAÍ: A CIDADE MAIS BRANCA DO BRASIL

País de dimensões continentais, o Brasil, hoje, é constantemente classificado como lugar de grande diversidade étnica e cultural, que abriga pessoas de todas as partes do mundo. A pluralidade como característica marcante desse país é, por vezes, entendida como um adjetivo positivo, porém já foi responsável, e continua o sendo, por inúmeros desencontros entre os indivíduos que fazem parte dessa nação. São essas diferenças culturais as responsáveis pela produção de estereótipos, que definem certos lugares aos sujeitos que estão incluídos nesse processo.

Desse modo, é necessário entendermos de onde surgem os discursos que aqui nos interessam, uma vez que esse lugar em específico também é capaz de revelar memórias impregnadas de modos de ser e de ver o mundo e o outro, especialmente o outro que se diferencia de si. Essas memórias, por sua vez, existem e encontram sua representação através dos discursos construídos pelos indivíduos, bem como pelos grupos sociais que nasceram e cresceram nesse universo de sentido.

A região sul do país, em especial os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, é recorrentemente identificada como a parte do Brasil na qual há maior concentração de população branca, ou seja, de imigrantes europeus. Neste trabalho, daremos ênfase para a imigração alemã, já que são os discursos de descendentes de imigrantes alemães que aqui nos interessam. Em um primeiro momento, um sistema de colonização que tinha como base a pequena propriedade familiar esteve diretamente vinculado ao processo de imigração alemã, que foi “implementado nos estados do sul do Brasil a partir de 1824.” (SEYFERTH, 1994, p. 1). Esse processo de imigração e colonização deu-se em pequena escala a princípio, uma vez que, segundo Seyferth (1994), entraram no Brasil apenas cerca de seis mil imigrantes que vinham de alguns estados alemães.

A imigração alemã só foi retomada a partir do ano de 1845, “tendo em vista os interesses da política de colonização do Império, que podem ser constatados em vários relatórios e obras publicadas por diplomatas, conselheiros e técnicos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas” (SEYFERTH, 1994, p. 1). Foi justamente nesse momento da história quando se fundaram as colônias alemãs mais importantes. Em Santa Catarina foram elas: Blumenau (1850), Joinville (1851), Brusque (1860), São Bento do Sul (1871) e Ibirama (1899). Nesse ínterim, é importante lembrar que as colônias teutas, ou seja, alemãs, localizadas no oeste do estado de Santa Catarina, bem como no Paraná, foram quase que majoritariamente estabelecidas apenas no século 20, sendo que “grande parte dos colonos assentados migraram das regiões mais antigas de colonização alemã.” (SEYFERTH, 1994, p. 2).

Falamos em colônias alemãs localizadas no oeste de Santa Catarina porque a cidade de nosso interesse trata-se de Cunhataí, pequeno município do oeste catarinense. A partir das informações disponibilizadas pela página online da prefeitura do município (CUNHATAÍ, 2013), que apresenta a cidade em três facetas, sendo elas a da colonização, da apresentação e da cultura da cidade, exploramos agora as principais características desse lugar, com o intuito de extrairmos dessas informações alguns esclarecimentos quanto aos discursos de seus habitantes, que serão analisados posteriormente.

Foi no ano de 1940 que chegou à localidade de Barra Pequena, que hoje pertence ao município de Cunhataí, a família de Reinoldo e Emilia Klauck. Essa família é conhecida como a primeira a se estabelecer naquela região, sendo seguida de dois irmãos, João e Jacó Sehnem, que chegaram à localidade apenas três anos depois, em 1943, vindos de São Carlos montados em burros. Esses primeiros moradores do local também foram os responsáveis por desbravar a mata daquela região, ainda virgem. A partir de 1944, outras famílias estabeleceram-se na comunidade e todas vinham em busca de um futuro promissor, ainda que naquela situação se encontrassem distante de qualquer assistência, fosse ela médica, religiosa ou mesmo familiar.

Esse grupo de pessoas seguiu o esquema determinado pelo sistema de colonização alemã no Brasil, que tinha como pauta a pequena propriedade familiar. Assim, as famílias estabeleceram-se em suas terras e ali começaram a criar gado e cultivar suas plantações, num regime de agricultura para próprio sustento, ou seja, os imigrantes viviam daquilo que produziam. Nessa organização, era bastante comum as famílias viverem em união e “foi assim que construíram a primeira igreja que seria também aproveitada para escola. O terreno foi doado por dois agricultores, cada qual oferecendo um hectare.” (CUNHATAÍ, 2013).

A cidade de Cunhataí é limitada pelos municípios de Saudades, Cunha Porã, Palmitos e São Carlos, e é habitada por descendentes de imigrantes alemães que preservam muito da cultura e também da língua alemã, ainda muito usada nas trocas comunicativas desses sujeitos, muitas vezes superando o uso do português. É importante frisar que Cunhataí, em um primeiro momento, se denominava como distrito e “pela lei municipal nº 952, de 22 de maio de 1982, era subordinado ao município de São Carlos. Em divisão territorial datada de 18 de agosto de 1988, o distrito de Cunhataí figura no município de São Carlos” (CUNHATAÍ, 2013). Foi somente em 1995 que Cunhataí foi elevada à categoria de município, pela lei estadual nº 9920 de 29 de setembro do mesmo ano.

Atualmente, o município conta com uma população de 1.822 habitantes, que em uma divisão entre gêneros se separa entre 972 homens e 850 mulheres. Esses dados estão em conformidade com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado em 2010. Esse mesmo censo mostrou que dos 1.822 moradores do município apenas 335 são habitantes do perímetro urbano, sendo os outros 1487 moradores da zona rural. (IBGE, 2010). Esse fato dá indícios de que a configuração inicial do processo de imigração alemã na região, ou seja, famílias que vivem da agricultura, não se alterou muito, mesmo com o decorrer de cerca de 80 anos desde a chegada dos primeiros habitantes à localidade.

Do total de habitantes contabilizados no censo realizado em 2010, uma característica chama bastante atenção: o número de pessoas consideradas pardas ou negras é mínimo, sendo a cor branca³ na região dominante nos seus habitantes. A Tabela 1 ilustra essa disparidade relacionada aos quesitos cor/raça.

Tabela 1 – Percentagem étnica

Cor/ Raça	Percentagem
Branca	97.0 %
Negra	1.0 %
Parda	2.5 %
Amarela	0.0 %
Indígena	0.0 %

Fonte: Censo IBGE (2010)

É possível perceber uma grande predominância da etnia alemã, de cor branca, portanto, ainda atuando muito fortemente na região; é essa característica dominante que aqui nos interessa, pois ela foi a responsável pela construção de alguns discursos, como a reportagem que é a materialidade desta pesquisa e que será mais especificamente detalhada na próxima seção deste capítulo.

Nesse aspecto, e já trazendo para discussão as noções de cultura e identidade que esses dados apresentados parecem suscitar, é válido lembrar que “[...] as colônias alemãs, mesmo quando situadas geograficamente próximas das capitais provinciais, ficaram um longo tempo social e espacialmente distantes da sociedade brasileira.” (SEYFERTH, 1994, p. 2). Seyferth (1994) comenta que essa espécie de isolamento fortaleceu a consciência étnica desse povo, fato que pode ser compreendido como um resultado do próprio processo histórico de colonização.

O isolamento ao qual nos referimos anteriormente também dá margem para pensarmos nos primórdios da colonização, ou seja, ao chegarem às terras a serem colonizadas, o que os imigrantes encontraram seria apenas a mata virgem a ser explorada ou também outros habitantes que já desenhavam sua história naquele lugar?

³ O manual do recenseador, referente ao censo demográfico do IBGE (2010), não traz qualquer esclarecimento sobre a definição de cor branca. Porém, a título de esclarecimento, assumimos que a especificação de cor branca faz referência a uma identificação física dos sujeitos participantes do censo, ou seja, os dados mostram especificamente a declaração de cor de pele dos indivíduos, embora essa característica frequentemente suscite significações também em termos de etnia e/ou raça.

A partir desse questionamento, concluímos a primeira seção deste capítulo com um fato interessante, relatado na mesma página online da prefeitura de Cunhataí, que também foi utilizada como fonte para essa contextualização histórica:

Contam os mais antigos, pessoas daquela época, que os raros elementos de origem indígena que aqui viviam naquele tempo, ao verem as mulheres louras, filhas ou esposas dos pioneiros de origem alemã diziam ‘Cunhataí’, palavra que mais tarde eles entenderam como moça bonita. Por essa razão, em homenagem a esta gente, batizaram a jovem comunidade de Cunhataí. (CUNHATAÍ, 2013).

Da dúvida que poderia surgir em torno do nome do município, de origem alemã mas de nome indígena, surge também uma revelação: o encontro de diferentes etnias que, por um motivo ou outro, suscitou o quase desaparecimento de uma delas: os índios. Isso, certamente, é matéria para outro trabalho de pesquisa. Na seção que segue, vamos ao encontro dos discursos produzidos a partir das estatísticas realizadas no censo do IBGE de 2010, discursos esses que nos falam sobre cultura, identidade e história de um povo branco. É preciso lembrar que na próxima seção é somente apresentado o corpus de pesquisa e o recorte realizado a partir dele, sendo o capítulo 5 reservado especificamente para a análise dessa materialidade.

4.2 DAQUELES QUE FALAM: IDENTIFICANDO SUJEITOS

Na seção anterior, pudemos perceber que, apesar de o Brasil ser considerado um país de grande diversidade étnica e cultural, ainda assim existem alguns lugares que, no decorrer de sua formação histórica, permaneceram em uma espécie de isolamento, o que contribuiu para que esses territórios fossem ocupados majoritariamente por sujeitos de uma mesma origem. Cunhataí, município localizado no oeste do estado de Santa Catarina, parece ser um exemplo desse processo de concentração étnica.

Foi o próprio censo realizado pelo IBGE, em 2010, que constatou a grande concentração de pessoas consideradas brancas na cidade, em contraste com a porcentagem mínima de indivíduos negros ou pardos. Esse tipo de pesquisa, realizada a cada 10 anos no Brasil, constatou essa grande disparidade, o que por sua vez gerou alguns efeitos de sentido percebidos por meio dos discursos dos habitantes da cidade em questão. Nesta seção, damos ênfase para um desses discursos que foram reproduzidos após a divulgação dos dados do IBGE.

A página online nomeada TAB trata-se de um conteúdo produzido semanalmente pela equipe da UOL, página de notícias e entretenimento. Foi a TAB a responsável por produzir e

divulgar a série de reportagens com o nome de Segregação à brasileira, com o objetivo de mostrar esse processo separatista que ocorre no Brasil e como isso afeta diretamente questões que envolvem o racismo e o preconceito contra negros. Percebemos ainda melhor o objetivo da série de reportagens pelas informações que a apresentam: “O TAB foi às cidades com a menor e a maior população preta no Brasil e verificou que o estigma de ser o último país das américas a abolir o regime escravista é ainda mais forte que o discurso oficial da ‘democracia racial’”. (BERTOLOTTI, 2013).

Desse modo, a reportagem apresenta dois vídeos que ilustram esse abismo entre etnias ainda muito presente no Brasil. Um desses vídeos leva o nome de “Uma cidade de negros” e se trata de uma reportagem realizada com os moradores da cidade de Antônio Cardoso, no estado da Bahia, onde mais da metade dos habitantes se declarou preta no censo de 2010. Nesse momento, é importante ressaltar que a terminologia “preto” pode soar bastante preconceituosa, porém a utilizamos nesse momento por se tratar, justamente, da terminologia usada pelo censo do IBGE, que considera como negro a “soma” de pretos e pardos.

Porém, nosso objeto de interesse nesta pesquisa é o outro vídeo⁴ que também faz parte da reportagem, mas que se trata do extremo oposto da cidade de Antônio Cardoso. Assim, o corpus de pesquisa deste trabalho é composto pelo vídeo intitulado *Uma cidade de brancos*, que se trata de uma reportagem realizada com os moradores da cidade de Cunhataí, oeste de Santa Catarina, cuja contextualização histórica foi realizada na seção anterior.

Tal vídeo tem o total de aproximadamente três minutos e meio de duração e mescla tanto as falas de moradores e autoridades da cidade quanto imagens referentes aos costumes cotidianos daquele povo. É importante frisar que todo o vídeo tem como pauta justamente a conclusão da pesquisa do IBGE de 2010, de que a cidade de Cunhataí seria, então, a cidade que registrou o maior percentual de população branca. Precisamos estar cientes de que o título de “cidade mais branca do Brasil” não é oriundo de qualquer posicionamento do IBGE, que apenas foi o responsável pela pesquisa étnica do município. O título é uma posição tomada pelos produtores da série de reportagens Segregação à brasileira. (BERTOLLO, 2013).

Apesar de nosso corpus de pesquisa ser composto por materialidade verbal e não-verbal, como as imagens e a música que toca ao fundo na reprodução do vídeo, daremos ênfase exclusivamente para a materialidade verbal da reportagem, ou seja, as legendas que nela são apresentadas, bem como as falas dos sete moradores de Cunhataí, que se dividem em prefeito, três vereadores e três civis. Essa escolha se dá por conta da riqueza e suficiência de

⁴ Vídeo disponível em: < <https://tab.uol.com.br/racismo/>>.

pistas discursivas que a materialidade verbal proporciona em vista do objetivo principal desta pesquisa, o que não exclui a possibilidade de trabalhos futuros que analisem, também, a materialidade não-verbal da reportagem.

Dessa maneira, temos vinte e um enunciados e duas legendas que formam a materialidade verbal da reportagem tal como ela aparece no vídeo. Tais enunciados são apresentados logo no início do procedimento de análise no próximo capítulo por meio do Quadro 2, que explicita toda a materialidade verbal da reportagem em questão. Esses enunciados serão analisados na mesma ordem cronológica em que são apresentados no Quadro 2. É importante lembrar que tal materialidade verbal se trata de uma transcrição.

Na última seção do presente capítulo, que é apresentada a seguir, explicamos detalhadamente o percurso metodológico mediante o qual o discurso da reportagem será analisado à luz da teoria de Análise do Discurso de Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b), além das considerações realizadas no primeiro capítulo deste trabalho em torno das noções teóricas de cultura e de identidade a partir dos estudos de Clifford Geertz (2015), Stuart Hall (2006) e Kathryn Woodward (2011).

4.3 DO TRABALHO COM O DISCURSO: A CONCEPÇÃO DE UMA METODOLOGIA

Trabalhar com discursos que circulam no meio social, como é o caso da pesquisa que é aqui desenvolvida, requer certos cuidados em relação à especificidade do que se quer desenvolver. É preciso, antes de mais nada, delimitar o objeto de pesquisa que será foco da análise para, desse modo, definir também o passo a passo metodológico no manejo do corpus, visto que “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 126).

Na seção anterior, nos preocupamos em apresentar o discurso que aqui nos interessa, ou seja, a reportagem produzida pela página online UOL TAB e que tem como título *Uma cidade de brancos*. Assim, instituímos que toda a materialidade verbal da reportagem é definida como o objeto de estudo desta pesquisa. Além disso, todo trabalho científico possui certas características que o fazem se apresentar de um modo e não de outro. Esta pesquisa, portanto, apresenta-se como exploratória-descritiva quanto aos objetivos, uma vez que, segundo Prodanov e Cesar (2013, p. 51-52), “[...] se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar.” Já, quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, além de se

caracterizar como um estudo de caso. Em relação à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que não leva qualquer tipo de quantificação em consideração.

O corpus de pesquisa selecionado trata-se de uma materialidade dada, com sua extensão e seus limites já conhecidos, justamente por se tratar de uma produção audiovisual terminada. Dessa maneira, o universo aqui pesquisado é fixo e não terá a possibilidade de apresentar variações ao longo da análise. Por esse motivo, dispensam-se explicações sobre a amostragem, já que essa não se faz presente no tipo de pesquisa a ser realizado. A técnica para coleta de dados mobilizada ocorre essencialmente por meio de documentação indireta, ou seja, através de pesquisa bibliográfica dos pressupostos teóricos já estabelecidos.

Neste momento, construímos o percurso metodológico da análise que será desenvolvida no próximo capítulo, explicando a maneira como vamos lançar mão dos pressupostos teóricos para que, desse modo, possamos alcançar o objetivo geral proposto. Para explicitarmos as etapas da metodologia de análise, antes relembramos os três objetivos específicos aqui traçados, já que são eles que dão o norte para a categorização que se evidencia na análise. São eles: a) descrever o quadro cênico do discurso dos habitantes de Cunhataí enquanto materialidade da reportagem *Uma cidade de brancos*; b) determinar a cenografia e o ethos do discurso dos habitantes de Cunhataí enquanto materialidade da reportagem *Uma cidade de brancos*; e c) relacionar a construção da cenografia e do ethos discursivo com a influência que a mídia exerce no processo de instituição e divulgação da cultura e identidade de um povo. Logo, a organização da análise do corpus está explicitada no Quadro 1, que apresenta os procedimentos a serem realizados, os conceitos mobilizados de acordo com cada procedimento e a filiação teórica relacionada a cada uma dessas etapas.

Quadro 1 – Metodologia de análise do corpus

Procedimentos	Conceitos mobilizados	Filiação teórica
Análise do quadro cênico	Cena englobante; cena genérica; discurso e interdiscurso.	Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) Mikhail Bakhtin (2003)
Análise da cenografia	Cenografia; cena validada; discurso e interdiscurso; planos da semântica global; cultura; manifestação cultural, sujeito/identidade.	Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b)

		Stuart Hall (2006) Clifford Geertz (2015) Woodward (2011)
Análise do ethos	Ethos prévio; imagem de si; fiador; anti-fiador; caráter; corporalidade; planos da semântica global; cultura; manifestação cultural; sujeito/identidade.	Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) Stuart Hall (2006) Clifford Geertz (2015) Woodward (2011)
Construção da relação entre cultura e identidade de um povo, seus discursos e a mídia.	Cultura; manifestação cultural; sujeito/identidade; cenografia; ethos discursivo efetivo; mídia; simulacro.	Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b) Stuart Hall (2006) Clifford Geertz (2015) Woodward (2011) Castells (2015)

Fonte: elaborado pela pesquisadora

O Quadro 1, portanto, apresenta de maneira sucinta o passo a passo metodológico a ser seguido na análise do corpus de pesquisa. Em um primeiro momento olhamos para o discurso da reportagem de uma maneira ampla, de modo a analisar os aspectos referentes ao quadro cênico do discurso apresentado, ou seja, sua cena englobante e cena genérica. É válido lembrar que os sete planos da Semântica Global estarão inclusos em todas as etapas de análise, uma vez que é a partir deles que construímos subsídios para destacar algumas materialidades discursivas em preferência a outras. Nesse ínterim, lembramos os sete planos constitutivos da semântica global que são os seguintes: a intertextualidade; o vocabulário; os temas; o estatuto do enunciador e do destinatário; a dêixis enunciativa; o modo de enunciação e o modo de coesão. Esses planos, tais como estão apresentados, não constituem um modelo simétrico que deverá ser seguido na análise, pois “Um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’,

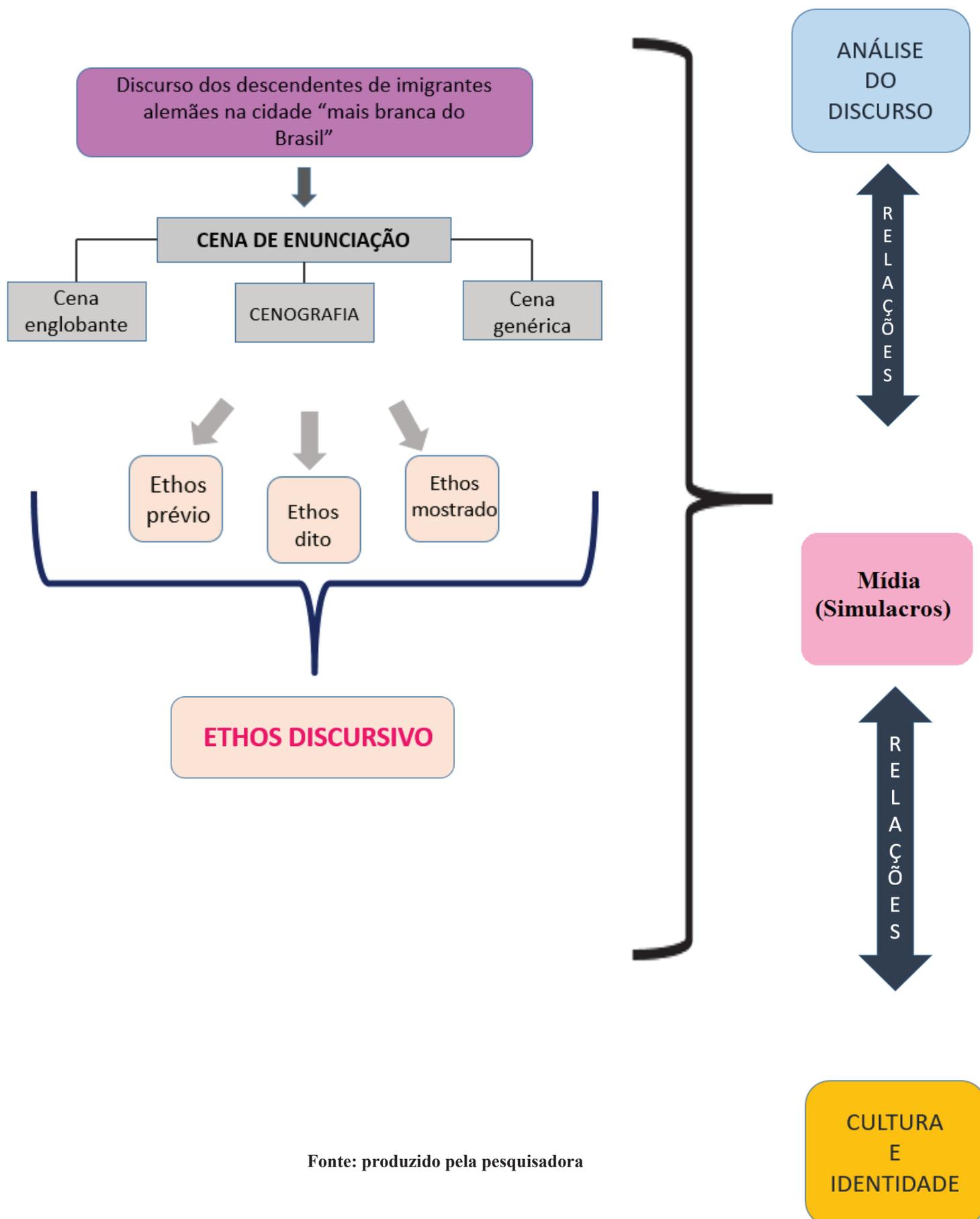
mas integra-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 75).

Assim, assumimos que os planos constitutivos da semântica global estão presentes, concomitantemente, em todo discurso, mas que em determinados enunciados, um ou outro plano pode estar mais destacado em relação aos outros. Logo, durante a análise dos enunciados que compõem o corpus de pesquisa, estaremos atentos justamente para os planos da semântica global que, naquele enunciado em específico, estiverem mais salientes, sendo que todos os sete planos serão, em algum momento, discutidos durante a análise.

Realizada a análise do quadro cênico, o foco recai sobre a análise das cenografias e dos éthe discursivos, que correspondem a segunda e terceira fases de análise e que também se constituem como o ápice do trabalho com o discurso, já que é nesse momento que exploramos minuciosamente os indícios e pistas discursivas de maior relevância, tendo em vista o objetivo principal da pesquisa. A análise da cenografia e do ethos dos discursos da reportagem será realizada de forma concomitante às considerações em torno das noções de cultura e identidade, ou seja, os indícios discursivos explorados durante a análise são, justamente, os pressupostos para se falar na relação entre discurso, cultura e identidade de um povo. Desse modo, na análise da cenografia e do ethos, além de remeter às noções da disciplina de Análise do Discurso, também leva em consideração as questões acerca de noções culturais, já exploradas neste trabalho no primeiro capítulo teórico.

Para finalizarmos a análise, traçamos algumas relações diretas entre o que pudemos concluir dos discursos em pauta, as noções sobre cultura e identidade de um povo e a circulação dos discursos na mídia, procurando esclarecer se existem aspectos que convergem nessa relação e, se existem, quais são eles e o que esse encontro poderia significar se forem considerados os objetivos estabelecidos na pesquisa. A seguir, apresentamos a Figura 1, que ilustra todo o percurso metodológico anteriormente apresentado.

Figura 1 – Percurso metodológico de análise



Fonte: produzido pela pesquisadora

Com o percurso metodológico apresentado, partimos agora para a análise do corpus levando em consideração o aporte teórico explicitado nos dois primeiros capítulos deste trabalho, observando também as especificações que realizamos quanto à metodologia.

O capítulo subsequente encontra-se organizado em dois momentos: na primeira seção são realizadas as três primeiras etapas de análise, ou seja, o trabalho com o quadro cênico, a cenografia e os éthe dos discursos. Já na segunda seção são apresentados/retomados os aspectos que a análise da cenografia e dos éthe permitiu compreender e, a partir desse processo, analisamos possíveis pontos de convergência entre as teorias de cultura e identidade, a maneira como o discurso do povo de Cunhataí é construído e a influência da mídia nesse processo.

O discurso, a cultura e a identidade dos descendentes de imigrantes alemães, habitantes da “cidade mais branca do Brasil”, ganham os holofotes.

5. A MARCA DA DIFERENÇA: IDENTIDADE POR OPOSIÇÃO

Os estudos linguísticos manipulados nos mais diferentes estudos científicos da área de Letras apresentam variadas maneiras de entender um determinado grupo social por meio de suas trocas comunicativas. Independente do pressuposto teórico que se escolha nesse processo, a língua se mostra como o meio para um fim de extrema relevância: ter acesso aos fenômenos de relação social que moldam o processo de viver em sociedade. Se, pela língua, conseguimos ter acesso a muito do fazer social, então é a partir dela que assentamos nossa pesquisa, sendo que é justamente desse pressuposto que surge o objetivo geral deste trabalho, lembrando: analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*.

Assim, e tendo sempre como base os pressupostos teóricos desta pesquisa, o procedimento metodológico explicado no capítulo anterior será seguido com vistas a construir a análise do corpus. Em um primeiro momento, é analisada a cena de enunciação do discurso que é objeto de interesse neste trabalho, lembrando que a análise discursiva também contempla questões relacionadas às manifestações culturais e identitárias. Por esse motivo, todo o processo analítico é construído em uma constante interface entre os dois pilares fundadores deste estudo: o universo discursivo e o universo cultural/identitário dos sujeitos produtores do discurso. Na segunda seção deste capítulo, são tecidas algumas considerações sobre as relações entre discurso, cultura e mídia, no intuito de traçar a existência de aspectos convergentes entre essas três instâncias e o que esse processo revela a respeito da relação entre povo, discurso e cultura.

Iniciamos, então, a análise.

5.1 A ENCENAÇÃO DA FALA: QUANDO SE ABREM AS CORTINAS

Em vista do objetivo desta pesquisa, é preciso lembrar o que significa trabalhar com discurso. Vimos, no capítulo teórico referente aos pressupostos discursivos, que um texto não pode ser compreendido como se seus signos constituintes fossem inertes, mas que, antes disso, um texto é uma espécie de pista deixada por um determinado discurso. Assim, quando tratamos um texto de maneira discursiva, fazemos referência a um acontecimento situado em um aqui e agora específicos, envolvendo sujeitos e situações comunicativas que variam de acordo com as trocas comunicativas. Portanto, é preciso ter em mente que “[...] ‘a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito *antes que este enuncia*, mas uma teoria da *instância de*

enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 33, grifo do autor).

A perspectiva aqui adotada, portanto, é a de que precisamos falar sobre o discurso, que é corpus desta pesquisa, situando-o nesse universo ao qual pertence; ou seja, precisamos esclarecer a cena de enunciação que permite e torna possível a existência de tal discurso. Falamos, em um primeiro momento, de quadro cênico, que diz respeito à cena englobante e à cena genérica do discurso. Essas duas instâncias costumam ser as mais fáceis de serem identificadas em um olhar não tão atento para o discurso. Em nossas trocas comunicativas, analisamos o quadro cênico dos discursos com os quais entramos em contato de forma automática, na maioria das vezes, e essa identificação nos auxilia a encontrar nosso lugar naquele discurso, bem como as permissões e restrições envolvidas no processo.

Portanto, relembremos a postulação de Maingueneau (2002) em relação à cena englobante do discurso, quando esse afirma que tal cena é aquela que condiz com o tipo de discurso, ou seja, de maneira mais geral, conseguimos definir uma tipologia para o acontecimento discursivo em pauta. Desse modo, podemos ter um discurso político, religioso, homofóbico, racista e todas as outras possibilidades de tipos de discurso que são, de certa forma, um reflexo direto da organização social que os veicula. Para que se iniciem as considerações em torno da cena de enunciação do discurso, o Quadro 2 é apresentado no intuito de facilitar a leitura da análise.

É importante esclarecer que, durante o trabalho com a cenografia e o ethos, os enunciados serão analisados na mesma ordem em que são organizados no Quadro 2, para que suas análises transcorram de modo explicativo e com exemplificações. Além disso, em alguns momentos da análise, alguns enunciados são agrupados e analisados de forma concomitante, pelo fato de apresentarem marcas enunciativas relacionadas a um mesmo plano da semântica global.

Quadro 2 – Materialidade verbal da reportagem *Uma cidade de brancos*

Legendas/ Sujeitos	Enunciados
L1	1. Cunhataí é a cidade mais branca do Brasil.
P	2. “Primeiramente, gostaria de dizer que é um prazer poder estar conversando com vocês, né, da cidade mais branca do Brasil”.
V1	3. “Olha, pra ser bem sincero, nem sei como é que é viver com negros, porque a gente é acostumado a viver, praticamente, sem nenhum negro no nosso município”
C1	4. “Meu nome é <i>José</i> ⁵ , tenho 90 anos e vivo há 66 anos em Cunhataí” (fala em alemão) ⁶ .
V2	5. “Isso gira em torno de 98% de origem alemã, né, daí agora entrou alguns italianos né, que também são brancos e daí entrou os morenos, né, os brasileiros, mas são poucos”.
P	6. “Aqui, aquele brasileiro mesmo, não, tem o cor de cuia, né, assim tem um e outro que entraram agora nos últimos tempos.”
V2	7. “Em todo o Brasil, em todo o mundo é assim, onde puxa mais uma raça vai todos, né”.
C2	8. “Os irmãos, em si, são de origem mais branca e quando vem um negro, ah, olha lá, nossa, chama atenção.”

⁵ Nome fictício.

⁶ Na reprodução do vídeo, o entrevistado fala no dialeto alemão usado na cidade; essa fala é traduzida por meio de uma legenda produzida pelos organizadores da reportagem. Essa legenda é a materialidade transposta para análise, ou seja, o Enunciado 4.

V1	9. “Ah tem, às vezes tem alguns de passagem, mas é muito raro.”
V1	10. “Eu não sei o que que é samba.”
C3	11. “Samba não é do nosso ritmo.”
V3	12. “O pessoal tenta sambar, mas acho que não sabe”.
C2	13. “Não sei dançar samba, não aprendi”.
P	14. “Nos bailes e tal o mais tocado, o mais pedido <i>pela alemoada</i> é música de bandas, né, a marcha, valsa, xote.”
C3	15. “O alemão tem o rito da valsa, da vaneira, da marchinha né, e essas coisas né, e o negro tem o samba deles”.
C2	16. “Se tocasse um samba, alguma coisa, ia ficar a pista vazia, acho que não ia rolar”.
L2	17. “Cunhataí é a única cidade brasileira que não registrou população preta no último senso do IBGE em 2010”.
V1	18. “Ano passado teve um curso de capoeira no município.”
P	19. “Até a gurizada aí no começo se empolgaram”.
V3	20. “Mas a coisa não fluiu, né, talvez a própria cultura, né, como falei, não é essa”.

V1	21. “Foi só um ano e depois acabou não acontecendo mais”.
V2	22. “Capoeira não pegou por aqui não, nós tínhamos alguns alunos aqui, inclusive se apresentaram, fizeram muito lindo, muito bonito, mas não deu certo.”
V1	23. “Feijoada, assim, uma coisa que eu escutei falar, mas eu não conheço.”

Fonte: elaborado pela pesquisadora

É importante esclarecer, por conta da apresentação do Quadro 2, o uso das siglas que correspondem às legendas e aos sujeitos cujos discursos são analisados. Assim, as siglas L1, L2, P, V1, V2, V3, C1, C2 e C3 representam, respectivamente, a Legenda 1, Legenda 2, Prefeito, Vereador 1, Vereador 2, Vereador 3, Civil 1, Civil 2 e Civil 3. Durante a análise, conforme os enunciados são chamados para dentro do texto, também contextualizamos sua origem por meio do uso de tais siglas.

Ao se entrar em contato com o discurso apresentado no Quadro 2, a tarefa de identificar a cena englobante a qual esse pertence parece bastante simplista, visto que a própria contextualização do corpus realizada anteriormente parece oferecer a resposta de que se trata de um discurso jornalístico com ênfase no assunto etnia/raça/cor. Porém, é preciso também imaginar uma situação em que um sujeito qualquer tivesse acesso a tal discurso sem uma devida contextualização do conteúdo enunciativo que encontraria. De que maneiras ele poderia chegar a mesma conclusão de que se trata de um discurso jornalístico? Essa resposta tem relação direta com a sociedade na qual vivemos. As trocas comunicativas da atualidade são, frequentemente, mediadas pela mídia. Dessa maneira, discursos midiáticos e, portanto, jornalísticos, fazem parte diariamente de nossa interação cotidiana, fato que justifica um sujeito qualquer, ao entrar em contato com um discurso, conseguir definir sua tipologia, ainda mais se tratando de um discurso da mídia.

Além disso, a ênfase desse discurso jornalístico em relação a questões de etnia/raça/cor é visível logo de início. O nome da reportagem, *Uma cidade de brancos*, parece ser uma maneira pela qual seus produtores procuram deixar claro do que se está falando, assim como é o esperado do próprio ato de se intitular qualquer produção. O nome da série de reportagens, *Segregação à Brasileira*, também estimula o leitor a compactuar com a ideia de que, de fato, trata-se de um discurso jornalístico sobre etnia/raça/cor. Porém, mais importante

que esses títulos, o próprio conteúdo veiculado nessa materialidade revela seu assunto. O enunciado 1 (L1), por exemplo, que se trata de uma das duas legendas presentes na reportagem, apresenta a introdução de todo o conteúdo da reportagem de forma direta: “Cunhataí é a cidade mais branca do Brasil”. Em vista dessa legenda, que outra cena englobante o discurso poderia apresentar se não a que correspondesse a uma tipologia jornalística de cunho étnico ou que fosse, ao menos, relacionada a essa temática?

Agora que temos esclarecido o tipo do discurso que é nosso objeto de análise, é preciso trabalhar com a noção de cena genérica, que corresponde ao gênero discursivo. Sempre que falamos em cena genérica, a associação que se faz com os estudos de Mikhail Bakhtin é quase imediata, uma vez que o estudioso se consagrou justamente por seus extensos estudos no escopo dessa temática. Porém, para o objetivo proposto nesta pesquisa, não vamos nos ater especificamente aos aspectos que Bakhtin (2003) denominou para identificar determinado gênero, sendo eles o estilo, o conteúdo temático e a construção composicional. Para nós, basta sabermos que os gêneros do discurso são “[...] dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. (MAINGUENEAU, 2002, p. 61).

Desse modo, o gênero discursivo de determinada manifestação comunicativa muito revela sobre o contexto sócio-histórico dessa manifestação. Conforme Maingueneau (2002), é possível caracterizar uma determinada sociedade pelos gêneros de discurso que a tornam possível, sendo essa afirmação muito cara ao estudo aqui proposto. Também é preciso lembrar que, conforme Maingueneau (2002), o gênero discursivo tem a propriedade de conferir certas restrições à situação de comunicação, ou seja, o gênero discursivo vai determinar, previamente, os lugares a serem ocupados pelos enunciadorees desse ou daquele discurso.

O discurso que aqui nos interessa, portanto, apresenta uma característica bastante peculiar em termos de cena genérica. De modo mais geral, trata-se especificamente de uma reportagem, que não só apresenta por si só as características comuns a esse gênero discursivo como também, na página eletrônica na qual é veiculada, tal materialidade é nomeada como sendo, de fato, uma reportagem. O entendimento prévio do gênero do discurso com o qual o leitor se defronta funciona como um dispositivo facilitador da leitura desse discurso, uma vez que “graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso, não precisamos prestar uma atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem à nossa volta.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 64).

Porém, em um trabalho específico com a disciplina de Análise do Discurso, o olhar mais atento ao processo formador do discurso é de essencial importância para a devida

compreensão desse. Assim, o discurso aqui analisado parece apresentar dois planos enunciativos presentes de forma concomitante. O primeiro plano com o qual entramos em contato é, certamente, o mais fácil de ser identificável, ou seja, o primeiro gênero discursivo que identificamos é o da reportagem. Porém, a própria produção de tal reportagem jornalística criou a necessidade de outro gênero discursivo prévio, visto que esse fez parte do momento de construção da reportagem: falamos, aqui, no gênero entrevista.

Se analisarmos com atenção o Quadro 2, que corresponde à materialidade verbal da reportagem, é possível perceber que os enunciados dos sujeitos, de fato, caracterizam-se como respostas a perguntas realizadas pelos produtores da reportagem. Esse fato evidencia-se, principalmente, por algumas temáticas recorrentes que se repetem em enunciados de sujeitos diferentes, dando a crer que uma mesma série de perguntas teriam sido realizadas àqueles moradores. Temáticas como a questão do samba, a capoeira, os gêneros musicais e a feijoada estão presentes em mais de um enunciado de sujeitos diferentes. Embora possível, é duvidoso pensar que, numa espécie de conversa “livre” sobre viver na cidade mais branca do Brasil, os participantes da reportagem/entrevista fossem tocar no mesmo cerne de assuntos se esses não fossem, propositalmente, trazidos à tona.

É importante lembrar que, apesar de assumirmos o gênero entrevista como sendo um dos gêneros fundadores do discurso que aqui nos interessa (fato que é comprovado na análise da cenografia e dos *ethé* na sequência do trabalho), não temos qualquer acesso às perguntas dessa entrevista. De qualquer forma, esse fato não impede o olhar diferenciado para o discurso, um olhar que assume esses dois planos enunciativos em concomitante funcionamento e responsáveis, também, pela criação de efeitos de sentido, detectados na análise específica da cenografia e do *ethos* discursivo. Mais que isso, o próprio apagamento dessas perguntas suscita alguns efeitos de sentido, que são destacados na próxima fase de análise. Nesse ínterim, lembramos a postulação de Maingueneau (2005), que afirma ser o gênero discursivo o responsável por definir o estatuto do enunciador e que o estatuto do coenunciador é determinado também pelo gênero, mas numa ação direta do enunciador sobre o coenunciador.

Logo, se o gênero tem a capacidade de definir certos lugares aos participantes da interação comunicativa, então aqui encontramos a justificativa do porquê levar em consideração as duas cenas genéricas percebidas. Se trabalhamos com dois gêneros funcionando simultaneamente, então também estamos lidando com duas, ou mais, intencionalidades diferentes. O gênero reportagem e entrevista, nesse corpus de pesquisa específico, afetam-se um ao outro mutuamente na construção de sentidos, de modo que talvez

algumas respostas dos participantes da reportagem tenham ganhado outros sentidos quando inseridas dentro do escopo da reportagem, naquela apresentação específica.

Para lembrar, nosso objetivo é analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*. Desse modo, é imprescindível que tenhamos cuidado ao manejar o discurso que aqui nos interessa, de forma a não construirmos postulações acerca das afirmações dos moradores da cidade sem antes analisarmos o quanto o gênero reportagem altera/modifica/enfatiza suas afirmações.

Quando um discurso é produzido, todo um universo em torno dele é criado, universo esse que diz respeito aos lugares enunciativos que foram estabelecidos, aos efeitos de sentido construídos e aos resultados que essa ação enunciativa teve sobre os sujeitos participantes do processo e, conseqüentemente, sobre o mundo em que esses atuam e vivem. Para que essa espécie de “Big Bang” do discurso, numa possível analogia com a criação do universo, possa ser compreendida, é de suma importância que nosso olhar não se limite ao que está na superfície. Precisamos olhar para o que está por debaixo da ponta do iceberg. Para isso, e dentro dos limites determinados para este estudo, analisamos agora as noções de cenografia e ethos discursivo, já que “*não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor, mas com uma cenografia.*” (MAINGUENEAU, 2002, p. 87, grifo do autor).

O Enunciado 1 (L1), “Cunhataí é a cidade mais branca do Brasil” é a primeira materialidade verbal com a qual se entra em contato no discurso em questão e faz parte do que podemos chamar de primeiro plano enunciativo, ou seja, o plano enunciativo correspondente à reportagem. A presença dessa materialidade verbal logo no início do vídeo parece querer introduzir o leitor daquela construção de sentidos no universo da cidade de Cunhataí, ou seja, na cidade com maior concentração de pessoas de cor branca. Numa espécie de aviso prévio, o Enunciado 1 já informa o que é esperado daquele discurso. Em termos de cenografia, essa já começa a ser construída desde o princípio do discurso, legitimando-se conforme esse se constitui.

Logo em seguida, temos contato com o primeiro enunciado cuja produção corresponde diretamente a um sujeito do mundo empírico e que, na materialidade visual do discurso, pode ser identificado. Assim, nesse início de análise cenográfica e de ethos, aproveitamos para fazer alguns esclarecimentos muito importantes para manter a filiação com o aporte teórico desta pesquisa, esclarecimentos esses que serão levados em consideração durante todo o processo de análise. É importante lembrar que não se pode confundir as figuras de sujeito e de

enunciador, principalmente porque aqui nos detemos em uma análise do discurso com filiação em Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b).

Portanto, quando usamos a nomenclatura “sujeito” estamos nos referindo ao sujeito empírico, que vive e circula no mundo real, no mundo físico no qual os discursos são produzidos. Porém, conforme Maingueneau (2002), quando falamos em enunciador nos referimos especificamente a um eu que se apresenta como uma referência de pessoa, tempo e espaço e que também demonstra que atitude toma em relação ao seu discurso, bem como a relação que estabelece com seu coenunciador. Assim, o enunciador, ao construir seu discurso, constrói também uma cenografia.

Para fins de retomada, é importante lembrar que a noção de cenografia não está relacionada à analogia de um quadro ou cenário a partir do qual o discurso se molda. Antes disso, e de acordo com Maingueneau (2002), a cenografia possibilita e legitima o discurso conforme esse vai se construindo, assim como, numa espécie de resposta, o próprio discurso possibilita e legitima sua cenografia. Desse modo, prosseguimos com a análise do discurso, mais especificamente com o primeiro enunciado do sujeito Prefeito.

No Enunciado 2 (P), “Primeiramente, gostaria de dizer que **é um prazer** poder estar **conversando com vocês, né, da cidade mais branca do Brasil**”, vamos nos ater, primeiramente, ao último trecho destacado⁷. No momento em que o enunciador explicita, por meio da materialidade linguística, o lugar de onde fala, ele define o seu lugar no discurso e também delimita, de certa maneira, o caminho da construção de efeitos de sentido. É preciso lembrar que esse lugar de que falamos nada se relaciona a um lugar físico pertencente ao mundo empírico, mas sim a uma instância que tem a capacidade de legitimar a enunciação. Para Maingueneau (2005), a dêixis enunciativa define a cena e a cronologia de determinado discurso, dessa maneira, é através dela que um discurso se localiza dentro de um universo espaciotemporal.

Logo, ao definir o lugar de sua enunciação como sendo a “cidade mais branca do Brasil”, o enunciador deixa claro não só que faz parte desse grupo étnico-racial, como também delimita seu espaço como sendo diferente de qualquer outro. Em outras palavras, o enunciador fala da cidade mais branca do Brasil, e não da cidade mais negra, ou da mais parda, ou mesmo de alguma cidade que não apresente qualquer prevalência de etnia/raça. O fato de o enunciador utilizar a expressão “é um prazer” para se referir que fala daquele

⁷ O destaque em negrito é utilizado durante a análise com o objetivo de chamar atenção para palavras e expressões que remetem aos efeitos de sentido que queremos dar ênfase nos enunciados.

determinado espaço apenas reforça uma ideia de pertencimento àquele grupo, ou seja, “eu sou da cidade mais branca do Brasil e gosto/aprovo/reitero esse fato”.

Essa marca de pertencimento, que ganha vida por meio do discurso, nos remete às noções de cultura e identidade e também pressupõem indícios de que pela língua a cultura de um povo é capaz de ser revelada, uma vez que “Quaisquer que sejam, ou onde quer que estejam esses sistemas de símbolos ‘em seus próprios termos’, ganhamos acesso empírico a eles inspecionando os acontecimentos”. (GEERTZ, 2015, p. 13). Nesse caso, o sistema de que Geertz (2015) nos fala é o próprio sistema da língua, que quando colocada em ação passa a funcionar como discurso e que em sua existência é capaz de revelar indícios de ordem extralinguística, ou seja, do contexto sócio-histórico dos enunciadores.

Além disso, ao fazer uso da expressão “conversando com vocês”, o enunciador explicita o fato de que há um coenunciador claro e também presente na troca comunicativa. Como já comentado em outro momento desta análise, os participantes da reportagem produzida pela UOL TAB provavelmente foram interpelados com certos questionamentos aos quais não temos acesso, o que apenas se confirma com a análise do enunciado do prefeito, por exemplo.

Nesse momento, é preciso fazer alguns esclarecimentos em torno da noção de *ethos*. A noção da imagem de si projetada por um discurso só pode ser apreendida quando da análise de sua cenografia. Desse modo, ao longo das observações e análise dos enunciados que compõem o corpus, vamos construindo possibilidades de características desse *ethos* discursivo, sendo que a definição final do *ethos* está reservada para o fim da análise da cenografia.

Quando falamos em *ethos* discursivo falamos, portanto, da imagem de si que o enunciador é capaz de construir por meio de seu discurso. É o discurso que fornece as pistas e indícios para desvendar essa espécie de “máscara”, que se altera conforme a necessidade comunicativa. Porém, ainda que seja o discurso o pressuposto para a existência do *ethos*, não se pode desconsiderar que o sujeito do mundo empírico também não influencie na maneira como o discurso será recebido. Assim, conforme Amossy (2018), há uma imagem que o auditório pode construir do locutor antes mesmo que esse tome a palavra. Referimo-nos, portanto, à noção de *ethos* prévio.

Tendo em vista o discurso do prefeito analisado anteriormente, bem como todos os outros apresentados na sequência deste trabalho, o que podemos afirmar em matéria de *ethos* prévio é que a pessoa do mundo físico não nos é acessível. Não temos conhecimento desse sujeito e nem de como seus discursos costumavam propagar-se naquela comunidade, ou seja,

se era alguém respeitado/valorizado ou não. Dessa forma, o que podemos trazer para a análise é sua representação social. O prefeito de uma cidade é uma autoridade política e, como tal, geralmente caracteriza-se pelo papel social de representar o povo como um todo. Assim, e já que a pesquisa é voltada, justamente, para analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*, o fato de o prefeito, bem como três vereadores, apresentarem-se como maioria dentre os enunciadores cujos discursos são analisados contribui fortemente para o objetivo proposto.

Nesse momento, observamos o Enunciado 3 (V1): “Olha, pra ser bem sincero, nem sei como é que é **viver com negros**, porque **a gente** é acostumado a viver, praticamente, sem nenhum negro no **nosso município**”. Nesse enunciado a relação com a noção de dêixis enunciativa também é bastante visível, uma vez que por meio de escolhas discursivas como “a gente” e “nosso município” constroem o efeito de sentido de comunidade, de grupo fechado, já que a expressão “a gente” é uma oposição a “vocês” ou “os outros” e a escolha do pronome possessivo “nosso”, em detrimento a uma escolha que poderia, simplesmente, ignorar o uso de tal pronome. Por meio do uso dessas expressões, o enunciador marca seu lugar na enunciação.

O fato de o enunciador afirmar que não sabe como é viver com negros é bastante esclarecedor quando entramos no cerne de estudos culturais, uma vez que essa afirmação permite considerarmos que a vida somente com pessoas brancas é diferente de uma vida que também inclua negros. Se partimos do pressuposto de que o que se entende por vida, nesse contexto, são todas as ações promovidas dentro de um grupo social (o modo de falar, comer, vestir, as danças, os rituais e tudo aquilo que é próprio de tal comunidade), então, o Enunciado 3 (V1) reforça o efeito de sentido de distanciamento que já foi percebido na análise do Enunciado 2 (P).

Contudo, é importante lembrar que esse efeito de sentido de distanciamento pode ser resultado de um objetivo prévio por parte da UOL TAB enquanto idealizadora da reportagem, já que a fala de V1 se trata de uma resposta a um questionamento realizado pelos produtores da reportagem, e ao qual não temos qualquer acesso. Ainda, é preciso admitir que o enunciado de V1 deixa transparecer, também, uma subjetividade que lhe é própria, uma vez que partimos do pressuposto de que a resposta é de sua autoria, mas que talvez seria apresentada de forma a não criar um sentido tão nítido de distanciamento caso o questionamento realizado anteriormente pela equipe da UOL TAB não tivesse exatamente o objetivo de construir esse efeito de sentido. Indícios dessa natureza são percebidos durante toda a sequência de análise.

O Enunciado 4 (C1), “Meu nome é *José*⁸, **tenho 90 anos e vivo há 66 anos** em Cunhataí” é responsável por outras possibilidades de efeitos de sentido. O primeiro aspecto que precisa ser considerado na análise do Enunciado 4 (C1) é que ele é proferido, originalmente, não em português, como todos os outros, mas no dialeto alemão ainda muito utilizado na comunidade de Cunhataí. A própria reportagem produzida e veiculada pelo canal UOL TAB apresenta a tradução dessa fala para o português. É essa mesma tradução que consideramos para o trabalho com a materialidade discursiva.

Os destaques em negrito no Enunciado 4 (C1) criam efeitos de sentido que correspondem a uma ênfase à história do enunciador no mundo empírico em que vive. Ao afirmar que tem 90 anos de idade e que há 66 anos vive na cidade de Cunhataí, o enunciador cria para si uma espécie de poder de fala, na tentativa de convencer seu interlocutor de que seu testemunho é, de fato, confiável. Essa ação do enunciador para com seu discurso tem relação direta com a noção de cena validada, ou seja, “[...] o conjunto de uma cena de fala, apresentada como um modelo ou um antimodelo da cena de discurso. Tal cena de fala pode ser chamada de cena validada, em que ‘validada’ significa ‘já instalada na memória coletiva’, seja como antimodelo, seja como modelo valorizado.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 80-81).

Nesse caso, a cena validada corresponde ao um modelo valorizado, uma vez que na sociedade em geral ter bastante idade corresponde, também, a ser sábio e\ou ter conhecimento sobre muitos aspectos da vida e do mundo. Morar em determinado local por um longo tempo também se constitui como uma cena validada, já que é presumível que esse sujeito tenha conhecimentos suficientes para falar do lugar onde mora.

Além desses efeitos de sentido constituídos por meio da cena validada do Enunciado 4 (C1), tal materialidade também contribui fortemente para discutirmos o plano da semântica global referente ao modo de enunciação. Tal plano, na realidade, está fortemente presente em todos os enunciados analisados neste trabalho, uma vez que é a partir dele que, basicamente, se torna possível a análise da cenografia e do ethos de um discurso. Porém, como já explicado anteriormente, em alguns enunciados um ou outro plano da semântica torna-se mais visível, e essa é nossa metodologia para definir se vamos falar desse ou daquele plano da semântica global na análise de um enunciado.

O modo de enunciação, conforme as considerações de Maingueneau (2005), portanto, corresponde ao modo de execução e existência de um discurso, que remete sempre a uma maneira de dizer. Assim, o próprio uso do dialeto alemão em detrimento ao português

⁸ É válido lembrar que José é o nome fictício dado ao participante da reportagem, a fim de que sua identidade seja preservada.

estabelece-se como uma maneira de dizer que legitima a origem étnica do enunciador. É verdade que não sabemos se o sujeito Civil 1 tem apenas conhecimento do dialeto alemão e teve de usá-lo obrigatoriamente por ser sua única língua fluente, ou se isso foi uma escolha. Porém, de qualquer maneira o uso de determinado idioma é um forte indício cultural do sujeito falante, considerando que “Nossa capacidade de falar é inata certamente, nossa capacidade de falar inglês, porém, é sem dúvida cultural” (GEERTZ, 2015, p. 36).

A cultura e identidade do enunciador, nesse caso, são fortemente marcadas pelo idioma usado em seu enunciado, que também tem relação direta com a noção de cena validada, anteriormente discutida, já que naquela comunidade o uso do dialeto alemão se configura como uma maneira de demonstrar pertencimento àquele grupo social. Ainda em relação ao Enunciado 4 (C1), é importante ressaltar que essa é a única participação na reportagem desse enunciador, e esse fato, por si só, é passível de significações, uma vez que em sua fala ele apenas apresentou-se, sem adicionar qualquer outra informação. Ou seja, para os idealizadores da reportagem, o essencial foi mostrado: um sujeito morador da cidade de Cunhataí fazendo uso do dialeto alemão, ou seja, demonstrando por meio da língua seu lugar de pertencimento.

Na sequência da reportagem, o Enunciado 5 (V2) é apresentado: “**Isso** gira em torno de 98% de origem alemã, né, daí agora entrou alguns **italianos** né, que também são **brancos** e daí entrou os **morenos**, né, os **brasileiros, mas são poucos.**” O primeiro aspecto que chama atenção nesse enunciado é o uso do pronome demonstrativo “isso” pelo enunciador. Em termos de coesão e coerência textual, utilizamos tal pronome quando estamos fazendo referência a algo que já foi, de algum modo, citado anteriormente no cotexto. Essa marca enunciativa colabora para pensarmos que, de fato, existiram alguns questionamentos prévios (plano enunciativo da entrevista) e que esses foram apagados propositalmente do corpo da reportagem, talvez com o intuito de demonstrar que os posicionamentos tomados pelos enunciadores eram exclusivamente pertencentes a eles.

Além disso, as palavras “italianos”, “brancos”, “morenos” e “brasileiros”, destacadas no Enunciado 5, estão relacionadas com o plano da semântica global referente ao vocabulário. Assim, conforme Maingueneau (2005), falar em vocabulário de um discurso não corresponde a dizer que um tipo de discurso é “dono” de certas escolhas lexicais que lhe são próprias. Longe disso, o léxico de uma língua está à inteira disposição de seus falantes que a manejam da maneira como consideram melhor em busca da construção de sentidos. Assim, quando falamos em escolhas lexicais, referimo-nos a palavras que, dentro daquele discurso, inseridas

naquele acontecimento discursivo são capazes de gerar certos efeitos de sentido que, em outros discursos, não seriam os mesmos.

As palavras anteriormente destacadas são capazes de gerar efeitos de sentido em termos da relação entre cor e raça/etnia. Em seu enunciado, o enunciador V2 deixou transparecer uma simetria em relação à nacionalidade e à cor da pele dos sujeitos, uma vez que coloca como correspondentes as pessoas de pele branca como sendo italianos e as pessoas de pele “morena” como sendo brasileiros. Essa última associação, aliás, é bastante recorrente na sociedade brasileira, que costuma considerar as pessoas de pele mais escura, principalmente os negros, como representantes do brasileiro “real”, o que não passa de um equívoco se considerarmos a história dos índios no Brasil, muito antes de 1500, e também dos escravos negros trazidos nas mais diversas imigrações/expedições ao Brasil e que, só então, passaram a habitar essa terra.

Assim, o uso desse vocabulário em específico contribui para construção de um sentido de segregação presente naquele espaço, uma vez que dar nomes para a cor e para a etnia das pessoas que vivem naquela cidade também se configura como uma maneira de separar “pertencimentos”, ou seja, não são pessoas no geral, são brancos e “alguns” morenos. Além disso, o enunciador V2 deu ênfase para o fato de que, apesar de existirem “morenos” na cidade, eles representam uma minoria. Fica clara, aqui, a intenção do enunciador de afirmar que a cidade é, de fato, uma “cidade de brancos”.

Ainda, vale lembrar que a nomenclatura “morenos” muitas vezes é usada em substituição a “negros” para evitar que o discurso seja considerado racista, sendo que essa ação muitas vezes é, justamente, a que revela um posicionamento desse tipo. Porém, é preciso lembrar que estamos lidando, aqui, com dois planos enunciativos, ou seja: quanto da construção da reportagem interfere na construção de sentidos que foi, em um primeiro momento, almejada pelos participantes dessa? Essa é a pergunta que dá norte, de certa maneira, à construção da análise aqui apresentada.

Ainda em referência ao plano de semântica global referente ao vocabulário, o Enunciado 6 (P), “Aqui, aquele **brasileiro mesmo**, não, tem o **cor de cuia**, né, assim, tem **um e outro** que entraram agora nos últimos tempos”, apenas confirma certa necessidade de dar nomes aos “tipos” de pessoas que moram naquela cidade; ou seja, o efeito de sentido de segregação, por meio do uso de nomenclaturas como “brasileiro” e “cor de cuia”, continua sendo construído de forma bastante densa pelos discursos de todos os enunciadores analisados até então. É preciso lembrar, portanto, que, conforme Maingueneau (2005), o vocabulário não tem a ver com o léxico pertencente a determinado tipo de discurso, mas sim aos signos de

pertencimento que, naquele discurso, viabilizam a criação de certos efeitos de sentido. A utilização, por parte do enunciador, dos signos “brasileiro” e “cor de cuia” remete a certos efeitos de sentido que estão diretamente ligados a modos de pensar sobre a etnia de determinado indivíduo.

A ênfase que o enunciador dá para o adjetivo “brasileiro”, por meio da expressão “mesmo”, também reforça a construção de sentido de que o brasileiro “verdadeiro” ou “original” é o negro, sendo os indivíduos de outras etnias considerados brasileiros “ilegítimos”. Essas escolhas do vocabulário criam efeitos de sentido que têm como base a diferenciação, o distanciamento, o antagonismo, por terem o objetivo de caracterizar os sujeitos como pertencendo ou não a determinado grupo.

Nesse ínterim, é válido retomar o conceito de cultura defendido por Geertz (2015, p. 66), quando afirma que a cultura de um povo

[...] denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam, e desenvolvem seu conhecimento e suas atividade em relação à vida.

Desse modo, o uso das expressões relacionadas à cor de pele, usadas pelo enunciador, parece revelar-se como uma forma simbólica por meio da qual esse sujeito comunica seu modo de ser e de pensar sobre o outro e sobre si próprio. A expressão “cor de cuia” é geralmente utilizada para fazer referência a sujeitos cuja cor é considerada parda, quase uma espécie de meio termo entre o branco e o negro. Além disso, o uso da expressão “tem um e outro” contribui para que o efeito de sentido criado pelo enunciado seja de uma cenografia que preza por demonstrar a separação dentre os que fazem parte daquela comunidade e aqueles que não fazem.

É necessário lembrar, neste momento, que toda cenografia está atrelada a um ethos discursivo que dela é decorrente, já que “[...] a noção de ethos se desenvolveu de forma articulada à cena de enunciação. Se cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua *cenografia*.” (AMOSSY, 2008b, p. 16, grifo do autor). Durante a análise que aqui se apresenta, é possível perceber alguns padrões que se repetem nos enunciados, mesmo que esses sejam produzidos por enunciadores diferentes.

Uma cenografia e, portanto, um ethos, voltados para uma noção de distanciamento, de separação, de segregação parece ganhar força conforme a análise da reportagem vai

progredindo, e é nesse sentido que se torna necessário relembrar os dois planos enunciativos com os quais estamos lidando: a entrevista como preparação para a reportagem e a reportagem como produto finalizado. Quanto da reportagem (cortada, editada, organizada) contribui para o modo com os efeitos de sentidos dos enunciados são construídos? Se os participantes da reportagem não respondessem a perguntas previamente estabelecidas, os efeitos de sentido construídos seriam os mesmos? Para tentar responder a esses questionamentos, dá-se sequência à análise.

No Enunciado 7 (V2), “Em **todo o Brasil**, em **todo o mundo é assim**, onde **puxa mais uma raça vai todos, né**”, um dos planos da semântica global que ganha ênfase é o plano da intertextualidade. Se nossa atenção recai para as expressões em destaque no enunciado, é possível perceber uma preocupação por parte do enunciador de mostrar que há uma espécie de tendência a acontecer, em outros lugares, a mesma concentração étnica que ocorre na cidade de Cunhataí. De acordo com as postulações de Dominique Maingueneau (2005), toda vez que um enunciador constrói um discurso, ele pressupõe que seu coenunciador já possua certos conhecimentos sobre o que ele comunica, caso contrário a própria necessidade da construção de um discurso cai por terra.

Ou seja, no momento que o enunciador afirma que o mesmo processo de concentração étnica ocorre “em todo o Brasil” e “em todo mundo”, ele não só espera que essa ideia seja de conhecimento do seu coenunciador como também espera que tal generalização torne-se uma espécie de argumento crível para aceitação de seu discurso. Se em todo o lugar é assim, porque na cidade de Cunhataí não seria? Assim, nos termos do plano da semântica global referente à intertextualidade, é preciso lembrar que “[...] há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 78).

Desse modo, um discurso pode confirmar ou recusar outros discursos que existem antes e fora dele. Se em todo lugar o mesmo processo se repete, então essa ideia já está, de certa maneira, gravada na memória coletiva, o que nos leva novamente a relembrar a noção de cena validada. Nesse sentido, é válido ressaltar que “se falamos de ‘cena validada’ e não de ‘*cenografia* validada’ é porque a ‘cena validada’ não se caracteriza propriamente como discurso, mas como um estereótipo automatizado, descontextualizado, disponível para reinvestimentos em outros textos.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 92, grifo do autor).

Portanto, existe, como estereótipo social, a ideia de que se em algum lugar há uma maioria de determinada etnia/raça/cor, e que por esse motivo a tendência é a que a concentração dessa maioria cresça ou se mantenha nessa representação dominante, seria

esperado que alguns enunciadores, em seus discursos, usassem dessa cena validada no intuito de argumentar a favor de seu discurso, processo que, de certa maneira, é onipresente nos discursos, já que comunicar é sempre um jogo de convencimento.

A cenografia da reportagem, portanto, continua mostrando uma tendência a construir sentidos que dizem respeito a noções como as de pertencimento, inclusão, bem como diferenciação e exclusão. Essa cenografia, percebida até então, dá margem para que uma noção referente aos estudos culturais e identitários seja trazida à tona: a ideia de identidade nacional. Quem faz referência a essa noção teórica é o estudioso Stuart Hall (2006, p. 59), quando afirma: “[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.”.

A partir dessa concepção, é possível afirmar que o uso da expressão “onde puxa mais uma raça” parece estar em consonância com a ideia de cultural nacional, uma vez que o aspecto da raça se mostra como aquele que unifica todas as pessoas que se identificam dentro desse mesmo universo de etnia/raça/cor.

O Enunciado 8 (C2), “Os irmãos, **em si**, são de **origem mais branca** e quando vem um negro, ah, olha lá, nossa, **chama atenção**”, também apresenta como um dos seus planos da semântica global salientes o plano referente à intertextualidade. O uso da expressão “em si”, por parte do enunciador, parece criar um efeito de sentido relacionado à legitimidade do que se está afirmando, uma vez que o enunciado poderia ser construído sem o uso dessa expressão e sem que, dessa maneira, a ideia principal ainda assim fosse apresentada. Além do mais, a expressão “origem mais branca” também parece apresentar-se como uma forma de legitimação, já que o enunciador deu preferência ao uso da expressão “mais”, que também poderia estar ausente da construção discursiva.

Ou seja, percebe-se uma necessidade, por parte do enunciador, de afirmar que sua família é, de fato branca, que apresenta tendências a se encaixar apenas nessa cor de pele e que devem ser reconhecidos como pertencentes a essa grupo étnico. Em adição a isso, percebemos também o uso da expressão “chama atenção”, que pode ser compreendida como uma espécie de compartilhamento de ideias com o coenunciador (plano da intertextualidade), uma vez que o enunciador desse discurso só afirma que tal fato chama atenção porque espera que o coenunciador concorde e/ou já tenha conhecimento dessa reação, de que de fato uma pessoa de uma etnia diferente de determinada comunidade vai chamar a atenção quando estiver presente nela. Assim, é preciso “[...] esclarecer que dizer que a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas, [...], não é mais do que dizer que esse é

um fenômeno psicológico, uma característica da mente, da personalidade, da estrutura cognitiva de alguém [...]” (GEERTZ, 2015, p. 9).

Em suma, em termos de construção de cenografia e de discussões voltadas às noções culturais, tal enunciado, assim como os outros analisados antes desse, configuram-se como espelhamentos da subjetividade de cada enunciador, mas também representam resquícios culturais que determinam o lugar de cada um desses enunciadores no mundo, tanto empírico quanto discursivo. Assim, e ainda tendo em vista o plano da semântica global referente à intertextualidade, destacamos o Enunciado 9 (V1): “Ah tem, às vezes tem **alguns de passagem**, mas é **muito raro**”. Nesse enunciado, o enunciador parece ter uma preocupação em mostrar que a cidade, ainda que muito raramente, recebe pessoas de outras etnias, mas que tal acontecimento é, de fato, uma raridade, o que seria um pressuposto para se afirmar que a cidade continua tendo o “direito” de receber o título de “cidade mais branca do Brasil”. Uma cenografia voltada à legitimação daqueles que moram em Cunhataí vai sendo construída, ainda em relação a efeitos de sentido que agregam questões como diferença/igualdade, pertencimento/exclusão. O efeito de sentido de segregação continua fortemente presente no(s) discurso(s).

Nesse momento da análise, entramos em contato com enunciados que são agrupados justamente por apresentarem um mesmo plano da semântica global, em específico, como sendo o de maior destaque e o que mais interessa na análise, tendo em vista o objetivo desta pesquisa. São eles: Enunciado 10 (V1): “Eu não sei o que é **samba**”; Enunciado 11 (C3): “**Samba** não é do **nosso ritmo**”; Enunciado 12 (V3): “O pessoal tenta **sambar**, mas acho que não sabe”; e Enunciado 13 (C2): “Não sei dançar **samba**, não aprendi”.

Nesses enunciados destacados, o plano da semântica global referente ao tema é muito perceptível, tão perceptível que a existência de tais enunciados passa a representar o principal argumento em favor da ideia de que, de fato, os participantes da reportagem responderam previamente a perguntas não só roteirizadas, mas cujas respostas foram, de certa maneira, idealizadas por seus organizadores. Ainda que possível, é difícil imaginar que, numa espécie de conversa/entrevista “livre” sobre como seria morar na cidade considerada a mais branca do Brasil, quatro enunciadores diferentes fossem mencionar as mesmas questões relacionadas ao samba. A repetição de depoimentos sobre esse tema é um forte indício para afirmarmos que as falas dos moradores da cidade de Cunhataí foram, de certa maneira, modeladas a partir de perguntas que vão ao encontro do objetivo dos produtores da reportagem *Uma cidade de brancos*, objetivo esse fortemente voltado ao destaque da segregação naquela cidade.

Em termos de semântica global, portanto, tais enunciados estão fortemente relacionados à noção de tema defendida por Maingueneau (2005), quando afirma que tal noção refere-se, de modo geral, àquilo de que um discurso fala. Assim, é bastante provável que a organização da reportagem tenha, propositalmente, questionado seus participantes sobre o samba, uma vez que essa manifestação costuma ser compreendida, também, como um símbolo ou rito cultural. De fato, existem alguns processos presentes nas sociedades que contribuem para sua definição e, também, sua diferenciação perante outras. As roupas, a comida, a música, os rituais de maneira geral são marcas específicas que costumam caracterizar comunidades culturais, “uma vez que o comportamento humano é visto como ação simbólica”. (GEERTZ, 2015, p. 8).

Desse modo, e assumindo a ideia de que a temática do samba foi um aspecto propositalmente trazido à tona pelos organizadores da reportagem, uma cenografia voltada a efeitos de sentidos de diferenciação, distanciamento, pertencimento e exclusão continua sendo validada progressivamente conforme o discurso da reportagem é construído. Essa cenografia, por sua vez, vai construindo um ethos discursivo, projetado pelos enunciadores da reportagem e que representam um só grupo social, como sendo uma imagem de si de diferenciação perante outras comunidades, outras cidades, outras pessoas, que de alguma maneira não se enquadram naqueles preceitos, seja por meio da cor da pele, do idioma, da música, entre outros. Essa imagem de si projetada tem o objetivo de “[...] causar impacto e suscitar a adesão” (AMOSSY, 2008b, p. 17) daqueles que entram em contato com tal discurso midiático.

Na sequência da análise, trazemos outro agrupamento de enunciados os quais são concentrados dessa maneira também pelo fato de terem em comum um mesmo plano da semântica global em destaque. São esses enunciados: Enunciado 14 (P): “Nos bailes e tal o mais tocado, **o mais pedido** pela *alemoada* é **música de bandas** né, a **marcha, valsa, xote**”; Enunciado 15 (C3): “O alemão tem **o rito** da **valsa**, da **vaneira**, da **marchinha** né, e **essas coisas** né, e o negro tem o **samba deles**”; e Enunciado 16 (C2): “**Se tocasse um samba**, alguma coisa, ia ficar a pista vazia, acho que **não ia rolar**”. É possível notar, nesses enunciados, que o plano da semântica global referente ao tema continua sendo um dos mais perceptíveis nessas manifestações discursivas, e a questão do tema parece presente agora como uma forma de contraste com os discursos apresentados anteriormente, no sentido de que nesse momento é possível evidenciar, ainda mais, que o ritual da música é diferente para cada comunidade étnica.

Assim, se antes a ênfase era no samba como ritual pertencente a negros, agora o foco é na música do branco, ou seja, música de bandas, a marcha, a valsa, o xote, segundo o Enunciado 14. É nessa evidente diferenciação de rituais que outro plano da semântica global, embora sempre presente, ganha maior evidência, ou seja, o plano referente ao estatuto do enunciador e do destinatário. Nesse ínterim, lembramos que o estatuto do enunciador e do destinatário, conforme Maingueneau (2005), está relacionado ao fato de que todo discurso atribui certos papéis tanto ao enunciador quanto ao destinatário. Dessa maneira, o discurso determina as atitudes tomadas pelos sujeitos que dele participam.

De fato, e levando em consideração a existência de perguntas roteirizadas pelos organizadores da reportagem, que é corpus dessa pesquisa, é possível afirmar que a configuração do discurso da reportagem, em especial nesses últimos enunciados analisados, teve o objetivo de marcar uma posição de separação entre os rituais e, portanto, entre as etnias e culturas do povo branco e do povo negro. É interessante notar que, no Enunciado 15, o enunciador faz uso da expressão “rito” para se referir aos tipos de música que geralmente são consumidas pelas pessoas de etnia alemã. Logo, tal enunciado apenas corrobora com as noções relacionadas aos rituais de que falávamos anteriormente.

Outro aspecto interessante a se notar, ainda fazendo referência ao Enunciado 15, é o uso da expressão “samba **deles**”. A utilização, por parte do enunciador, do pronome demonstrativo “deles” vem ao encontro dessa cenografia percebida até então: o discurso da reportagem se desenvolve sobre a ideia de distanciamento, separação, segregação, bem como de seus opostos, mas faz isso utilizando a fala de outros, ou seja, dos moradores de Cunhataí participantes da reportagem.

É nesse momento do desenvolvimento da reportagem que há uma “quebra” na sequência de enunciados e que a segunda legenda é apresentada, ou seja, o leitor entra em contato com o Enunciado 17 (L2): “Cunhataí é a única cidade brasileira que não registrou população preta no último censo do IBGE em 2010”. Aqui temos um enunciado da reportagem que está relacionado única e exclusivamente ao plano enunciativo da reportagem como produto acabado, ou seja, editada, organizada, finalizada. Dessa forma, tal enunciado relaciona-se, de maneira mais enfática, com o plano da semântica global referente ao modo de coesão.

Tal plano faz referência direta com o que, geralmente, entendemos por coesão, ou seja, a conexão de algo, nesse caso a conexão do discurso. Portanto, e de acordo com as postulações de Maingueneau (2005), o modo de coesão está relacionado à maneira como o discurso constrói seu próprio encadeamento, bem como sua rede de remissões internas.

Assim, o Enunciado 17 vem, de certa maneira, justificar os enunciados apresentados na reportagem em um momento anterior, como se a afirmação desse enunciado fosse um tipo de argumento para que os relatos apresentados sejam considerados verdadeiros e dignos de crença.

Os últimos enunciados apresentados na reportagem também têm sua existência em torno de rituais simbólicos e, portanto, culturais, que são atrelados à cultura do negro. Assim, o tema, enquanto plano da semântica global, permanece tendo bastante ênfase na constituição de efeitos de sentido desse discurso, como é possível perceber nos últimos enunciados: Enunciado 18 (V1): “Ano passado teve um curso de **capoeira** no município”; Enunciado 19 (P): “**Até** a gurizada aí no começo se empolgaram”; Enunciado 20 (V3): “Mas a coisa não fluiu, né, talvez **a própria cultura**, né, como falei, **não é essa.**”; Enunciado 21 (V1): “Foi só um ano e depois acabou não acontecendo mais”; Enunciado 22 (V2): “**Capoeira** não pegou por aqui não, nós tínhamos alguns alunos aqui, inclusive se apresentaram, fizeram muito lindo, muito bonito, **mas não deu certo**”; e Enunciado 23 (V1): “**Feijoada**, assim, uma coisa que eu escutei falar, mas eu não conheço”.

É possível notar que outros rituais simbólicos, dessa vez relacionados ao esporte e à comida, são trazidos pelos enunciadorees como maneira de caracterizar e, ao mesmo tempo, diferenciar sua cultura de outras. Novamente há uma repetição, por parte de enunciadorees diferentes, de um mesmo tema que é trazido à tona e que reforça a ideia de que esses sujeito que participaram da reportagem foram submetidos a questionamentos de um mesmo tipo, justamente para alcançar um objetivo já previsto pelos organizadorees da reportagem, que a análise da cenografia permite afirmar ser um objetivo voltado à ênfase na segregação presente naquela cidade.

No Enunciado 19 (P), destacamos a expressão “até” para fins de análise, já que, conforme as considerações de Maingueneau (2005), todo discurso pressupõe uma maneira específica de dizer. Quando o enunciador escolhe a expressão “até” para o início de seu enunciado, por essa simples ação ele já transforma todo e qualquer sentido construído a partir da materialidade discursiva apresentada depois dessa expressão. O efeito de sentido criado é de certa descrença, como se o enunciador, primeiramente, não acreditasse que o projeto de capoeira poderia, de fato, virar objeto de interesse das crianças e adolescentes da comunidade.

No Enunciado 20 (V3) também é possível observar o uso da expressão “própria cultura”, em que o uso da palavra “própria” cria um efeito de sentido relacionado a uma justificativa do porquê a prática da capoeira não ter permanecido na comunidade, ou seja, cada cultura funcionaria de determinado modo e a partir de seus próprios costumes, sendo que

a tentativa de mesclar tais rituais não funcionaria e/ou não seria adequado. Embora por meio de um único enunciado na reportagem a que faz referência, o tema relacionado à comida, ou seja, à feijoada, também é tratado como representativo da cultura do negro e que, por esse motivo, não é de conhecimento ou não faz parte dos rituais de alimentação dos alemães.

Em suma, encerramos a análise das cenas de enunciação do discurso, que é corpus desta pesquisa, com a evidente percepção de que a cenografia construída ao longo do discurso foi criando força conforme os enunciados eram adicionados a sua materialidade discursiva, ou seja, como esperado, a cenografia legitimou os enunciados do discurso, assim como esses a legitimaram, numa espécie de via de mão dupla. Portanto, a cenografia construída por meio da reportagem *Uma cidade de brancos* foi responsável por efeitos de sentido que compactuavam entre si, ou seja, efeitos de sentido relacionados ao pertencimento de um povo à determinada cultura, bem como seu contraste com culturas e etnias diferentes.

É necessário lembrar, portanto, que, ao entrar em contato com esse discurso, “[...] o destinatário é necessariamente levado a construir uma representação do locutor, que este último tenta controlar, mais ou menos conscientemente e de maneira bastante variável, segundo os gêneros do discurso.” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 79). Estamos, aqui, fazendo referência ao ethos discursivo, que por meio da análise dessa cenografia em específico, permite-nos afirmar que se trata de um ethos de oposição, contraste e distanciamento em relação à culturas/etnias diferentes da sua e que encontram sua existência no mundo empírico dos sujeitos que subjazem desses enunciadoreis.

Porém, fica um importante questionamento: ao ethos de qual enunciadoreis fazemos referência? Ao ethos de cada participante da reportagem? Ao ethos da comunidade de Cunhataí em geral e representada pelos participantes da reportagem? Ou ao ethos forjado/projetado/construído da/na reportagem *Uma cidade de brancos* a partir do uso dos discursos de outrem? São esses questionamentos, e outros esclarecimentos, que discutimos na última seção deste capítulo.

5.2 ARMADILHA DE SIGNIFICADOS: DESVENDANDO AS MÁSCARAS DO DISCURSO

Ao dar fim ao processo de análise do corpus de pesquisa deste trabalho, é essencial que algumas considerações sejam tecidas e relacionadas entre si, principalmente em vista do objetivo proposto, que era analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma*

cidade de brancos. Dessa maneira, é possível afirmar que há três grandes pilares de sustentação para as indagações que neste trabalho foram colocadas à prova: a análise do discurso, a cultura e identidade de um povo e a mídia enquanto mediadora dos processos de significação envolvidos nessa trama. Assim, finalizamos essa análise construindo uma relação entre esses três universos, no sentido de esclarecer os possíveis efeitos de sentido produzidos pelo discurso dos habitantes da “cidade mais branca do Brasil”.

Na seção anterior deste capítulo, observamos a construção da cenografia do discurso em pauta e como essa cenografia foi ganhando força conforme o discurso ia se desenvolvendo, resultando, assim, na construção de uma imagem de si projetada pelo enunciador, ou seja, um ethos discursivo. A partir das pistas enunciativas destacadas durante a análise, é válido afirmar que a cenografia desse discurso foi organizada em torno de uma ideia de separação entre partes não iguais, ou seja, os brancos e os negros.

Nesse sentido, uma percepção torna-se essencial para discutirmos a noção de ethos que foi projetada pelo discurso: apesar de a reportagem apresentar o nome de *Uma cidade de brancos*, a ênfase na manifestação comunicativa de cada participante não foi em relação às origens, a cultura, os costumes e a vida do branco, mas sim nesses mesmos aspectos em relação ao negro. Durante a reportagem, várias são as passagens em que se percebe uma preocupação em mostrar os costumes e tradições do povo negro. Em outras palavras, dá-se a entender que a cultura do branco é definida a partir de sua oposição à cultura do negro.

Nesse ínterim, é possível afirmar que o discurso da reportagem *Uma cidade de brancos* projeta um ethos de oposição e distanciamento em relação a qualquer representatividade dos negros. É válido ressaltar, nesse momento, que o ethos discursivo se apresenta a partir do que Maingueneau (2008b) considera como ethos mostrado e ethos dito. O primeiro diz respeito a um modo de ser que transparece do discurso sem, necessariamente, deixar rastros efetivos nesse. Já o segundo se configura, justamente, por se revelar de forma explícita na enunciação. Desse modo, toda análise do ethos discursivo realizada na primeira seção deste capítulo levou em consideração os dois registros de ethos. É necessário, ainda, esclarecer que, neste trabalho, não nos importa o modo como esse ethos ganhou forma, se no registro do dito ou do mostrado, mas o que sua existência tem a dizer sobre as relações entre cultura e mídia aqui colocadas em pauta.

De fato, e de acordo com Maingueneau (2002), se levarmos em consideração o desenvolvimento da cenografia do discurso, observamos que o coenunciador, por meio dos indícios enunciativos analisados na seção anterior, é levado a criar uma espécie de instância subjetiva de quem fala a qual chamamos de fiador, que por sua vez apresenta um caráter e

uma corporalidade. Assim, “a enunciação leva o coenunciador a conferir um ethos ao seu fiador, ela lhe *dá corpo*.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99, grifo do autor).

A partir dessa perspectiva que opera com as noções de fiador, caráter e corporalidade, é importante considerar que, dentre os planos da semântica global que serviram de base para a análise dos efeitos de sentido promovidos pelo discurso da reportagem, o plano referente ao modo de enunciação é, justamente, aquele que está diretamente ligado às noções de cenografia e ethos discursivo e, portanto, às noções de fiador, caráter, corporalidade e tom. Portanto, e conforme Maingueneau (2002), todo discurso possui determinado tom que, de certa maneira, é responsável por autorizar aquilo que é dito. Esse tom, por sua vez, e ainda de acordo com as postulações de Maingueneau (2005), apoia sua existência nas noções de caráter e corporalidade, que podem ser compreendidas como um modo de ser e de se portar, bem como os efeitos de sentido que surgem desse processo.

Assim, e considerando o discurso da reportagem que foi corpus de pesquisa deste trabalho, é importante notar que, ainda que seja constituído pelas falas de vários moradores da cidade de Cunhataí, tal discurso apresenta um único enunciador, que se trata justamente dessa “unidade” cenográfica construída pelos produtores da reportagem. Todos os moradores que falam, falam em um único tom, seguindo uma mesma direção, e essa cenografia que foi se constituindo permite-nos afirmar que a leitura do discurso faz surgir um corpo de enunciador que, por sua vez, projeta uma imagem de si permeada de efeitos de sentido de oposição e distanciamento. É a esse corpo, a essa instância subjetiva que damos o nome de fiador.

Portanto, e com o intuito de ilustrar a cena de enunciação estabelecida pelo discurso da reportagem *Uma cidade de brancos*, apresenta-se o Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese da cena de enunciação da reportagem *Uma cidade de brancos*

DISCURSO DA REPORTAGEM <i>UMA CIDADE DE BRANCOS</i>		
CENA ENGLOBANTE	Discurso jornalístico	
CENA GENÉRICA	Reportagem e entrevista	
CENOGRAFIA		
Planos da semântica global	Pistas discursivas	Cenografia
Intertextualidade	Pressuposto da concentração étnica – Enunciado 7 (V2); compartilhamento de ideias com o coenunciador – Enunciado 8 (C2); legitimação como moradores da	Cenografia de pertencimento e legitimação dos moradores perante a cidade e suas características étnicas

	cidade – Enunciado 9 (V1).	
Vocabulário	Uso de palavras como “branco”, “moreno”, “cor de cuia”, “brasileiro”, entre outras – Enunciados 5 (V2) e 6 (P).	Cenografia de diferenciação em relação à cor/etnia dos indivíduos
Temas	Ações simbólicas como modo de representatividade – Enunciados 10 (V1), 11 (C3), 12 (V3), 13 (C2), 14 (P), 15 (C3), 16 (C2), 18 (V1), 19 (P), 20 (V3), 21 (V1), 22 (V2) e 23 (V1).	Cenografia de pertencimento e representação em relação a ações simbólicas da “cultura negra” e da “cultura branca”.
Estatuto do enunciador e enunciatário	Marcação do “lugar” a qual pertence cada cultura, ou seja, a qual lugar pertence o enunciador. - Enunciados 10 (V1), 11 (C3), 12 (V3), 13 (C2), 14 (P), 15 (C3) e 16 (C2).	Cenografia de oposição em relação aos lugares ocupados pelo enunciador e pelos objetos de fala, ou seja, os negros.
Dêixis enunciativa	Delimitação do lugar e do tempo a partir dos quais o enunciador constrói sua enunciação. – Enunciados 1(L1), 2 (P) e 3 (V1).	Cenografia de pertencimento à cidade “mais branca do Brasil”.
Modo de enunciação	Legitimação do discurso pelo dialeto alemão e construção de um poder de fala. – Enunciado 4 (C1).	Cenografia de representatividade com o dialeto alemão enquanto ação simbólica.
Modo de coesão	Argumentação a favor da credibilidade dos enunciados referentes à participação dos moradores – Enunciado 17 (L2).	Cenografia de diferenciação entre etnias.
ETHOS DISCURSIVO		
Ethos de oposição e distanciamento em relação a qualquer representatividade dos negros		

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Mas ao que se relaciona essa maneira de dizer e de ser projetada pelo discurso? É nesse momento que conseguimos vislumbrar uma relação direta entre a análise do discurso

dos habitantes da “cidade mais branca do Brasil” e o modo como esse discurso define lugares culturais e identitários a esses sujeitos. No primeiro capítulo teórico deste trabalho, realizamos uma incursão entre algumas teorias culturais no sentido de compreender de que maneiras a cultura e a identidade de um povo encontram sua maneira de ser e propagam-se pelo mundo.

Nesse passeio pelas teorias culturais, foi possível observar que havia certo consentimento entre alguns estudiosos sobre uma ideia em específico: a cultura de um povo ganhava forma quando em relação de oposição a outras culturas. Assim, e considerando que essa ideia de oposição é aceita enquanto forma de definir determinada cultura, percebemos que o discurso, que é corpus de análise neste trabalho, foi construído justamente com vistas a uma cenografia e um ethos discursivo que, por sua vez, projetaram efeitos de sentido de oposição.

É preciso lembrar, também, que para que uma cultura proponha-se como tal, “[...] o essencial é a existência de um sistema simbólico visível, de qualquer espécie.” (GEERTZ, 2015, p. 56). Logo, é possível afirmar que o discurso aqui analisado estabelece-se, primeiro, como um sistema simbólico visível e, segundo, como uma maneira de definir e propagar a cultura e identidade de um povo por meio da oposição, nesse caso um povo branco, de descendência alemã e que vive na cidade que, em 2010, foi considerada a “cidade mais branca do Brasil”.

Porém, e considerando que analisamos, aqui, um discurso cultural e, portanto, social, é preciso lembrar que nosso corpus de pesquisa não se trata do “[...] discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos *informantes* nos podem levar a compreender.” (GEERTZ, 2015, p. 14, grifo nosso). Eis aqui o aspecto que pode ser considerado principal nesta pesquisa. O uso da palavra “informantes” na postulação de Geertz (2015) faz-nos questionar quem são, de fato, os informantes, ou melhor, os enunciadores do discurso em pauta, e que efeitos de sentido esses enunciadores “permitiram” serem revelados pelo discurso.

Durante a análise, e ainda no capítulo referente à metodologia deste trabalho, consideramos que estávamos trabalhando com dois planos enunciativos: um plano que fazia referência ao momento anterior à reportagem e que estava diretamente relacionado ao gênero entrevista (gênero que a própria análise da cenografia do discurso permitiu comprovar que estava presente), e o plano enunciativo referente à reportagem como produto finalizado, ou seja, editada, recortada e organizada de acordo com os propósitos de seus produtores, a UOL TAB. O questionamento que se estabelece, nesse momento, é o seguinte: que plano

enunciativo foi o responsável por construir uma cenografia e um ethos voltados ao efeito de sentido de oposição?

Pois bem, é preciso lembrar, antes de tudo, que mesmo considerando apenas a reportagem como produto finalizado, ainda assim o plano enunciativo da entrevista apresentase como indissociável a esse discurso, ou seja, a entrevista e a reportagem são constitutivas de um mesmo discurso e, por esse motivo, qualquer efeito de sentido “provocado” por uma implica, necessariamente, uma modificação de sentido na outra. Dessa maneira, acredita-se que outro questionamento torna-se mais pertinente, em detrimento do último: em que proporção o plano enunciativo da reportagem, enquanto produto finalizado, ressignifica o plano enunciativo referente à entrevista, ou seja, aos enunciados dos participantes da reportagem?

Nessa perspectiva, adotamos o seguinte posicionamento: ainda que o plano enunciativo referente à entrevista e aos enunciados produzidos pelos participantes da reportagem tenha a capacidade de resguardar certa subjetividade dos entrevistados, é possível perceber que, nesse caso, a organização desses enunciados como parte da reportagem *Uma cidade de brancos* foi responsável pela criação de “novos” sentidos. Esse posicionamento deve-se a vários fatores. O primeiro argumento a favor dessa ideia é que a análise da cenografia do discurso nos permitiu comprovar que, de fato, os sujeitos participantes da reportagem responderam a perguntas roteirizadas, já que foi possível observar uma repetição evidente de assuntos abordados.

O segundo argumento faz referência ao fato de que tais perguntas, organizadas pela equipe da UOL TAB, eram quase que majoritariamente voltadas aos aspectos relacionados aos negros, e não aos brancos, o que seria de se esperar numa reportagem que leva o nome de *Uma cidade de brancos*. O terceiro e último argumento é de que a série de reportagens cuja produção nomeada *Uma cidade de brancos* faz parte chama-se *Segregação à brasileira*. Ora, se o título da série de reportagens faz referência a essa separação ainda existente entre brancos e negros no Brasil, logo os significados construídos por esses discursos deveriam, propositalmente, ter a capacidade de transmitir esses sentidos voltados à segregação.

Portanto, defende-se a ideia de que, de fato, a reportagem *Uma cidade de brancos* e seu modo de organização, bem como a entrevista realizada num momento anterior ao produto final da reportagem, foram responsáveis por ressignificar os enunciados produzidos pelos moradores da cidade de Cunhataí e participantes dessa produção midiática. Caso esses mesmos enunciados fossem arranjados e apresentados em qualquer outro plano enunciativo, os efeitos de sentidos construídos já seriam outros.

Assim, entramos em contato com a última noção discutida neste trabalho e que muito representa considerando as trocas comunicativas da sociedade atual, que tem a mídia como uma das principais mediadoras e produtoras de informação. Buscamos, agora, referência em uma noção desenvolvida por Maingueneau (2005): a noção de simulacro. Conforme o estudioso, a noção de simulacro funciona como uma espécie de “fazer parecer” do discurso, ou seja, trata-se de uma espécie de tradução que um discurso faz do outro e, com isso, consegue modificar alguns efeitos de sentido construídos.

Por todas as questões levantadas nessa seção de conclusão de análise, é possível afirmarmos que a noção de simulacro está presente no discurso analisado, uma vez que a reportagem, enquanto produto finalizado e idealizado, procura traduzir, de acordo com seus propósitos, os discursos proferidos pelos sujeitos participantes da reportagem *Uma cidade de brancos*. É importante ressaltar que o discurso que é corpus de análise deste trabalho foi responsável, agora fazendo referência ao mundo empírico, por alguns desencontros e contradições no sentido de que foi fortemente entendido como um discurso preconceituoso e racista.

Atentemos à seguinte afirmação: não estamos afirmando que o que foi dito não é resultado, sim, da subjetividade de cada sujeito participante da reportagem e morador da cidade de Cunhataí, e de que esse pode ser considerado um discurso preconceituoso e racista. Mas é preciso considerar que o rearranjo desses enunciados como parte integrante da reportagem *Uma cidade de brancos* foi responsável por uma ênfase considerável nessa ideia de segregação, idealizada pelos produtores da reportagem, e que, de certa maneira, provocou aquelas falas e as usou como material para revelar um discurso e, portanto, uma cidade preconceituosa.

Em suma, a análise é aqui finalizada junto a uma espécie de aviso: a mídia é responsável por mediar grande parte de nossas interações comunicativas e, conforme Castells (2015), também representa o poder de enquadrar o pensamento ou mente pública, como o estudioso vai chamar, sendo responsável, portanto, por efeitos de sentido muito presentes nas trocas comunicativas em sociedade. Logo, o seu papel na construção e ressignificação dos sentidos precisa, sempre, ser levado em consideração, caso contrário, estamos fadados a significações meias, errôneas, perdidas no universo de sentidos que é o fazer humano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o modo como a cultura e a identidade de um povo propagam-se no mundo é, de fato, uma ação um tanto difícil, principalmente por conta da complexidade dos objetos de interesse envolvidos: os seres humanos e seus discursos. Somos considerados iguais na genética relacionada à espécie animal, porém cada indivíduo que caminha pela terra leva consigo sua própria bagagem de subjetividade e experiências. Ainda assim, é do instinto humano procurar por semelhantes e formar, dessa maneira, comunidades. Mesmo que cada um de nós tenha sua individualidade e alguns até mesmo se consideram antissociais, por evitarem estar em contato com outros seres humanos, de uma maneira ou de outra tentamos, incessantemente, nos encaixar em grupos e suas representações. Temos a necessidade de pertencimento.

Essa tentativa de estarmos associados a esse ou aquele universo cultural certamente deixa rastros e evidências que se materializam das mais diversas maneiras. Uma delas, nosso grande interesse neste trabalho, é o discurso. Assim, a pesquisa realizada teve como questão norteadora a seguinte afirmação: o discurso dos habitantes da cidade de Cunhataí, enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*, foi organizado de modo a projetar um ethos que reforça a existência de segregação racial e preconceito na cidade.

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa era analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*. Para que o objetivo principal pudesse ser alcançado, determinamos três objetivos específicos: a) descrever o quadro cênico do discurso dos habitantes de Cunhataí enquanto materialidade da reportagem *Uma cidade de brancos*; b) determinar a cenografia e o ethos do discurso dos habitantes de Cunhataí enquanto materialidade da reportagem *Uma cidade de brancos*; e c) relacionar a construção da cenografia e do ethos discursivo com a influência que a mídia exerce no processo de instituição e divulgação da cultura e identidade de um povo.

Para o desenvolvimento do trabalho, apoiamos-nos em diversos estudos teóricos que abrangessem as três grandes áreas envolvidas na pesquisa: os estudos culturais e identitários, os estudos do discurso e os estudos sobre comunicação midiática. Dessa maneira, os dois primeiros capítulos foram reservados para construirmos um arcabouço teórico capaz de nos oferecer subsídios suficientes para nosso percurso analítico. O primeiro capítulo teórico apresenta um leque de diferentes olhares para as noções de cultura e identidade, bem como as

maneiras pelas quais elas ganham forma e podem ser percebidas. Nesse capítulo, foi possível observar que um pressuposto parecia estar presente, de uma maneira ou de outra, em todos os pontos de vista: a cultura e a identidade de um povo são viabilizadas pela diferença, ou seja, eu sou aquilo que você não é. Na sequência, o segundo capítulo teórico apresenta as principais considerações em torno dos estudos do discurso, principalmente levando em consideração a teoria de Análise do Discurso, proposta por Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2005, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b), cujas postulações foram de essencial importância para conseguirmos alcançar nosso objetivo. Ainda nesse capítulo teórico, exploramos alguns aspectos importantes em relação à mídia e à maneira como essa é capaz de influenciar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos por ela mobilizados.

Na sequência deste trabalho, o terceiro capítulo foi reservado para a apresentação tanto do contexto que surge pelo tema desta pesquisa, quanto para delimitarmos o corpus de análise e o modo como esse seria manuseado com base nos pressupostos teóricos. Mergulhamos, dessa maneira, no universo da cidade “mais branca do Brasil”, conhecendo sua história e também um pouco dos motivos que levaram a cidade a receber esse título, muito devido ao censo do IBGE realizado em 2010. Também definimos, nesse capítulo, as etapas de análise a serem seguidas, bem como a maneira como iríamos mobilizar os pressupostos teóricos no trabalho com o corpus.

No quarto capítulo, ápice do trabalho de pesquisa, o corpus foi analisado com base nos pressupostos teóricos já definidos, e durante a análise das pistas discursivas foi possível constatar observações importantes tanto quanto ao modo como o discurso era construído, quanto aos efeitos de sentido propagados por ele, os quais refletem diretamente em alguns processos de organização social vigentes em nossa sociedade.

Nesse ínterim, é de extrema relevância esclarecer que esta pesquisa passou por algumas mudanças de perspectiva enquanto era desenvolvida. No princípio, o objetivo que se tinha, considerando o corpus de pesquisa, era analisar o modo como a cultura e a identidade de um povo, no caso o povo de Cunhataí, eram reveladas e reforçadas por meio do discurso dos sujeitos que formavam essa comunidade. O trabalho, então, foi iniciado com vistas a esse objetivo, mas logo algumas incongruências e contradições começaram a dificultar o desenvolvimento da análise. Essa problemática se dava, principalmente, pela configuração do corpus de pesquisa, pois o interesse, num primeiro momento, era apenas em relação ao discurso dos habitantes da cidade de Cunhataí, no depoimento de cada um deles e no que essas manifestações indicavam em termos de cultura e identidade daquele povo.

Logo no início da análise, considerando esse primeiro objetivo traçado, tivemos a necessidade de separar o corpus de pesquisa como sendo composto por dois planos enunciativos: um que fazia referência à reportagem como produto finalizado e outro que considerava “apenas” os discursos dos habitantes da cidade de Cunhataí. Tal separação entre planos enunciativos se manteve nessa versão final do trabalho, porém nesse primeiro momento mobilizávamos os discursos dos habitantes da cidade de Cunhataí como se fosse possível separar essa materialidade de onde ela tinha sido veiculada, ou seja, separá-la da reportagem *Uma cidade de brancos*. Tratávamos dos discursos dos habitantes da cidade de Cunhataí como se, por meio da reportagem, tivéssemos acesso ao discurso “*em natura*” desses sujeitos e que, desse modo, teríamos a possibilidade de fazer considerações em torno da cultura e da identidade desse povo.

Algo estava errado. A dificuldade em fazer certas afirmações em relação aos discursos dos moradores de Cunhataí tornava-se cada vez maior e foi na fase de qualificação que algumas questões foram esclarecidas. Em primeiro lugar, não era possível acessar o discurso “real” dos moradores da cidade de Cunhataí por meio da reportagem *Uma cidade de brancos*, uma vez que, assim como comprovado na análise aqui realizada, o plano enunciativo da reportagem como produto finalizado se relaciona diretamente o plano da entrevista como fase anterior à reportagem, não sendo possível sua dissociação, já que qualquer movimento em relação à construção de efeitos de sentido de um plano interfere nos efeitos de sentido projetados pelo outro.

Dessa maneira, descobri que meu objetivo, a partir de então, abrangeria aspectos diferentes dos que eu havia proposto no princípio e que essa alteração de perspectiva possibilitava discussões muito interessantes sobre como o modo de circulação dos discursos interfere diretamente na construção de efeitos de sentidos por eles criados. O objetivo geral do trabalho deixou de ter como foco apenas os discursos dos moradores da cidade de Cunhataí para considerar, além disso, que esses discursos estavam dentro de outro discurso, o midiático, e que essa configuração alterava completamente o modo de analisar os sentidos ali construídos.

Portanto, aproveito o momento para reforçar a importância da pesquisa científica, em especial aos trabalhos relacionados à área de Letras, já que apesar de iniciarmos uma investigação sempre com uma ideia do que vamos encontrar, ainda assim nos surpreendemos com algumas descobertas que só o olhar científico atento é capaz de perceber.

Assim, a partir do tema tratado neste trabalho, seria impossível analisarmos os discursos dos habitantes da cidade de Cunhataí, enquanto materialidade veiculada pela UOL

TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*, sem que entrássemos no mérito de falar sobre racismo. No entanto, é de extrema importância deixar claro que, em nenhum momento, este trabalho teve como finalidade incriminar ou acusar de racismo os participantes da reportagem produzida pela equipe da UOL TAB ou mesmo os produtores da reportagem.

Embora algumas marcas discursivas possam suscitar certo preconceito e reprodução de alguns padrões e estereótipos pejorativos relacionados aos negros, é preciso olhar atentamente para a maneira como os discursos foram mobilizados e divulgados. Essa última observação constitui-se como uma das principais, se não a principal, deste trabalho. Logo no capítulo 3, no qual é apresentado o corpus de pesquisa, assumimos que estamos lidando com um discurso cujo plano enunciativo se subdivide em dois: o plano enunciativo relacionado à entrevista realizada em momento anterior à produção da reportagem e o plano enunciativo da reportagem produzida pelo canal UOL TAB como produto idealizado/editado/acabado.

Conforme a análise era desenvolvida, notamos alguns indícios de que, na verdade, e considerando a conexão direta entre os dois planos, os discursos dos sujeitos participantes da reportagem foram, de certa maneira, induzidos por perguntas organizadas previamente pela equipe de reportagem, às quais não tivemos acesso. Dessa maneira, embora os discursos dos participantes da reportagem também revelassem marcas discursivas e subjetivas de cada um relacionadas a modos de pensar sobre outras etnias, a reportagem construída pela equipe da UOL TAB pode ser considerada a maior responsável por esses discursos criarem efeitos de sentido diretamente relacionados à segregação racial, já que os indícios discursivos mostram não só que a equipe de reportagem, provavelmente, fez questionamentos direcionados a certas respostas já desejadas, como também demonstram certa manipulação dos discursos dentro da reportagem de modo a construir um universo de sentido permeado por questões de preconceito racial.

É válido lembrar, ainda, que a reportagem da UOL TAB faz parte de uma série de reportagens chamada *Segregação à Brasileira*. Esse fato, por si só, é suscetível de especulação, já que parece pressupor uma finalidade muito clara: mostrar como o Brasil ainda é muito dividido entre brancos e negros, ou seja, o quanto nosso país ainda é racista. Dessa maneira, é possível afirmar que a reportagem *Uma cidade de brancos* tinha como finalidade tornar visível a existência de segregação racial em Cunhataí e que, para isso, alguns efeitos de sentidos tiveram de ser provocados ou induzidos nas falas dos participantes de tal reportagem.

Além dessa importante constatação a qual chegamos a partir do processo analítico, é preciso lembrar o objetivo geral deste trabalho, que era analisar a construção do ethos nos discursos de habitantes da cidade de Cunhataí enquanto materialidade veiculada pela UOL

TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*. Assim, por meio da análise da cenografia que ia se desenvolvendo conforme o trabalho com o corpus prosseguia, e considerando os planos da semântica global que funcionaram, nesta análise, como parâmetros para as considerações realizadas em torno dos efeitos de sentido projetados pelo discurso, constatamos que a cenografia foi construída em torno de ideias de oposição, distanciamento, diferenciação, bem como de pertencimento.

De fato, a cenografia construída pelo discurso concentra-se na ideia de que brancos são diferentes de negros e de que é justamente essa diferença entre eles que os define: brancos são brancos porque não são negros, sendo o inverso também real. Assim, por meio da cenografia também foi possível identificar uma imagem de si projetada pelo discurso, ou seja, um ethos discursivo, que pode ser definido como um ethos de oposição e distanciamento em relação a qualquer representatividade dos negros.

Neste momento, é necessário relembrar algumas considerações em torno de questões culturais e identitárias que vislumbramos logo no primeiro capítulo teórico deste trabalho. Ao visitarmos diferentes teorias em torno do assunto e percebermos alguns aspectos comuns entre elas, é possível definir que a cultura e a identidade de um sujeito e/ou de um povo se estabelecem por oposição a outras culturas e outras identidades, e essa oposição é marcada simbolicamente, ou seja, é representada por meio da construção de sentidos. Assim, se ao final da análise do corpus chegamos à conclusão de que se trata de uma cenografia e, portanto, de um ethos discursivo, voltados à ideia de oposição, então é possível afirmar que o discurso dos moradores da cidade de Cunhataí, enquanto materialidade veiculada pela UOL TAB na reportagem *Uma cidade de brancos*, se estabelece como um modo de marcar culturas diferentes, ou seja, a cultura do branco em oposição à cultura do negro.

Porém, é preciso lembrar que consideramos, em um momento anterior, que o plano enunciativo da reportagem como produto finalizado é o maior responsável pela projeção de efeitos de sentido relacionados à segregação racial. Desse modo, conclui-se que os produtores da reportagem *Uma cidade de brancos* lançaram mão, justamente, da marcação de oposição em relação à cultura do negro presente nos discursos dos moradores da cidade de Cunhataí, não esquecendo que esses discursos foram, em certa medida, provocados em favor dos efeitos de sentido desejados, uma vez que o discurso serve como instrumento para marcar a oposição necessária nas construções culturais e identitárias.

Em relação ao discurso de um povo, embora não seja o único instrumento passível de marcar tal oposição constatada neste trabalho, arriscamos dizer que é um dos principais, uma vez que o fato de podermos mobilizar um sistema de signos para, então, construirmos

discursos, é justamente a característica que nos diferencia de outros animais. Nosso discurso é, portanto, nossa identidade. Porém, a partir da análise da cena de enunciação do discurso que é corpus de pesquisa deste trabalho, constatamos que os efeitos de sentidos eram mediados e, de certa maneira, controlados pela equipe da UOL TAB, ou seja, pela mídia.

De fato, a mídia funcionou, aqui, como uma espécie de tradutora dos discursos de outrem, o que nos fez traçar uma relação direta com a noção de simulacro defendida por Maingueneau (2005). De fato, não fossem os objetivos midiáticos de construção de sentidos relacionados à segregação racial na cidade de Cunhataí, os discursos dos participantes de tal reportagem certamente projetariam outros efeitos de sentido diferentes dos forjados pela mídia nessa situação específica. Em suma, uma das essenciais percepções deste trabalho relaciona-se à mídia funcionando como uma espécie de filtro de sentidos e significados, sendo responsável, assim, por muitas das concepções de mundo dos sujeitos em sociedade, já que a mídia é uma realidade fortemente presente na sociedade atual.

Assim, este trabalho pode ser considerado como uma espécie de argumento para a importância de estudos em torno das significações no mundo, principalmente se considerado o contexto de vida atual, em especial no Brasil, em que os discursos são, muitas vezes, responsáveis por processos de inegável importância, desde relacionamentos interpessoais dos mais ordinários até a definição de quem assumirá a presidência da república.

O tema envolvido neste processo de pesquisa é complexo e não pode ter um ponto final. A realidade de nosso mundo empírico e também discursivo nos mostra o quanto ainda precisamos evoluir em questões relacionadas à etnia, raça e cor, noções que se perdem em suas próprias definições e que, por esse motivo mesmo, precisam ser trazidas todas juntas para uma compreensão mais abrangente do que se está falando. O racismo presente em nossa sociedade, em especial no Brasil, precisa permanecer em processo constante de discussão, a fim de que encontremos meios pelos quais esse problema possa ser revertido ou amenizado. O trabalho aqui desenvolvido representa uma contribuição para a compreensão dos processos sociais que ocorrem por meio dos discursos dos sujeitos, e também se configura como uma justificativa da importância de estudos na área da Análise do Discurso.

Além disso, esta pesquisa encontra limitações no sentido de tocar no cerne de questões culturais e identitárias, que são muito abrangentes e que se relacionam com uma variedade de aspectos sociais, mas que precisou dar ênfase em um acontecimento discursivo/cultural bastante restrito, o que certamente nos dá apenas um vislumbre sobre o que estudos nessa perspectiva podem resultar. Ainda assim, acredito que este trabalho traga contribuições importantes no sentido da pesquisa científica permeada por interdisciplinaridade, prática que

nem sempre é encontrada nos fazeres científicos e que, ao meu ver, o ser humano deveras necessita para compreender processos ímpares em relação a sua constituição enquanto homem em sociedade.

Acredito que um relato pessoal também seja de grande valia para as considerações finais desta pesquisa: enquanto ainda estava desenvolvendo a análise do corpus, entrei em contato com a filha de um dos participantes da reportagem, cujo discurso também foi analisado. Em nossa breve conversa sobre uma possível tradução de uma das falas para o dialeto alemão que ela conseguiria dar-me acesso, ela me relatou o quão negativamente a reportagem repercutiu na comunidade de Cunhataí, especialmente em torno daqueles que foram entrevistados e que tiveram seus discursos divulgados, justamente porque foram acusados de propagarem um discurso racista. Esse acontecimento só reforça a necessidade de trabalhos como este, que apresentam análises detalhadas de discursos sob diferentes pontos de vista e que, dessa maneira, reconstroem novos sentidos que, talvez, não fossem pensados, ou levados em consideração, anteriormente.

Por estar envolvida, também, de forma pessoal com este trabalho, tenho firme convicção de que, durante o desenvolvimento da pesquisa, passei por processos de reconstrução de pensamento e, arrisco dizer, de julgamento perante à comunidade de Cunhataí, que é berço de minha família materna e cujo contexto eu pude estar em contato desde os primeiros dias de vida. Não considero que tenha sofrido racismo em minhas experiências nessa terra de alemães, mas sempre fui novidade em minhas viagens e estadias durante os verões na casa de minha avó, que ficava no interior de Cunhataí, numa pequena comunidade chamada Barra Pequena. Eu era a diferente, por ter cabelos negros, olhos escuros, cor parda e traços indígenas. Um diferente não discriminado, preciso reforçar, pois era comumente elogiada pela beleza, talvez exótica para eles, e frequentemente comentada por aqueles sujeitos. O diferente sempre fascinou o ser humano. O diferente, também, sempre nos assustou. E assim continuamos a saga da humanidade, sempre com a perspectiva de novos olhares.

Finalizo minha pesquisa com sentimento de gratidão pelo que a academia foi e é capaz de me proporcionar: não só o entendimento intelectual de processos complexos em torno do universo das Letras, que sempre me fascinou e que continua cumprindo muito bem essa tarefa, mas também por essa contínua reconstrução do meu ser, que a cada aula assistida, a cada texto lido e analisado, a cada pesquisa feita se torna um outro ser, um outro eu, que embora outro permanece com uma de suas características principais e presente desde sempre: a fascinação pelo universo dos sentidos e significações do mundo.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (Org.). Introdução. In: _____. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-28.

_____. O ethos discursivo ou encenação do orador. In: _____. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 79-104.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERTOLOTTO, Rodrigo. Segregação à brasileira. *UOL TAB*. 2013. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/racismo/>>. Acesso em: 26 maio 2019.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CORNO, Giselle O. M.; BAPTISTA, Michele M. Relações entre identidade, linguagem e cultura: o léxico da culinária em *A casa das sete mulheres*. *Revista Linha D'Água*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 67-81, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83633>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CRAICE, Luscelma O. C. *João do rio: língua, sociedade e identidade nacional*. 2013. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14255>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CUNHATAÍ, Município de. *Colonização, apresentação, cultura*. 2013. Disponível em: <<https://www.cunhatai.sc.gov.br/>>. Acesso em: 25 maio 2019.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE, Censo. *Cunhataí*. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cunhatai/panorama>>. Acesso em: 25 maio 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. Problemas de ethos. In: _____. *Cenas de enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a. p. 55-73.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si do discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 69-92.

_____. Ethos e apresentação de si nos sites de relacionamento. In: _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a. p. 79-98.

_____. Situação de enunciação e cena de enunciação em análise do discurso. In: _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b. p. 199-207.

MANUAL DO RECENTEADOR. *Censo demográfico IBGE 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 1-18, out. 1994. Disponível em: < <https://imigracaohistoricablog.files.wordpress.com/2017/07/seyferth-giralda-identidade-c3a9tnica-assimilac3a7c3a3o-e-cidadania-a-imigrac3a7c3a3o-alemc3a3-e-o-estado-braasileiro.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.

SOARES, Alexandre F.; SELLA, Aparecida F.; COSTA-HÜBES, Terezinha. In: OLIVEIRA, Luciano A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 261-279.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.